

BAOBA

Eu bordo  
Bordado livre

**DIA, SUA TRAJETÓRIA LUMINOSA**  
**FORMOU E INSPIRA GERAÇÕES NO DE**  
**A FIM DO RACISMO E PELO BEM VIVER.**  
**COLETIVO MULHERES NEGRAS (BAOBA)**

LYDIA  
GARCIA



Canto aos Ancestrais  
André Oliveira

sobre mulheres  
ciência não  
e elas sejam as  
des outras" do  
seu feminismo

ESTAMOS COMO SEMPRE  
ESTIVEMOS



RIA CONT

eu barbarabombom

Ver tradução

Barbara bombom

Um mulher trans  
Negra de luta  
Quilombo  
Exincira

Preta Em M  
Preta Ferre



**\*A estética desta dissertação foi inspirada na tese de Cíntia Langie - Cinescrita das Salas Universitárias de Cinema no Brasil.**



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Kelly Cristina Monteiro Martins

Escrevivências multimodais de mulheridades negras no  
digital: políticas de afeto, estéticas de (re)existência,  
poéticas de outras Educações

Brasília-DF  
2025

Kelly Cristina Monteiro Martins

Escrevivências multimodais de mulheridades negras no  
digital: políticas de afeto, estéticas de (re)existência,  
poéticas de outras Educações

Dissertação apresentada ao Programa de  
Pós-Graduação em Educação da Faculdade de  
Educação da Universidade de Brasília como  
requisito parcial para obtenção do título  
de Mestra em Educação.

Orientadora: Dra. Andrea Cristina Versuti  
Linha de Pesquisa: Educação, Tecnologias e  
Comunicação

Brasília-DF  
2025

## Banca examinadora

-----  
Profª. Dra. Andrea Cristina Versuti – PPGE/UnB (Orientadora)

-----  
Prof. Dr. Alessandro Roberto de Oliveira – PPGE/UnB

-----  
Profª. Dra. Edméa Oliveira dos Santos – PPGEDUC/UFRRJ

-----  
Prof. Dr. Carlos Lopes – PPGE/UnB

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

MM386ee Monteiro Martins , Kelly Cristina  
Escrivivências multimodais de mulheridades negras no  
digital: políticas de afeto, estéticas de (re)existência,  
poéticas de outras Educações / Kelly Cristina Monteiro  
Martins ; orientador Andrea Cristina Versuti. Brasília,  
2025.  
147 p.

Dissertação(Mestrado em Educação) Universidade de  
Brasília, 2025.

1. Feminismos Negros . 2. Ciberativismos. 3.  
Etnocartografia. 4. Escrivivências multimodais. I. Versuti,  
Andrea Cristina , orient. II. Título.

# AGRADECIMENTOS

*Bons encontros aumentam a nossa potência de pensar. É sob essa ética filosófica de Espinosa (2009) sobre a arte dos afetos e suas educações que redijo esses mais sinceros agradecimentos.*

Ao meu grupo de pesquisa em Educação, Filosofias e Imagens (GEFI), por, entre partilhas de teoria e vida em nossas prazerosas tardes de sexta-feira, abrirem caminhos para eu pensar outras ciências possíveis, atravessadas por fabulações e micropolíticas produzidas sempre em coletivo.

Ao grupo de mestrandas e doutorandas/os da minha orientadora, do qual para sempre farei parte em meu coração – Jojo Ribeiro, Val, Dani e Ceci. Vivenciar esses dois anos com vocês foi um enorme prazer e privilégio.

À minha querida banca examinadora, que abrilhantou minhas elaborações com suas generosas leituras e indicações. Em especial, ao meu mestre Alessandro, que me acompanha e acredita em mim desde 2018, na graduação.

Às minhas parceiras de militância, pesquisa e vida, Palloma e Malu, por sonharem e percorrerem esse caminho de (re)descobertas ao meu lado.

À minha família, sobretudo meus pais, Décio e Elaine, minhas irmãs, Carol e Clara, minhas sobrinhas e primas, Lulu, Alice, Helena e Esther, por transformarem as pequenas pausas em momentos de muita leveza, cantorias e alegrias que me permitiam voltar sempre renovada à escrita.

Às minhas amigas e amigos, por compartilharem, celebrarem e engrandecerem essa conquista como se fosse de vocês. Muito da força que eu tenho vem da lindeza que seus olhos enxergam e verbalizam para mim.

Às minhas psicólogas Beatriz e Gabi, que entre cortes lacanianos e partilha de estratégias, me auxiliaram em processos lindos de (re)encontros essenciais para potencializar a beleza dessa caminhada.

À Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, por ter sido meu lar em lindos sete anos e onde encontrei o melhor de mim.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela bolsa de estudo que possibilitou essa pesquisa.

## Em especial, agradeço

À minha amiga Ceci, por trilhar esse caminho ao meu lado desde a graduação e que, pela lindeza do acaso, seguiu comigo nestes dois anos de mestrado como também colega de orientação. Entre sorrisos e choros, felicidades e ansiedades, sonhos e devires, não tenho receio em dizer que chegar até aqui só foi possível assim. Mil vezes obrigada por tudo/sempre.

À minha tia Dallas, por aquele sorveto de comemoração que representa muito bem a nossa relação leve, singela e cheia de significado. Impossível te agradecer o suficiente por me abrir tantos caminhos.

Ao meu companheiro Andrew Gabriel, por segurar a minha mão nos momentos mais difíceis, por somar aos meus mais bonitos sorrisos e por me proporcionar espaços tão seguros de abertura. Tem sido uma delícia crescer e conquistar coisas nessa vida ao seu lado, que é extraordinária.

À minha querida professora e orientadora, Andrea Versuti. Nosso encontro foi um presente imensurável que extrapolou as paredes da academia. Obrigada por me mostrar a potência das brechas e a beleza dos desvios, por me arrancar a minha melhor versão como pesquisadora e sujeita desse mundo.

À Lydia Garcia, Bárbara Bombom e Carla Santos, por me ensinarem que a verdadeira revolução está na Educação dos afetos e da (re)existência.

À pessoa que sempre acreditou em mim e  
me motiva a voar mais alto a cada dia.  
**“Se você parar de sonhar, a vida deixa  
de fazer sentido”**. Querida tia Dallas,  
você trouxe tantos sentidos bonitos  
para a minha vida que sonhar só se  
tornou tão possível assim.

Obrigada por sempre e por tanto.

**Nosso amor é além dessa vida**



## RESUMO

Esse estudo teve como objetivo mapear, durante os meses de novembro de 2024 a fevereiro de 2025, as práticas culturais-afetivas-ativistas de três mulheres negras no Instagram em seus diferentes atravessamentos que permeiam idade, transgeneridade, deficiência e neurodivergência, a fim de especular sobre as narrativas contadas-postadas e identificar linhas de fuga imaginativas-educativas de outros mundos e outros Feminismos Negros possíveis. Refletimos tais práticas enquanto ciberativismos que permeiam o campo das micropolíticas; esse campo invisível dos desejos, das sensibilidades e dos afetos que produz modos de subjetividade originais e singulares (Guatarri; Suely Rolnik, 1996), ao mesmo tempo individuais e coletivos, para revolucionar em linhas minoritárias, no sentido deleuziano, o sistema colonial-capitalístico. À luz da Interseccionalidade como instrumento teórico-metodológico (Akotirene, 2019), dialogamos com um referencial teórico pautado nos estudos críticos raciais e das tecnologias sociais, pós-coloniais e dos Feminismos Negros, sobretudo a partir de Lelia Gonzalez (2020) e bell hooks (2023a), para discutir mulheridades negras enquanto proposição que caracteriza as diversas concepções do “ser mulher” (Letícia Nascimento, 2021) e que, no contexto contemporâneo de indissociação entre Tecnologia, Comunicação e Educação, são experienciadas em diferentes contextos, no qual está incluso o digital. Tomamos a Etnocartografia (Bittencourt, 2011) como atitude metodológica que se propõe a estar aberta aos encontros e seguir os afetos para acompanhar processos de produção de realidades. Costurando narrativas em contato com os materiais produzidos e nossos diários de campo, fabulamos zonas de intensidade que unem Lydia Garcia, mulher negra de 87 anos; Carla Santos, mulher negra com deficiência e Bárbara Bombom, mulher negra trans, na produção do que chamamos de escrevivências multimodais, inspiradas em Conceição Evaristo – narrativas que unem a vivência e a linguagem multimodal possibilitada pelo Instagram para constituir processos identitários e subjetivos, individuais e coletivos, e produzir epistemes plurais sob a ótica da (re)existência para além da resistência. A partir delas, refletimos processos de autodefinição e autoavaliação (Patricia Hill Collins, 2019), autodeterminação e autorrecuperação (hooks, 2023b) dessas mulheridades negras que constroem os Feminismos Negros a partir de caminhos poéticos, afetivos, artísticos e políticos, constituindo Educações menores que permeiam os cotidianos, emergem pelas brechas, (re)existem por linhas de fuga de mulheres negras que não aceitam mais viver como “Outra/o”, mas como sujeitas inscritas no mundo, autoras de suas próprias realidades, vivenciando, assim, processos de descolonização (Kilomba, 2021).

**Palavras-chave:** Feminismos Negros; Ciberativismos; Etnocartografia; Escrevivências multimodais.

## ABSTRACT

This study aimed to map, during the months of November 2024 to February 2025, the cultural-affective-activist practices of three Black women on Instagram across their different intersections involving age, transgender identity, disability, and neurodivergence, in order to speculate about the told-posted narratives and identify imaginative-educational lines of flight towards other possible worlds and other Black Feminisms. We reflect on these practices as cyberactivisms that permeate the field of micropolitics; this invisible field of desires, sensitivities and affects that produces original and singular modes of subjectivity (Guattari; Suely Rolnik, 1996), both individual and collective, to revolutionize the colonial-capitalist system along minoritarian lines, in the Deleuzian sense. In light of Intersectionality as a theoretical-methodological tool (Akotirene, 2019), we engage with a theoretical framework based on critical race and social technology studies, post-colonial studies, and Black Feminisms, particularly drawing from Lelia Gonzalez (2020) and bell hooks (2023a), to discuss Black womanhoods as a proposition characterizing the diverse conceptions of "being a woman" (Letícia Nascimento, 2021) which, in the contemporary context of the indissociation between Technology, Communication and Education, are experienced in different contexts, including the digital sphere. We adopt Ethnoscapes (Bittencourt, 2011) as a methodological attitude that proposes openness to encounters and following affects to accompany processes of reality production. Weaving narratives in contact with the produced materials and our field diaries, we fabulate zones of intensity that unite Lydia Garcia, an 87-year-old Black woman; Carla Santos, a Black woman with a disability; and Bárbara Bombom, a Black trans woman, in the production of what we call multimodal 'escrivências' (life-writings), inspired by Conceição Evaristo - narratives that combine lived experience and the multimodal language enabled by Instagram to constitute individual and collective identity and subjective processes, producing plural epistemes from the perspective of (re)existence beyond resistance. Based on them, we reflect processes of self-definition and self-evaluation (Patricia Hill Collins, 2019), self-determination and self-recovery (hooks, 2023b) of these Black womanhoods that construct Black Feminisms through poetic, affective, artistic and political paths, constituting smaller Educations that permeate daily life, emerge through gaps, and (re)exist through lines of flight of Black women who no longer accept living as the "Other," but as subjects inscribed in the world, authors of their own realities, thus experiencing processes of decolonization (Kilomba, 2021).

**Keywords:** Black Feminisms; Cyberactivisms; Ethnoscapes; Multimodal life-writings/escrivências.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> - Colagem a partir de publicações do meu Instagram pessoal	20
<b>Figura 2</b> - Estética “clean girl” nas mídias digitais	22
<b>Figura 3</b> - Parada exploratória do Estado da Arte	32
<b>Figura 4</b> - Gráfico: Equivalência de cada tipologia de documento no corpus final	33
<b>Figura 5</b> - Gráfico: Número de Teses, Dissertações e Artigos por ano	34
<b>Figura 6</b> - Gráfico: Regiões das pesquisas de doutorado e mestrado	36
<b>Figura 7</b> - Gráfico: Áreas Básicas de conhecimento das teses e dissertações (à esquerda)	36
<b>Figura 8</b> - Gráfico: Áreas de estudo dos artigos (à direita)	36
<b>Figura 9</b> - Gráfico: Redes Sociais como campo de pesquisa	43
<b>Figura 10</b> - Gráfico: Gênero-raça/etnia na autoria das teses e dissertações	44
<b>Figura 11</b> - Articulação racismo e sexismo na construção das mulheridades negras	51
<b>Figura 12</b> - Pesquisa no <i>Google</i> sobre a palavra “tecnologia”	60
<b>Figura 13</b> - Tecnologias e seus vieses discriminatórios	64
<b>Figura 14</b> - Redes sociais, ineficácia e legitimação	65
<b>Figura 15</b> - Lydia Garcia	82
<b>Figura 16</b> - Cine Brasília, afetos em vibração	84
<b>Figura 17</b> - Carla Santos	87
<b>Figura 18</b> - Bárbara Bombom	90
<b>Figura 19</b> - Perfis das sujeitas no Instagram	92
<b>Figura 20</b> - Zona de Intensidade “Ancestralidade em gestos digitais”	96
<b>Figura 21</b> - Dona Lydia e suas tranças	97
<b>Figura 22</b> - Bárbara Bombom e suas tranças	98
<b>Figura 23</b> - Encontro não planejado	99
<b>Figura 24</b> - Zona de Intensidade “Eu sou porque nós, mulheres, somos”	102
<b>Figura 25</b> - Audre Lorde e Sônia Livre	103
<b>Figura 26</b> - Luta e identidade coletiva	105
<b>Figura 27</b> - Pretas Yabás caminham gerações	106

<b>Figura 28</b> - Caminhos abertos, outras mulheridades	107
<b>Figura 29</b> - Zona de Intensidade “Permita que eu fale, não as minhas cicatrizes”	108
<b>Figura 30</b> - Nossa existência para além do racismo	111
<b>Figura 31</b> - Sobre ter estatística de vida	112
<b>Figura 32</b> - Bárbara Bombom, 33 anos de uma mulher negra trans que não deita	113
<b>Figura 33</b> - Carla Santos, 42 anos e o brilho da experiência	114
<b>Figura 34</b> - Lydia Garcia, 87 anos de artes e educações da diáspora africana	115
<b>Figura 35</b> - Retificação do nome de Bárbara Bombom	116
<b>Figura 36</b> - Relatos de experiências escolares como professoras - estudante	118

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> - Corpus final do Estado da Arte	37
<b>Quadro 2</b> - Questões orientadoras das pesquisas	42
<b>Quadro 3</b> - Critérios de escolha dos perfis	80
<b>Quadro 4</b> - Glossário do Instagram	93

# FIOS DA NARRATIVA

## ITINERÁRIOS DE UMA ETNOCARTÓGRAFA-APRENDIZ 14

### PREFÁCIO 21

<b>1. Passos que vêm de longe:</b> mapeando o passado-presente e projetando o futuro-presente	31
1.1 O que as pesquisas revelam?	37
1.2 Entre uma pausa e outra, encontrando rastros: a retomada	46
<b>2. 131 anos de uma suposta libertação:</b> o mito da democracia racial	48
2.1 Racismo e sexismo na construção das mulheridades negras	49
2.2 Colonialismo-colonialidades e a construção da Outridade	52
2.3 Sobre enegrecer o Feminismo e feminizar o Movimento Negro	55
2.4 Subtração do único e as mulheridades negras: quais outras apostas no digital?	57
<b>3. Culturas e Tecnologias:</b> constituindo-nos humanas na relação sujeitas máquinas	60
3.1 “Um novo que não rompe com o velho, mas o atualiza”	62
3.2 “O digital pode ser colocado à serviço da luta emancipatória?”	67
<b>4. Sobre assumir atitudes metodológicas:</b> diálogos com as Ciências Sociais e a Filosofia	70
4.1 Etnocartografia como escolha ético-política	72
4.2 “Um passado em movimento, que nos atravessa e transforma o futuro a cada instante”	75
4.3 Hódos-metá: apostas de experimentações	77
4.3.1 Fluxos de escolhas dos perfis	80
<b>5. Tecendo o comum, costurando narrativas</b>	83
5.1 Seguindo afetos que pedem passagem: processos do devir-sujeitas da pesquisa	83
5.1.1 Lydia Garcia	83
5.1.2 Carla Santos	88
5.1.3 Bárbara Bombom	91
5.2 Etnocartografias do viver, do sentir e do fabular	94
5.2.1 Zona de intensidade Ancestralidade em gestos digitais - cabelo é poder, negritude é beleza	97
5.2.2 Zona de intensidade Eu sou porque nós, mulheres, somos - “Caminheemos outras”	103
5.2.3 Zona de intensidade Permita que eu fale, não as minhas cicatrizes - sobre postar-se viva	109
<b>6. Da outridade ao protagonismo:</b> escrevivências multimodais no digital	118
<b>CONSIDERAÇÕES INACABÁVEIS, LINHAS QUE CONTINUAM</b>	125
<b>REFERÊNCIAS</b>	130



Não serei livre enquanto  
outra mulher for prisioneira,  
mesmo que as correntes dela  
sejam diferentes das minhas

**Audre Lorde**



## ITINERÁRIOS DE UMA ETNOCARTÓGRAFA-APRENDIZ

Há um provérbio em Yorubá que diz que *“um rio que esquece a sua fonte, seca”*. Nesse sentido, não há como falar em como os atravessamentos da minha própria origem me fizeram chegar até aqui. Meu pai é um homem branco assim como toda a minha família paterna, de origem pobre, cuja infância/adolescência foi muito precária. Minha avó paterna nasceu no interior do Goiás, na “serrinha” de Goiatuba. Trabalhadora, estudou até a quarta série e costumava dizer às quatro filhas e aos três filhos que a faculdade era a vida, cobrando trabalho desde antes da maioridade. Meu pai começou a trabalhar aos treze anos e sempre entendeu que poderia mais. Passou em concurso muito cedo e começou a bancar a própria faculdade de direito. Hoje, é pós-graduado e servidor público.

Cresci ouvindo a minha mãe dizer “filha, trabalhe muito para que você nunca dependa de homem”. Aquilo me soava confuso, afinal, ela vivia essa realidade enquanto dizia para eu não ter. Muito trabalhadora, abdicou da vida para cuidar da casa e da família. À medida que fui crescendo e compreendendo melhor o mundo, comecei a ver sentido e a interiorizar aquele conselho. Crescer uma mulher independente de homem virou uma meta. Isso se fortaleceu quando minha mãe pôde, finalmente, começar o bacharelado em Educação Física, aos 33 anos, com o desejo de buscar maior autonomia. Quando entrei na Universidade e tive acesso às discussões sociais, olhei pra trás e refleti sobre todos os atravessamentos que perpassaram aquela mulher negra, do interior da Bahia, mãe aos 16 anos e que criou três filhas com muita garra e, em certa perspectiva, “sozinha” - afinal, o homem no sistema patriarcal é considerado apenas como “provedor”, ficando delegada às mulheres a função da casa e das/os filhas/os.

A prática do cuidado sempre foi inerente à minha mãe: filha mais velha, cuidou das irmãs e do irmão como cuida até hoje, cuida das amigas/os, cuida da família; se acostumou tanto a cuidar que resiste às tentativas de ser cuidada. Nesse sistema, quem cuida das mulheres negras? Minha mãe compartilha essa trajetória de luta e de dores, de racismo recreativo na escola e na rua, de dificuldades de aprendizagens ignorada pelas/os professoras/es, de uma educação violenta dentro de casa. Quem cuida das mulheres negras? As mulheres negras sabem que têm o direito e também precisam ser cuidadas?

Não coincidentemente, a minha mãe carrega uma bagagem de semelhança com a mãe dela, com as tias, com as primas. Minha família materna é eminentemente negra, de uma cidade no interior da Bahia chamada Aroeiras. O pai da minha bisavó Guta era branco e a mãe, indígena - aquela história de “ser pega no laço” que antes era muito naturalizada -, o que

faz sempre a referenciar como cabocla. Casou com meu bisavô Chico, homem preto, retinto. Tiveram um filho homem e cinco filhas mulheres. A geração da minha avó materna é formada por matriarcas que, rigidamente, criaram suas/seus filhas/os sozinhas. Suas histórias também são atravessadas por muitas questões de classe, raça e gênero, apesar de não se ter esse letramento ainda. Por exemplo, era tradição da nossa família, formada majoritariamente por mulheres, que todas nós alisássemos o cabelo desde cedo. Eu comecei antes dos dez anos. Isso foi passando de geração em geração - algumas hoje, como eu, assumiram seus cachos e ondas, mas a maioria segue negando qualquer sinal de negritude e vestígio de sua origem.

O racismo como sistema estruturante é tão cruel e perverso que, durante um longo tempo, eu mesma ignorava essa parte de mim e gostava de pensar que puxara mais à família paterna - branca - do meu pai. Durante muitos anos, vivenciei angústias reais de um “não lugar”. Não me identificava com as minhas amigas brancas e fazia comparações, odiava o fato de ter a cor de pele indefinida “amarelo queimado”, não tinha apreço pelo meu cabelo, era zoadada pelo tamanho da minha boca e nunca gostei do que a cidade da minha família materna representava. É louco e extremamente triste pensar que, desde tão cedo, a gente é ensinada a ridicularizar e a rebaixar tudo que é negro. Vivendo essa confusão, me denominei como “parda” durante muito tempo. Foram os estudos, pesquisas e experiências na academia que me ajudaram a entender as complexidades dessas relações e me auxiliaram em meu próprio processo identitário como mulher branca. Diante disso, penso que as discussões necessitam avançar para não dar vazão a processos que se dizem multirraciais, mas acabam por realizar certo desserviço ao tentar separar a categoria “pardo” da categoria “negro”. Por isso, defendo que precisamos complexificar os debates, sem prejudicar, de um lado, os aspectos sócio-históricos e políticos já tão consolidados para o movimento negro - os quais eu defendo - e sem também diminuir e negar, por outro lado, as angústias das pessoas que, de primeira, vivenciam esse “não lugar”, pois é o silêncio que alimenta tais movimentos separatistas.

Então, sim, estudar as relações étnico-raciais também toca nesse lugar. Faz parte da minha história e da história de quem veio antes de mim. Poder me qualificar nesse sentido, alinhado às discussões necessárias sobre suas interfaces com a Comunicação e as Tecnologias, tem sido um exercício muito interessante, prazeroso e desafiador desde o início.

Eu sempre fui uma pessoa muito medrosa e essa é uma das coisas mais atenuantes em mim. O medo me atravessa em um amplo sentido - medo de bichos diversos, de grosseria sem motivo, de homem bêbado na rua, de barulhos muito esquisitos, medo de começar e terminar ciclos, de pegar caminhos muito diferentes, de falar com pessoas desconhecidas, medo de mudar, de crescer e não alcançar, medo de decepcionar, de não saber, de ser demais, de correr

de menos, medo de encarar o desconhecido. Como um instinto de sobrevivência, aprendi a definir métodos, regras e técnicas, rituais e rotinas, padrões rígidos, inflexíveis, numa tentativa irracional de controlar o que faz a vida ser tão vida: movimento e o imprevisível.

Essa característica carrega uma das coisas mais atenuantes no autismo: a rigidez cognitiva. Como um fenômeno neuropsicológico abrangente, afeta a nossa vida de tal forma que sua complexidade não é passível de ser explicada em poucas palavras. Fato é que o medo e a ansiedade, como causa-consequência que se retroalimenta, nunca foram suficientes para me parar. Ainda estou aqui. E continuo indo, porque essa é a definição de coragem - não a ausência do medo, como sempre achei; mas ser capaz de seguir, apesar dele.

Nesse sentido, a Universidade de Brasília (UnB) foi o lugar onde a flor começou a desabrochar. A passos lentos, sofridos, ansiosos, mas sempre contínuos, esperançosos. Acima de tudo, encantados por aquele novo mundo que eu estava descobrindo, tão maior do que eu imaginava, cheio de possibilidades, diversidades, significados, afetos e identidades. Identidade. A UnB passou a ser parte da minha personalidade. Como um organismo vivo, sou e respiro, carrego por onde vou. Este, que carinhosamente chamo de lar, é um lugar de afeto, de descobertas, aprendizagens e ressignificados, trocas e vivências, com os seres, as coisas, os ambientes, que nos constituem e nos formam no sentido mais singelo e amplo de Educação.

A minha passagem pela UnB perpassou vivências incríveis que vão desde as atividades de ensino, pesquisa e extensão, em diferentes espaços e departamentos, até os momentos proporcionados de lazer dentro e além. Tenho muito orgulho de dizer que aproveitei ao máximo a universidade: conheci outros cursos, fiz monitorias, Residência Pedagógica, projetos de iniciação científica, atividades de campo, curti muito o Centro Acadêmico, os eventos de atlética, festas e viagens universitárias, os *happy hour* das quintas. Eu me entreguei de corpo e alma, como sempre prometi a mim mesma.

E olha só! Expandi os horizontes da graduação, cheguei ao Mestrado. Esse sempre foi meu sonho desde o primeiro semestre e delineou toda a minha trajetória acadêmica no curso de Pedagogia. Foi ali que comecei a almejar seguir em meu lar, construindo conhecimento, vivenciando políticas e lutando pela Educação que a gente acredita. Por isso, participei desde o início em atividades de pesquisa, dentro e fora da universidade, como a de iniciação científica, orientada pelo Dr. Alessandro Oliveira, professor que eu admiro muito e sou muito grata pelos anos de parceria. Neste primeiro exercício, começamos a delinear os caminhos que me fizeram chegar até esse projeto de pesquisa - percurso que será descrito oportunamente no texto. O fato é que meu interesse em lutar por uma Educação antirracista, anticolonial, feminista e inclusiva, sempre definiu meus passos e passou a compor todas as esferas da

minha vida, compreendendo a discussão não como uma perspectiva, um recorte, mas um fundamento, uma ótica urgente de mundo.

Entrei no Mestrado Acadêmico em agosto de 2023, bolsista pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) a partir de outubro daquele ano, e tive a oportunidade de cursar uma matéria incrível intitulada Educação, Tecnologias e Comunicação, ministrada pela minha orientadora Dra. Andrea Versuti, podendo ser ainda monitora da mesma disciplina na graduação. As partilhas nas aulas possibilitaram o enriquecimento da minha base teórica na área e permitiram muitos voos. No mesmo semestre, cursei a disciplina de Comunicação e Gênero na Faculdade de Comunicação (FAC), com uma turma formada majoritariamente por mulheres. Foi uma experiência muito rica, sensível e bonita, que tocou a todas nós de uma maneira muito especial, a qual levarei para a vida.

No ano de 2024, experienciei algumas participações em eventos e produções científicas, como a minha primeira publicação de artigo, intitulado “Ciberinterculturalidade, questões étnico-raciais e educação nas redes digitais”<sup>1</sup>, na Revista Eduser, Qualis A2, escrito em parceria com o Dr. Alessandro Oliveira, como um produto do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado em 2023. Tive ainda o prazer de apresentar um trabalho em parceria com a minha orientadora e a minha amiga Maria Cecília, também mestranda, no 1º Colóquio Internacional Lusofonia em Debate - Comunicações Além-Mar, de nome “Feminismo e negritude: redes de afeto, resistência e aprendizagens no digital”. O texto foi publicado como capítulo de livro internacional, pela Editora RIA Editorial, com sede em Aveiro, Portugal<sup>2</sup>.

Tive a oportunidade de ser monitora pela segunda vez como mestranda, na disciplina de Cultura, Poder e Relações Raciais, em turma de graduação de 2024, no Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares (CEAM) da UnB. Foi uma experiência muito significativa e de muito aprendizado, um fôlego a mais para eu continuar na pesquisa. Além disso, finalizei um curso de extensão do primeiro Núcleo de Estudos Étnico-Raciais da nova Universidade do Distrito Federal (UnDF), ocorrido durante os meses de março a junho daquele ano, que me possibilitaram trocas ricas sobre antirracismo a partir de uma outra perspectiva.

Um momento muito importante pós-qualificação foi a minha participação na XVII Reunião Científica Regional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED) Centro-Oeste, em agosto de 2024, na Universidade Federal de Jataí

---

<sup>1</sup> O texto foi publicado no dia 22 de abril de 2024: <https://www.eduser.ipb.pt/index.php/eduser/article/view/275>

<sup>2</sup> Livro: Inovações tecnológicas e soluções de mercado. 1ed. Aveiro, Portugal: Ria Editorial, 2024, v. 1. (Pg. 83-116).

<https://indd.adobe.com/view/publication/67dd77d2-2325-4a92-be1e-dbb45e07f61d/6paw/publication-web-resources/pdf/ITSM.pdf>

(UFJ), com a apresentação de um trabalho realizado com a minha orientadora sobre a primeira etapa desse estudo - o Estado da Arte. Foi minha a primeira oportunidade de falar de fato sobre a minha pesquisa. Significou muito poder compartilhá-la para um grupo incrível de pesquisadoras/es do Grupo de Trabalho 16 - Educação e Comunicação da ANPEd - e ter o potencial reconhecido, receber sugestões valiosas (como a de falar sobre a minha família) e poder expandir os horizontes. Além disso, foi a primeira vez que viajei sem companhia e, diante de todas as minhas dificuldades enquanto pessoa autista, soou como absolutamente revolucionário. Apesar da ansiedade, que começou desde a inscrição, consegui lidar de uma maneira bonita e descobri partes de mim que não conhecia, o que reforçou minha autonomia.

Pessoalmente, é perceptível como o meu processo de formação se delineou com o processo de pesquisa, permeado de muitos encontros e muitas afecções, frequentemente me levando a lugares inesperados que em muito somam às minhas experiências. O Grupo de Pesquisa em Educação, Filosofia e Imagem (GEFI), liderado pela minha orientadora, Dra. Andrea Versuti, e a professora Dra. Giovana Scareli, é, nesse sentido, um encontro bonito que atravessou o meu caminhar no primeiro semestre e, desde então, permeia minhas experiências, revolucionando meu olhar e minha relação com a pesquisa.

O segundo ano do mestrado foi o ano em que eu “decidi” conhecer um pouco mais do mundo fora da academia - entre aspas porque não partiu apenas de uma escolha genuína, mas também necessidade, por vários motivos. Infinitos desafios surgiram, dentre eles, vivenciar a realidade de estudar e trabalhar ao mesmo tempo. Foi um processo turbulento, mas, como vida e pesquisa não se separam, inevitavelmente fui afetada por atravessamentos que também transformaram o meu caminho e me fizeram chegar até aqui.

O ano de 2024 foi uma surpresa em vários sentidos e me reconstituiu cotidianamente, o que reflete, inevitavelmente, na minha trajetória enquanto *etnografante-aprendiz*. Um desses processos avassaladores constitui a descoberta do meu diagnóstico de pessoa autista. Reivindicar esse lugar, em todos os espaços, tem sido uma escolha política de reafirmação e conscientização. A descoberta chegou em um momento muito necessário e, apesar dos desafios de vivenciar uma deficiência “invisível” somente para as outras, a investigação foi o meu maior ato de coragem e autocuidado, pois o diagnóstico me salva *todos os dias*.

Por isso, foi especialmente significativo poder trilhar esse caminho nesse momento de formação no mestrado, não somente por finalmente encontrar estratégias eficazes para lidar com meu Transtorno de Ansiedade de uma maneira profunda e contextualizada, o que tornou a minha relação com a academia muito mais saudável; mas também por ter encontrado nas minhas leituras e na pesquisa meios de desmistificar certezas e ressignificar um tanto de coisa.

Roy Wagner (2010) estava certo quando disse que o contato com outras culturas provoca uma necessidade de autoanálise que possibilita à pesquisadora identificar novas potencialidades e possibilidades da vida, fazendo-a passar por mudanças subjetivas importantes.

E foi isso que o mestrado, minha orientadora, a etnografar e, especificamente, as mulheres negras que acompanhei - Lydia Garcia, Bárbara Bombom e Carla Santos -, com suas práticas ciberativistas, me ensinaram: topar o ato revolucionário de seguir meus afetos, repensar a vida, expandir horizontes para praticar uma luta por justiça social que permeia o cotidiano, as micropolíticas, as poéticas e as estéticas, as artes e outras educações, que demanda um olhar de dentro pra fora, uma transformação indivíduo-coletiva.

Topar me entregar a essa aventura de pensar outros modos de fazer pesquisa, produzir desvios e fabulações, desorganizou o meu interno e questionou meu modo de funcionamento sistemático, padronizado e rígido. Como um corpo sem órgãos, isto é, um conjunto de práticas não organizadas em funções, mas por intensidades (Deleuze; Guattari, 1996), não disciplinado e disruptivo, convidei o imprevisível para fazer parte; abri-me aos fluxos e ao devir.

Seguir essa ética da existência demandou, ainda, lançar-me ao desafio de reivindicar um corpo de escrita narrativa também sem órgãos, experimentando o âmago das escrevivências que mulheres negras vêm fazendo a muito tempo, em múltiplos contextos - onde agora soma-se o digital em suas multimídias -, contrariando o academicismo tradicional e convidando as nossas subjetividades a fazerem parte como um ato poético-político.

Então, muito prazer, eu sou a Kelly, tia de duas nenéns lindas e prima de duas crianças incríveis, filha de Elaine e Décio, irmã da Carol e da Ana Clara, sobrinha da Dallas, neta de Dona Neide e Dona Celsa, companheira de Andrew Gabriel, mãe de um gatinho e uma gatinha, mulher cis branca pedagoga autista bissexual amiga militante curiosa imaginativa medrosa e sonhadora. Corroborando com Audre Lorde (2020, p.106), “se eu não trouxer tudo o que sou ao que estiver fazendo, então não trago nada, ou nada de valor duradouro, pois omite minha essência”. Todas essas partes me compõem e atravessam de alguma maneira essa pesquisa, ciente ainda de tantas outras eus que continuarão sendo construídas pelo caminho.

*P.S.: Querida bell hooks (2017), a teoria atravessada pelos afetos é mesmo uma prática de cura e o maior ato de autocuidado. No final, ou no meio, no início e no avesso, o mestrado foi, acima de tudo, um grito de liberdade.*



ENI NÚÑEZ

Descolonizando  
**AFETOS**  
experimentações sobre  
outras formas de amar

@Despatologiza

meu autocuidado  
favorito é  
justiça social

autis

SÓ  
BO  
PA

## PREFÁCIO

A relação das sociedades com as tecnologias digitais foi intensificamente redefinida pela possibilidade de maior participação e autoria dos indivíduos em rede (Edméa Santos<sup>3</sup>, 2019), aspecto caracterizador da construção do segundo estágio de desenvolvimento da internet, comumente chamado de web 2.0. O impulsionamento acelerado das redes sociais no nosso cotidiano esvaziou conceituações como *offline* e *online* - não mais “entramos nas redes”, vivemos imersas constantemente em uma convergência de territórios “físicos” e digitais que, construída sob uma relação sociotécnica, produz ciberculturas como culturas não apenas “próprias da Internet”, mas próprias da *vida* contemporânea, reforçando a potência da era da ubiquidade nessa *cidade-ciberespaço* que hoje vivemos (Santos, 2019). Apesar de estarmos, indiscutivelmente, frente a uma revolução nas formas de vivenciar o mundo, outros “velhos” costumes e valores seguem sendo reproduzidos e foram ainda atualizados nessa nova dinâmica cibercultural, o que demanda a inserção de abordagens interseccionais críticas nos estudos da Educação, Comunicação e as Tecnologias.

No dia 26 de março de 2024, a Forbes Brasil lançou a lista “*Top Creators*”<sup>4</sup> pela primeira vez no país - trata-se da seleção dos dez maiores nomes que transformaram a sua visibilidade como influenciadoras/es digitais em grandes negócios rentáveis. Um fato observado sobre a divulgação movimentou as redes sociais durante aquele período: a ausência de pessoas negras. Apesar de não surpreendente, este dado alarmante nos leva a uma série de questionamentos, afinal, no país mais negro fora do continente africano, essa é mais uma demonstração de como operam as desigualdades raciais, sociais e econômicas no Brasil.

Ainda que não elucidados os critérios para a seleção, entendemos que as problemáticas são bem mais profundas e anteriores ao próprio nascimento da Internet e que, nesse cenário de *colonialismo digital*, puderam ser ainda mais intensificadas. À falta de representatividade e oportunidade e à desvalorização do trabalho de pessoas negras, somam-se os desafios enfrentados contra a plataformação das mídias digitais e sua dinâmica com os algoritmos, também racistas, sexistas, elitistas, capacitistas e tantos outros adjetivos - mas nunca neutros -, que ocultam formas extremas de dominação neocolonial e subjetiva na atualidade e criam a necessidade de imaginar coletivamente novas formas de resistir (Suely Rolnik, 2018).

---

<sup>3</sup> Conforme explica Thiane Barros (2021), as escritas feministas no Brasil procuram evidenciar mulheres nas referências usando seu primeiro nome junto ao sobrenome em suas primeiras aparições, suprimindo o primeiro nome nas demais.

<sup>4</sup> Foi o destaque da edição de número 117 da revista:

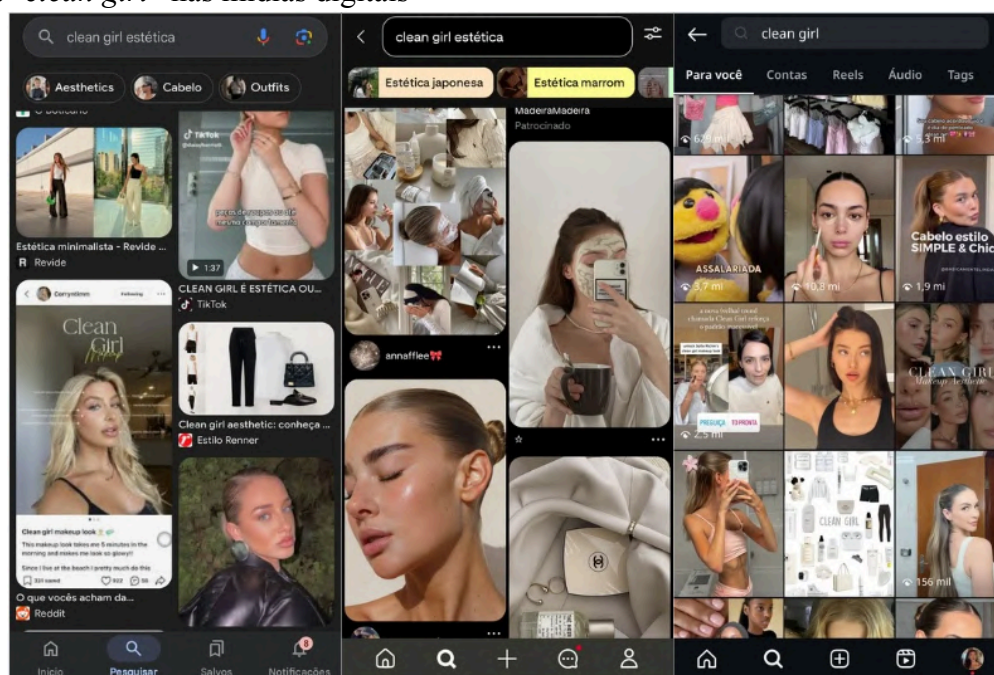
<https://forbes.com.br/forbes-mkt/2024/03/lista-forbes-top-creators-brasil-veja-quem-sao-os-10-escolhidos/#foto6>



Enquanto conceito polissêmico, “Tecnologia” pode carregar uma variedade de sentidos que permeiam desde a própria linguagem, a escrita, as artes, os artefatos culturais, as diversas técnicas, até as tecnologias digitais e as inteligências artificiais. Uma vez que nossa compreensão de mundo é mediada pela nossa relação com essas tecnologias, que nos formam e formam as sociedades em todos os aspectos sociais, históricos, culturais e políticos, Tecnologia também sinaliza Poder. Podemos considerar a própria noção de raça e gênero como uma *tecnologia social* criada para classificar e hierarquizar populações (Beth Coleman, 2009; Teresa de Lauretis, 1994). Operacionalizada de acordo com o contexto e o ambiente, requer manutenção diária para seguir produzindo desigualdades (Ruha Benjamin, 2021), atualizada a partir de meios diversos, nos quais se incluem as mídias digitais, que produzem performances opressivas a partir de suas ações, discursos e dinâmicas ciberculturais.

Tendências estéticas que viralizam nas redes, por exemplo, são construções performáticas de vieses excludentes que homogeneizam beleza e padrão de vida. Entre elas, o movimento “*Clean girl*” se popularizou em 2021 no Tiktok e Instagram e segue ainda hoje influenciando meninas/es, mulheres e outres a associarem uma estética “limpa” (o que seria sujo, então?) a padrões de beleza branca, corpo magro, jovem e sem deficiência, cabelos lisos e loiros, cujas práticas de “autocuidado” motivam um consumismo exacerbado e de alto custo, dificilmente alcançado pelas camadas populares brasileiras.

**Figura 2**  
Estética “*clean girl*” nas mídias digitais



**Fonte:** Printscreen da tela no Google, Pinterest e Instagram, respectivamente.

Observamos a partir disso como as estratégias de atualização de poder operam na contemporaneidade mediadas pelas mídias digitais, uma vez que a estética “*Clean girl*” nada mais é do que uma repaginação das tendências dos anos 1990<sup>5</sup>, disseminadas nas mídias tradicionais a partir da construção de estereótipos baseados nas *supermodels*. Os movimentos de mulheres, já naquele período, criticavam a construção dessa imagem de feminilidade e, como conquista, vimos avanços nos últimos anos para uma ressignificação de simbologias mais diversas nos meios tradicionais. No entanto, essas tecnologias sociais encontraram no digital uma nova possibilidade de discriminar e oprimir para a manutenção das relações de poder, agora em um espaço ainda pouco regulamentado e significativamente nocivo.

Raça e gênero são tecnologias da modernidade, aparatos coloniais que seguem produzindo desigualdades em diferentes esferas, sobretudo em processos de atravessamento simultâneo em mulheres negras, os quais conhecemos por interseccionalidade, que integram ainda outras tecnologias sociais de classificação e opressão. Por essa razão, mulheres negras compõem a última posição nos indicadores sociais que medem a desigualdade na população brasileira, isto é, é o grupo que mais agrega indicadores de baixa qualidade de vida (Taís Oliveira; Dulcilei C. Lima, 2021). Apesar dos dados apontarem a urgência dessa reflexão sobre a situação das sujeitas negras brasileiras, suas vivências não devem ser resumidas a um lugar de sofrimento e *resistência*. Precisamos pensar, coletivamente, enquanto sociedade e profissionais da Educação, meios de produzir e reafirmar uma positivação dessas memórias para a constituição de identidades negras orgulhosas e de um imaginário social mais democrático e menos opressivo, ancorado em outros processos educativos de *(re)existência*.

Assim, ainda que o sistema colonial-capitalístico crie necessidades e novas condições de opressão a partir da atualização das tecnologias sociais, também é possível encontrar brechas para a criação de novas possibilidades de ações contra-hegemônicas, sobretudo da ordem do cotidiano das vivências, das experiências poéticas e das micropolíticas, isto é, este campo que atua no invisível dos desejos, dos afetos, nas sensibilidades e nos modos de subjetivação (Guatarri; Rolnik, 1996). Nessas fissuras produzidas, expandimos a *resistência* não apenas como um ato de defesa que limita as experiências negras, indígenas e outras identidades minoritárias ao lugar cansativo e desgastante da luta, mas um ato também criativo ancorado em processos de invenção de outros modos de vida frente à colonialidade, o que Albán (2013) chama de *(re)existências*.

---

<sup>5</sup><https://blog.riachuelo.com.br/dicas-de-moda/clean-girl/#:~:text=A%20est%C3%A9tica%20clean%20girl%20%C3%A9,quando%20estavam%20fora%20do%20trabalho>

É nesse sentido que o digital - e mais especificamente, as redes sociais - tem se configurado enquanto um espaço para a produção criativa e multimidiática de narrativas mais justas e autorais de (re)existência de mulheres negras que reivindicam um protagonismo positivo e amplo de suas histórias, negado pelas mídias tradicionais e outros lugares legitimados de produção de conhecimento (Oliveira; Lima, 2021) que, historicamente, reforçam os estereótipos que subjagam a população feminina negra. Essa ocupação do digital constitui uma outra dinâmica de ativismo caracterizada pela utilização de diferentes instrumentos consolidados a partir de diferentes atrizes/atores que, no acionamento de práticas dotadas de representatividade e empoderamento, rompem com a institucionalidade dos movimentos sociais anteriores e se organizam sem lideranças aparentes, configurando-se enquanto *novíssimos movimentos sociais* (Rodrigues; Bruna Pereira, 2023) - consolidados com as manifestações de junho de 2013 no Brasil (Maria Gohn, 2016), movimentadas e acionadas primeiro nas redes sociais, e que seguem reverberando contextos atuais.

Sob este panorama, a noção de uma quarta onda do movimento feminista, intitulada ciberfeminismo, é defendida por algumas teóricas (Marlise Matos, 2018) para definir a integração do movimento às Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC's). Antes, contudo, Zelinda Barros (2009), mulher negra, educadora, antropóloga e ciberativista, explica que este termo foi criado em 1991 por um grupo de mulheres da Austrália, chamado VNS Matrix, que propunha que as diferenças entre as mulheres eram encerradas nas redes. Na tentativa de se diferenciar desta concepção que propõe um ciberespaço universal e homogêneo, Barros (2009) apresenta o conceito de ativismo digital enquanto movimento que possui orientações ideológicas e se posiciona na defesa de bandeiras diversas.

Apesar de compreender as mudanças revolucionárias do movimento nos últimos anos<sup>6</sup>, este estudo considera e trabalha a partir do posicionamento da autora, uma das primeiras referências nas discussões sobre as atuações feministas negras na internet (Thiane Barros, 2021), para nomear como ativismo digital e/ou ciberativismo as práticas diversas de enfrentamento às desigualdades de raça, gênero e outras formas de opressões no digital.

Embora o conceito de novíssimos movimentos sociais seja considerado por Rodrigues e Pereira (2023) a partir de páginas de coletivos, corroboramos com a perspectiva de Rolnik (2018) sobre a formação de um corpo coletivo comum a partir de sinergias individuais para

---

<sup>6</sup> Exemplos dessas mudanças que apresentam os ciberfeminismos como também plurais são encontrados em dois livros lançados recentemente, que em muito vão de encontro à nossa proposta, por Edméa Santos (2022) - "Escrevivências ciberfeministas e ciberdocentes: narrativas de uma mulher durante a pandemia Covid-19" - e pela mesma autora em parceria com Terezinha Fernandes e Sara Wagner York (2022) - "Ciberfeminismos e cibereducações: narrativas de mulheres durante a pandemia de Covid-19".

tratar de corpos-perfis de sujeitas negras que, apesar de não formarem necessariamente um coletivo como o Blogueiras Negras, o Geledés, o Criola, entre outros; constituem nós nas redes a partir da troca e vivência com outras mulheres negras, também ocupantes do digital, que expandem micropoliticamente a afirmação do direito de (re)existir em seus cotidianos, protagonizam as histórias que querem que sejam contadas, constroem uma vontade coletiva de agir e fortalecem-se com base em afecções comuns.

Essa característica integra uma nova fase dos Feminismos Negros que potencializa seu caráter rizomático e sua capacidade de compor redes interdisciplinares (Barros, 2009), permeando a produção de exercícios de multiplicidades (Gallo, 2002). Neste cenário, os Feminismos Negros encontraram a possibilidade de realizar uma atuação ainda mais atenta ao cuidado de não homogeneizar o movimento e anular as diversidades, conforme advertem Lorde e Sueli Carneiro (2019), e potencializaram a ampliação de debates interseccionais para além de raça e gênero, sendo este, portanto, um dos marcos de seus ativismos digitais, observado por Dulcilei C. Lima (2019) em seu doutorado.

Esta pesquisa se debruçou, portanto, nessa característica diversa dos ativismos digitais de mulheres negras para olhar outras tecnologias sociais produzidas enquanto *irracionalidades* (Fanon, 2023). Questionamos não só a problemática da supremacia masculina e branca, mas também a representação como aberrações das formas de vivenciar a sexualidade e o gênero para além da cisheteronormatividade, a caracterização de um modelo de funcionamento e padronização de mundo que exclui as vivências neurodivergentes e experiências de deficiências, a desumanização de pessoas idosas como sujeitas de direitos - se criança é um “vir a ser”, idosas/os são vistas/os como um “ser que já foi” -, e tantas outras formas de pensamento que hierarquizam as diferenças e *fixam* identidades inferiorizantes a essas/es sujeitas/os, isto é, congeladas em estereótipos *irracionais* naturalizados que desumanizam e limitam, no olhar colonial, a complexidade de suas agências (Fanon, 2023).

Este olhar que abarca a complexidade desses atravessamentos converge ao conceito de mulheridades proposto por Letícia Nascimento (2021), mulher trans, negra e atuante nas redes sociais, que caracteriza as diversas concepções do ser mulher na contemporaneidade, ocupantes de novos espaços para seus agenciamentos subjetivos e coletivos no digital.

Assim, mulheridades negras, atravessadas por diferentes tecnologias sociais, compõem os diversos ciberativismos no cotidiano de suas redes sociais não somente para difundir conhecimentos visando a erradicação das práticas racistas da outra, mas para afirmar suas identidades e existências múltiplas a partir da potência criativa de produzir-postar história e vida, ressignificando, a partir de suas narrativas no digital - que aqui eu chamo de

*escrevivências multimodais* - processos de encontros e desencontros, descobertas e (re)descobertas de si e do mundo para (re)existir coletivamente, em que a Educação não acontece somente na aprendizagem efetiva antirracista, mas, enquanto organismo vivo, completo e múltiplo, está presente nas dinâmicas que permeiam a vivência coletiva e que constroem formas-outras de existir, autodefinir e autoavaliar (Patrícia Hill Collins, 2019), autoatualizar e autorrecuperar (hooks, 2023b), expressando-se e atuando diante das opressões racistas, sexistas, patriarcais, etaristas, classistas, cisheteronormativas e capacitistas por outros caminhos culturais, afetivos, poéticos e políticos. A construção dessa percepção sobre outras formas de vivenciar os ciberativismos é a germinação da minha trajetória no Mestrado e uma extensão de pesquisas anteriores realizadas na Graduação que investigavam, sobretudo, as possibilidades de aprendizagens antirracistas no digital.

O conceito de *escrevivências multimodais* no digital foi pensado a partir das *escrevivências* de Conceição Evaristo (2020) como prática que une a escrita e vivência como aspectos indissociáveis, ao mesmo tempo individuais e coletivos, que possibilitam às sujeitas se inscreverem no mundo. A escolha por manter o indicativo da *escrita* + vida, embora as narrativas contemplem formas outras de expressão, tem o objetivo de honrar a ancestralidade, ao mesmo tempo em que inclui reinvenções cotidianas com o fenômeno da *multimodalidade* que, no digital, expande as formas de produções literárias ao possibilitar variadas formas de comunicação que, sob uma semiótica social, mais do que simplesmente somadas, são produzidas e constituídas de maneira articulada e dinâmica (Kress; Van Leeuwen, 2006).

Sensibilizada por essas reflexões construídas durante todo o caminhar da pesquisa, nos quais se incluem as descobertas no Estado da Arte enquanto dispositivo-referência, isto é, esse “algo” que me afetou enquanto pesquisadora e me permitiu iniciar o mapeamento de um fluxo de sentidos (Virgínia Kastrup; Regina Barros, 2009), esbarramos com Lydia Garcia, mulher negra de 87 anos, educadora, artesã e musicista; Carla Santos<sup>7</sup>, mulher negra autista, professora do Ensino Superior e criadora de conteúdo digital; e Bárbara Bombom, mulher negra trans quilombola, faxineira, transgênero, moradora e ativista política em Goiânia.

Orientadas pela ética da etnografagem, acompanhamos seus perfis no Instagram durante os meses de novembro de 2024 a fevereiro de 2025, com o objetivo de **mapear suas práticas culturais-afetivas-ativistas expressas nas múltiplas linguagens possibilitadas pela rede, a fim de acompanhar as narrativas postadas e identificar linhas de fuga imaginativas-educativas de outros mundos e Feminismos Negros possíveis**. Por isso, indagamos:

---

<sup>7</sup> Este nome fictício foi escolhido pela ativista, uma vez que optou pela não identificação de seu perfil.

*Se “a opressão forma as condições de resistência” (Grada Kilomba, 2021, p.69), como estão sendo construídas linhas de fuga no território digital por essas mulheridades negras idosas, trans e com deficiência para a produção de suas (re)existências? Como essas práticas culturais-afetivas constroem perspectivas ciberativistas e educativas?*

Para produzir tais movimentos reflexivos, propomos outros objetivos específicos que permeiam: 1- Apresentar os pressupostos teóricos dos Feminismos Negros e suas interseções com as tecnologias; 2- Etnocartografar as vivências de três sujeitas negras no Instagram e suas relações com as maneiras outras de construir um ciberativismo poético e político; 3- Especular acerca de quais outros Feminismos Negros podem estar sendo construídos no digital a partir das narrativas postadas de uma mulher negra idosa, uma mulher negra trans e uma mulher negra com deficiência; 4- Refletir sobre como essas vivências ciberativistas permeiam a Educação.

O Instagram é a plataforma digital mais desenvolvida em termos interativos, constituindo uma variedade de mídias de textos, imagens, vídeos e áudios que transformaram o potencial narrativo da rede social, comparável ao potencial narrativo da própria literatura e do cinema (Manovich; Mariya Kozharinova, 2024). Isso significa dizer que este é um lócus de produção de existências que forma pessoas e se forma no processo de seus múltiplos agenciamentos, interferindo, ainda, em processos educativos que nos propomos a acompanhar e refletir, sendo essas as justificativas de nossa escolha por habitar esse território.

Os nossos movimentos de especular/fabular não seguem a definição mais evidente de invenção como algo não verdadeiro e/ou enganatório; ao contrário, é potência criativa para imaginar outras possibilidades de vida, nos sentidos construídos por Deleuze e Guattari (1996). Acompanhar práticas culturais-afetivas-ativistas denota a invenção de uma cultura como um movimento dialético, um processo constante de reinvenção de significados e significantes que não estão postos nem fixos; ao contrário, nascem da relação entre sujeitas/os e mundos, moldados a partir de interpretações pessoais-coletivas (Wagner, 2010) construídas a partir das criações do universo da própria pesquisadora, que igualmente dependem da criatividade daquelas com quem escolheu conviver durante um tempo (Goldman, 2011).

Neste encontro de conceitos filosóficos e antropológicos, construímos nossos caminhos a partir da etnocartografia como atitude metodológica, uma aposta ético-política que acompanha processos de mudança de si e do mundo (Passos; Regina Barros, 2009) não para propor soluções, mas para mapear conexões e imaginar outras formas de vida e de (re)existências. Assim como é fluida a própria vida, que nos demanda estar à altura do que

nos acontece como uma *ética* deleuziana, nesse processo de pesquisa não há um caminho dado a priori; somos levadas a flutuar por encontros e afecções nas relações pesquisadora e sujeitas das pesquisas que, no contexto digital, operam sob outras dinâmicas interativas.

Durante quatro meses habitando o território Instagram de Lydia Garcia, Bárbara Bombom e Carla Santos, estivemos abertas ao encontro de suas vivências compartilhadas como escrevivências multimodais, e refletimos aspectos subjetivos, culturais e políticos de uma construção poética e cotidiana dos ciberativismos dessas mulheres negras enquanto sujeitas comuns, praticantes culturais, que inventam usos e sentidos do seu cotidiano para ressignificar criativamente a cultura dominante, assim como outrora refletiu Certeau (1998).

Como um encontro da cartografia e da etnografia, este caminho metodológico possibilita outros modos de construir conhecimento e percepções do mundo *com* as outras, não *sobre* as outras, acompanhados de reflexões dos agenciamentos da própria pesquisadora como parte do processo que demandam, portanto, mudança nas práticas de narrar, como propõem Passos e Barros (2009). Aderimos, portanto, ao convite dos estudos e vivências feministas negras, para incluir nossas emoções e subjetividades ao discurso não como um contraponto à razão, mas “um modo de torná-la mais concreta, mais humana e menos abstrata (Lelia Gonzalez, 2020, p.44), compreendendo vida e pesquisa como indissociáveis.

Neste movimento de contrariar o academicismo tradicional, nos opomos a posições coloniais e reivindicamos a escrita como um ato político, corpo sem órgãos. Como ato político, não há neutralidade no discurso, pois “todas/os nós falamos de um tempo e lugar específicos, de uma história e uma realidade específicas (Kilomba, 2021, p.58). Nesse sentido, é importante situar que os processos foram acompanhados e especulados pelo olhar de uma mulher cis branca, uma *pesquisadora* da área da educação das relações étnico-raciais e suas interfaces com as tecnologias e a comunicação que, para todos os efeitos, compreende os lugares que é impossibilitada de alcançar por não ter algo caro aos movimentos feministas negros: a vivência. Contudo, defendo a perspectiva de que todas as pessoas devem ser chamadas a refletir e dialogar com as possibilidades de pensar outros modos de vida que especulem justiça social, afinal, nós é que temos responsabilidade na estruturação do racismo.

Entendendo isso, busco me qualificar nesse sentido desde a apresentação de um trabalho sobre pedagogia decolonial na disciplina de Antropologia em Educação, ministrada pelo professor Dr. Alessandro Oliveira, ainda no primeiro semestre do curso de Pedagogia. Sinto que foi um momento de encontro à minha essência, pautada desde sempre na empatia, na alteridade e no olhar atento às questões sociais. Por isso, carrego a luta antirracista, o Feminismo, a luta contra lgbtqia+fobia, contra o capacitismo e contra outras opressões como

um compromisso de vida, ainda que nem todas permeiem diretamente o meu corpo e as minhas vivências, pois vejo como uma compromisso da *sociedade* como um todo.

Trataremos, portanto, a relação de Outridade nas teorias feministas negras apenas a título de representação das nuances do debate, pois, neste trabalho, reivindicamos as sujeitas como sujeitas e não outras, não em uma tentativa de lhes dar a voz, pois “essas vozes existem e estão cada vez mais presentes no campo acadêmico por si mesma, escrevendo em primeira pessoa” (Oliveira, 2024, p.14), mas numa tentativa de conhecer e acompanhar outras formas de ser e estar nos territórios digitais e, acima de tudo, aprender com Lydia Garcia, Bárbara Bombom e Carla Santos a imaginar outros mundos e educações constituídas no digital.

O texto está dividido em seis partes, além da introdução e considerações finais, que contemplam reflexões - quase - finais e as nossas projeções de futuro para um caminho sempre em devir. Na primeira, são apresentados os resultados do mapeamento bibliográfico em plataformas digitais de pesquisa, ancorado no Estado da Arte como dispositivo-referência, e a descoberta das lacunas que reorientaram o nosso percurso. Na segunda parte, dialogamos com um referencial teórico pautado nos estudos críticos raciais, pós-coloniais e dos Feminismos Negros para apresentar o cerne da nossa discussão que, inspirada nas considerações de Barros (2021), compreende raça e gênero não como um recorte para análise, mas como um fundamento, enquanto a interseccionalidade é uma ótica de mundo. Na terceira parte, apresentamos as interseções do debate acima com as tecnologias e um breve panorama sobre os ciberativismos feministas negros. A quarta parte apresenta e justifica nossa escolha metodológica, afetiva e política, pelas vias da etnocartografia, embasada também nos pressupostos da Teoria Ator-Rede de Latour (2012).

Finalmente, o quinto capítulo narra os meses de acompanhamento e apresenta as fabulações produzidas, experimentadas a partir de conceitos da Filosofia da Diferença e de Deleuze e Guattari (1996) para pensar as narrativas em zonas de intensidades como territórios próprios, mas essencialmente conectados, partindo de linhas dura enquanto estruturas fixas e segmentadas que controlam as sociedade para linhas de fuga enquanto movimentos de ruptura, de desterritorialização e de novas possibilidades de vida. O sexto capítulo desenvolve as nossas ideias de escrevivências multimodais atreladas aos conceitos de autodefinição e autoavaliação de Collins (2019), autoatualização e autorrecuperação de hooks (2023b) e explica como esses processos se constituem, por si só, enquanto educações *minoritárias* (Gallo, 2002), ancoradas em outros processos estéticos, poéticos e políticos.



Inspirada nas fabulações de Kilomba (2021) sobre Frantz Fanon, *convido-as/os para o meu universo e não para o universal*, pois não pretendo falar em nome de todas as experiências, tampouco em nome dessas três mulheres negras potentes, dona Lydia, Carla Santos e Bárbara Bombom, com quem só tenho a somar e seguir aprendendo e inventando cultura.

## 1. Passos que vêm de longe: mapeando o passado-presente e projetando o futuro-presente<sup>8</sup>

Para tratar do inventário de determinado campo do conhecimento, podemos utilizar a imagem de alguém que iniciou uma caminhada e num certo ponto faz uma parada, olha para trás, toma fôlego, reavalia os objetivos do caminhar e se coloca em posição de retomar o percurso, podendo mesmo reorientar o seu rumo em função da “reflexão” e da recuperação que o ato de interromper a marcha possa ter promovido (Dayrell; Carrano, 2009, p.7).

Entre idas e vindas no processo de caminhar-pesquisar, entender a grandiosidade das paradas para rever caminhos outros percorridos possibilita o encontro de novos horizontes para a nossa trajetória. É sob essa perspectiva que o Estado da Arte se insere nesse estudo. Com o objetivo de mapear, em amplo acervo, as produções científicas de determinado campo do conhecimento para identificar as abordagens dominantes e emergentes, compreender os principais resultados e abrir possibilidades para pesquisas futuras (Marília Sposito, 2009), este entrecruzamento de ideias permite uma continuidade do processo de construção do conhecimento, pautado no reconhecimento dos passos que vieram antes dos nossos e suas contribuições para a jornada de descoberta das lacunas que demandam novas caminhadas.

Realizamos, nesse sentido, uma parada exploratória em cinco plataformas digitais de pesquisas - Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), Catálogo de Teses e Dissertações e Portal Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), site da Scientific Electronic Library Online (SciELO) e reuniões científicas/anais nacionais da ANPED - para encontrar estudos produzidos por outras/es viajantes pesquisadoras, professoras e estudantes, no período de 2013-2023, sobre os diversos ativismos negros no digital.

Os trabalhos foram selecionados a partir dos descritores - “relações étnico-raciais e redes sociais”; “cibercultura e relações étnico-raciais”; “ciberespaço e relações étnico-raciais”; “relações étnico-raciais na internet”; “movimento negro nas redes sociais”; “movimento negro na internet”; “ciberativismo negro”, “netativismo negro”; “movimento antirracista nas redes sociais”; “racismo e redes sociais”; na presença e na ausência das aspas para ampliar o universo de busca. Nas reuniões científicas da ANPED, organizadas por Grupos de Trabalho (GTs) de diversos campos do conhecimento, selecionamos o GT03

---

<sup>8</sup> Uma síntese deste capítulo foi reorganizada, apresentada e publicada em forma de resumo expandido nos anais da XVII Reunião Científica Regional da ANPED Centro-Oeste, GT 16 - Educação e Comunicação. Disponível em: [https://base.pro.br/sites/regionais/docs/14836-TEXTO\\_PROPOSTA\\_COMPLETO.pdf](https://base.pro.br/sites/regionais/docs/14836-TEXTO_PROPOSTA_COMPLETO.pdf)

(Movimentos sociais, sujeitos e processos educativos), GT16 (Educação e Comunicação) e GT21 (Educação e Relações Étnico-Raciais) para exploração bibliográfica na plataforma.

No primeiro movimento de mapeamento dos estudos que exploram os *ciberativismos* negros, encontramos cento e seis trabalhos - quarenta do IBICT, vinte e um do Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, quarenta artigos do Portal de Periódicos da CAPES, dois artigos da Scielo e três trabalhos da ANPED. A fim de aproximar as produções aos nossos objetivos propostos, direcionamos o nosso caminho considerando alguns critérios de elegibilidade: **1.** Ter como campo de pesquisa as novas mídias, **2.** Reconhecer o território digital não como recurso, mas tecnologia da vida contemporânea que possibilitou a interconexão de seres humanos e máquinas em dinâmicas de relação próprias e novas formas de configurações coletivas não-hierárquicas - na perspectiva de redes sociotécnicas de Latour (1994) - e, portanto, campo onde se constroem práticas ativistas com linguagens próprias, **3.** Analisar não as ocorrências de racismos, mas as dinâmicas dos contradiscursos produzidos no digital, **4.** Posicionar os ativismos negros digitais em lugar de centralidade, não apenas situados e/ou contextualizados e **5.** Ter como foco exclusivo agentes e sujeitos(as) negros(as).

Na inevitabilidade de ser afetada por essa etapa do processo de caminhar-pesquisar, uma primeira reorientação de trajetória proporcionada pelo Estado da Arte resultou em uma última definição de critério: **6. Trabalhar com o protagonismo de mulheres negras nos *ciberativismos*.** Esse processo de pesquisa é apresentado na trilha a seguir:

**Figura 3**  
Parada exploratória do Estado da Arte



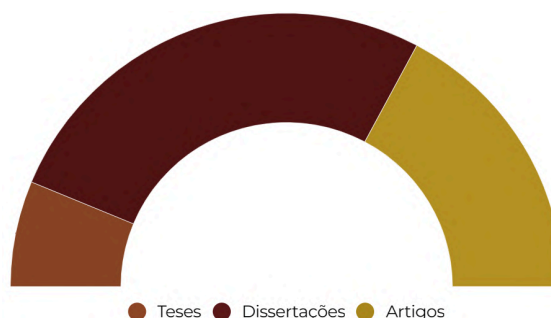
**Fonte:** Produzido pela autora com auxílio de inteligência artificial para *template*.

Em meu percurso acadêmico, tive a oportunidade de ter um contato mais próximo com a perspectiva feminina negra nos estudos das relações étnico-raciais somente no último semestre da graduação, de maneira especial. Encontrar maioria de trabalhos nessa perspectiva no universo dos *ciberativismos* negros - aproximadamente 65% - acessou esse lugar de afeto e me instigou a querer pesquisar as dinâmicas de interações, (re)existência, afetos, pertencimento e aprendizagens construídas no universo digital de mulheres negras.

Sendo assim, a bagagem final de análise do corpus do Estado da Arte compreende um total de **trinta e dois trabalhos**, prevalecendo dezessete dissertações (53,13%), seguidas de onze artigos (34,38%) e quatro teses (12,50%), expressadas no gráfico da Figura 2.

**Figura 4**

Gráfico - Equivalência de cada tipologia de documento no corpus final



**Fonte:** Produzido pela autora.

Uma hipótese levantada no Estado da Arte consistia na ideia de que as produções científicas relacionadas aos ativismos negros digitais protagonizados por mulheres negras começaram a crescer significativamente depois do ano de 2020 em decorrência do cenário de pandemia da Covid-19, com a ampliação do uso da Internet<sup>9</sup>, aumento na audiência das redes sociais em 40%<sup>10</sup> e consequentes reflexos na própria dinâmica da vida social contemporânea.

A hipótese foi, contudo, refutada. O gráfico da Figura 3 demonstra a relevância de 2019 nesse contexto com aumento expressivo dos estudos na área - de três trabalhos em 2018 para nove no ano seguinte. Acreditamos que esse aumento, bem como os números expressivos em 2021 (seis) e 2023 (cinco), ocorreu devido ao **a)** cenário pós-eleições, com vasta disseminação de *fake news* e campanhas realizadas massivamente pelas redes sociais e

<sup>9</sup> TIC Domicílio 2020, realizada pelo Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (CETIC.BR).

<https://cetic.br/pt/noticia/cresce-o-uso-de-internet-durante-a-pandemia-e-numero-de-usuarios-no-brasil-chega-a-152-milhoes-e-o-que-aponta-pesquisa-do-cetic-br/>

<sup>10</sup> Estudo realizado pela Kantar, empresa de dados especializada em pesquisas de mercado.

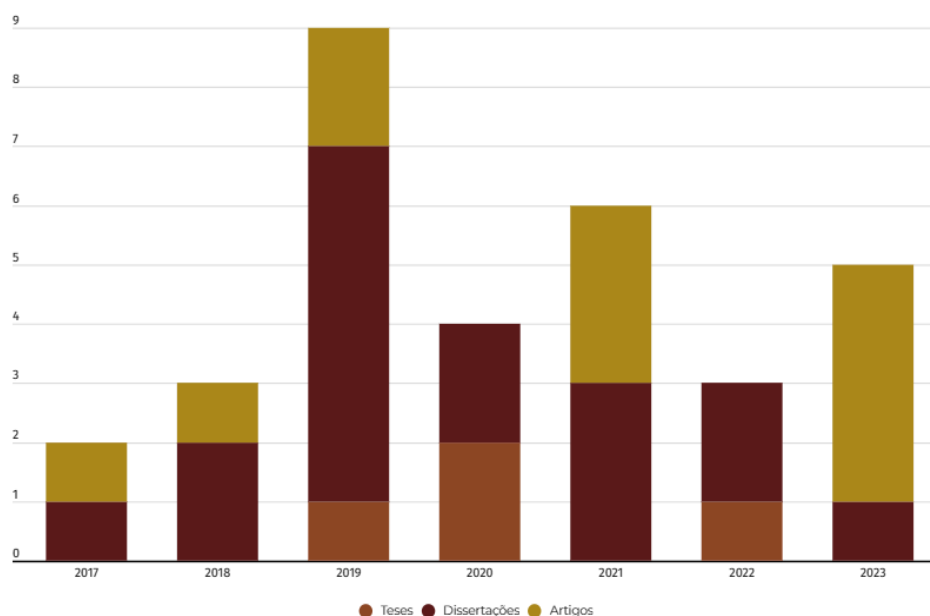
<https://www.digideias.com.br/redes-sociais-aumentam-em-40-sua-audiencia-durante-a-pandemia/>

**b)** assassinato da vereadora Marielle Franco em 2018, período que marcou a política brasileira pelo sexismo, racismo e decorrentes demandas políticas dos coletivos de mulheres negras (Danielle Ferreira; Naína Araújo, 2023). Apesar disso, não descartamos as influências da pandemia nessas e outras pesquisas.

Observa-se ainda que os trabalhos foram encontrados apenas a partir do ano de 2017, o que evidencia o campo como relativamente novo no cenário acadêmico e justifica a importância da continuidade do seu processo de construção do conhecimento.

### Figura 5

Gráfico - Número de Teses, Dissertações e Artigos por ano



**Fonte:** Produzido pela autora

O local de produção dos estudos é um aspecto importante para refletirmos as relações sócio-históricas e políticas na distribuição dos trabalhos por região. Tal análise considerou a localidade dos programas de pós-graduação no Brasil, uma vez que os artigos podem ser enviados de locais diversos à origem das revistas. Assim, das vinte e uma teses e dissertações, dez foram produzidas no Nordeste - quase metade do total (45.45%) -, sendo três da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e duas da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Refletimos sobre esse levantamento considerando a tradição de lutas populares e políticas por direitos sociais da região, afetada historicamente pelo desenvolvimento desigual no Brasil. As políticas públicas voltadas para o Nordeste nos anos de governo do Partido dos Trabalhadores (PT) proporcionaram crescimento econômico e melhorias significativas nas



condições de vida do povo nordestino, o que contribuiu para a construção de uma importante base dos governos de esquerda (Evellyne Pereira, 2019), instituindo, então, uma aproximação com as pautas sociais e a noção da identidade como fenômeno histórico e político.

O Nordeste possui a maior concentração de pessoas autodeclaradas pretas e a segunda maior população de “pardos” - 13% e 59,6%, respectivamente<sup>11</sup>, além de sofrer um histórico de xenofobia que pressupõe relação com o contexto étnico-racial da região, que sofre ainda preconceitos de classe, gênero, estereótipos relacionados à estética, intelectualidade e outros. Nas eleições de 2022, por exemplo, declarações viralizadas nas redes sociais relacionaram maior eleitorado do Presidente Lula na região devido a uma “alta taxa de analfabetismo”<sup>12</sup>.

Essa tentativa de inferiorização da população nordestina é baseada, para além dos estigmas equivocados, em percepções elitistas que relacionam classe, intelectualidade e consciência crítica/política. Em contraposição, compactuamos com Muniz (2022) quando diz que “a formação e a consciência política não nascem das nuvens etéreas dos discursos, mas das experiências concretas, da vida e das lutas cotidianas”. Nesse sentido, o Nordeste é reconhecido por sua vasta cultura literária e artística que realiza denúncias sociais, fortalece a identidade nordestina e contribui para a consciência crítica da região, aproximando-se à noção de alfabetização política de Freire (1997) enquanto compreensão crítica da realidade que é essencial para uma transformação social.

Em conjunto, os avanços proporcionados pelas políticas de ações afirmativas, sobretudo a reserva de vagas para estudantes pretas/os e pardas/os, transformou a realidade do ensino superior e enegreceu as universidades federais brasileiras, o que possibilitou a chegada dessas denúncias sociais e debates críticos e abriu portas para a ocupação, pelo movimento negro brasileiro, da academia outrora branca e elitista.

Acreditamos, portanto, que os aspectos mencionados contribuem para a maior concentração das pesquisas na região. Em seguida, a região Sudeste apresenta sete trabalhos (aproximadamente 32%), o que pode ser explicado pelo seu alto número de programas de pós-graduação<sup>13</sup>. A região Sul apresentou dois trabalhos (9,52%), região Norte e região Centro-Oeste um trabalho em cada (4,76%), conforme demonstrado na Figura 4.

<sup>11</sup> Dados do Censo Demográfico de 2022 divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). <https://www.metropoles.com/brasil/censo-2022-pela-1a-vez-desde-1991-brasil-tem-mais-pardos-que-brancos>

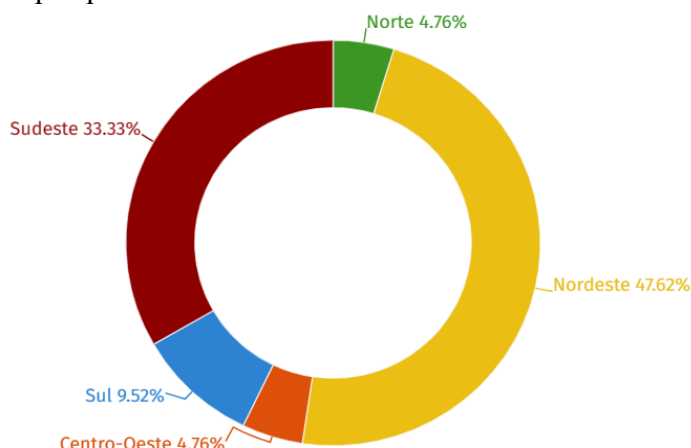
<sup>12</sup> Declaração partiu do ex-presidente Jair Bolsonaro e viralizou nas redes. <https://revistacenarium.com.br/bolsonaro-relaciona-nordestinos-a-analfabetismo-e-especialistas-alegam-tentativa-de-inferiorizacao/>

<sup>13</sup> Dados da Plataforma Sucupira.

<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/programa/quantitativos/quantitativoRegiao.jsf>

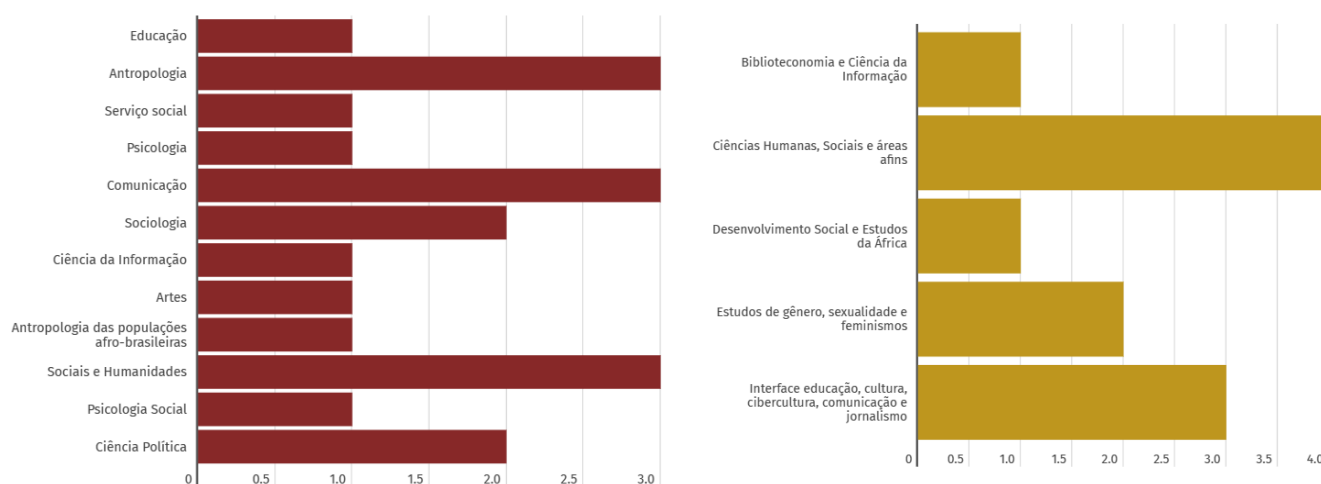
**Figura 6**

Gráfico - Regiões das pesquisas de doutorado e mestrado



Fonte: Produzido pela autora

Em relação às áreas básicas de conhecimento das teses e dissertações<sup>14</sup>, demonstradas na Figura 5, os campos da Comunicação, Sociais e Humanidades e Antropologia prevaleceram com três trabalhos em cada, seguido das áreas de Sociologia e Ciência Política, com dois trabalhos em cada. As áreas de pesquisa das revistas nas quais se inserem os artigos também destacam as Ciências Humanas, Sociais e áreas afins (quatro trabalhos), os estudos da interface entre Educação, Cultura, Ciberultura, Comunicação e Jornalismo (três trabalhos) e os estudos de Gênero, Sexualidade e Feminismos (dois trabalhos), demonstrado na Figura 6.

**Figura 7:** Gráfico - Áreas Básicas de conhecimento das teses e dissertações (à esquerda)**Figura 8:** Gráfico - Áreas de estudo dos artigos (à direita).

Fonte: Produzido pela autora

<sup>14</sup> A análise considerou a caracterização dos programas de pós-graduação na Plataforma Sucupira da CAPES.

Assim, tanto nas teses e dissertações quanto nos artigos, percebemos uma preponderância das áreas de Ciências Sociais, Ciências Humanas e Comunicação na produção dos estudos relacionados ao ativismo negro digital com protagonismo das mulheres negras. Esses campos do conhecimento estudam os seres humanos em suas inter-relações, nas relações com a sociedade, com os meios, em contextos históricos, culturais e políticos, nos quais as mídias comunicacionais estruturam e são estruturadas, inseridos então os movimentos sociais em suas diversas formas de ativismo por defenderem as causas sociopolíticas e lutarem pelos direitos dos grupos minoritários da sociedade que sofrem as opressões de gênero, raça/etnia, classe, sexualidade, regionalidade, capacitismo, entre outras.

### 1.1 O que as pesquisas revelam?

Para compreender as condições de produção das pesquisas em suas metodologias, agentes, principais referenciais teóricos, contextos e principais conclusões, realizamos a leitura dos resumos, introdução e considerações finais das teses e dissertações e artigos em sua integralidade, encontrando ainda as brechas deixadas como oportunidades de somar conhecimento no campo do ciberativismo de mulheres negras. O quadro a seguir mostra quais são essas produções por autor(a), ano, título do trabalho, tipologia, instituição/revista e link.

**Quadro 1:** Corpus final do Estado da Arte

	<b>Autores/as</b>	<b>Ano</b>	<b>Título</b>	<b>Tipologia</b>	<b>Instituição/ Revista</b>	<b>Link</b>
<b>1º</b>	Mory Márcia de Oliveira Lobo	2022	Mulheres negras em rede: materialidades discursivas no Facebook	Tese	Universidade Federal de Mato Grosso	<a href="https://ri.ufmt.br/handle/1/4410">https://ri.ufmt.br/handle/1/4410</a>
<b>2º</b>	Flávia da Silva Clemente	2019	Novas manifestações de racismo e sexismo contra mulheres negras e contradiscursos das ativistas digitais negras	Tese	Universidade Federal de Pernambuco	<a href="https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/34218">https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/34218</a>
<b>3º</b>	Poliana Ribeiro Arcelino de Macedo	2018	Blogueiras negras: luta por reconhecimento social e feminismo negro na internet	Dissertação	Universidade Federal da Paraíba	<a href="https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/19960">https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/19960</a>
<b>4º</b>	Alejandra J. Josiowicz	2023	El Poder de Nombrar Intelectuales Antirracistas Feministas Brasileñas en Plataformas Digitales	Artigo	Sexualidad, Salud y Sociedad - Revista Latinoamericana	<a href="https://www.scielo.br/j/sess/a/PRDrZFvVbBPKNxx55y94wdf/?lang=es">https://www.scielo.br/j/sess/a/PRDrZFvVbBPKNxx55y94wdf/?lang=es</a>



5º	Ceres Marisa Silva dos Santos	2020	A comunicação afrodiaspórica decolonial de mulheres negras brasileiras de quatro coletivos nas redes digitais	Tese	Universidade de São Paulo	<a href="https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27152/tde-24022021-153915/pt-br.php">https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27152/tde-24022021-153915/pt-br.php</a>
6º	Dulcilei da Conceição Lima	2020	#Conectadas : O feminismo negro nas redes sociais	Tese	Universidade Federal do ABC	<a href="http://biblioteca.ufabc.edu.br/index.php?codigo_sophia=122072">http://biblioteca.ufabc.edu.br/index.php?codigo_sophia=122072</a>
7º	Mona Lisa da Silva	2019	Das ruas ao ciberespaço: ativismo e ciberativismo de mulheres negras na era virtual	Dissertação	Universidade Federal do Ceará e Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira	<a href="https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNILAB-1_50df05fb6ecf3ba9dd20472cf44dad83">https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNILAB-1_50df05fb6ecf3ba9dd20472cf44dad83</a>
8º	Aline Santos de Campos Guedes	2021	Trajetos e conexões: vereadoras negras eleitas em 2020 na cidade de São Paulo e a prática política nas redes sociais	Dissertação	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	<a href="https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/24446">https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/24446</a>
9º	Suzielen Taiana das Graças	2018	Resistência: ativismo e articulação de mulheres negras através de Redes Sociais	Dissertação	Universidade Federal da Integração Latino-Americana	<a href="https://dspace.unila.edu.br/items/b79f3c08-11ae-46b6-9f86-363a6c829ef4">https://dspace.unila.edu.br/items/b79f3c08-11ae-46b6-9f86-363a6c829ef4</a>
10º	Thais Pereira da Silva	2019	Construções identitárias & TICs: o caso do blog "Blogueiras Negras"	Dissertação	Universidade de São Paulo	<a href="https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-27122019-170340/pt-br.php">https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-27122019-170340/pt-br.php</a>
11º	Tauani Susi da Silva Marques de Oliveira	2020	Representação de mulheres negras no Instagram: Análise narrativa dos comentários do feed de Nátaly Neri, Preta Gil e Talíria Petrone no Dia da Consciência Negra	Dissertação	Universidade Federal Fluminense	<a href="https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&amp;id_trabalho=9462039">https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&amp;id_trabalho=9462039</a>
12º	Danielle Lins Lima Ferreira Náina Jéssica Carvalho Araújo	2023	O ciberfeminismo negro como ferramenta de visibilidade e resistência contra o sexismo e o racismo na contemporaneidade	Artigo	Revista Espaço Acadêmico	<a href="https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/65421/751375155398">https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/65421/751375155398</a>
13º	Telma Sueli Pinto Johnson Pedro	2017	Apropriações Midiáticas do Feminismo Negro na Contemporaneidade Brasileira	Artigo	Revista Observatório	<a href="https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/observatorio/article/view/3">https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/observatorio/article/view/3</a>

	Augusto Farnese  Marcela Xavier Ribeiro					327
14°	Nadine Matias Bovet  Renato Victor Lira Brito  Karine Danielle Costa Lira	2023	Ciberativismo de Feministas Negras na rede social Instagram	Artigo	Revista Áskesis	<a href="https://www.revistaaskesis.ufscar.br/index.php/askesis/article/view/767">https://www.revistaaskesis.ufscar.br/index.php/askesis/article/view/767</a>
15°	Thaís Pereira da Silva	2018	TICS: resistência das mulheres negras	Artigo	Revista Brasileira De Biblioteconomia e Documentação	<a href="https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/757">https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/757</a>
16°	Flávia da Silva Clemente	2021	Sabemos Resistir: Racismo e Sexismo na internet	Artigo	Africa Development	Sabemos Resistir: Racismo e Sexismo na internet - CAPES (exlibrisgroup.com)
17°	Winnie Bueno  Joanna Burigo	2019	Possibilidades e limites da utilização do Facebook como uma ferramenta de construção de diálogos e saberes entre mulheres	Artigo	Revista Interfaces Científicas -Humanas e Sociais	<a href="https://periodicos.set.edu.br/humanas/article/view/4890">https://periodicos.set.edu.br/humanas/article/view/4890</a>
18°	Cristiano Sant'Anna  Isadora Souza da Silva	2021	Oxum e ekedis: a ancestralidade feminina negra dos terreiros refletido nas redes sociais	Artigo	Revista Espaço Acadêmico	<a href="https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/54040">https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/54040</a>
19°	Emanuella Geovana Magalhães de Souza  Odilanir de Oliveira Leão  Francis Musa Boakari	2021	Nós por Nós: protagonismo e resistência de mulheres afrodescendentes no Instagram	Artigo	Revista ECCOM: Educação, Cultura e Comunicação	<a href="https://openurl.ebsco.com/EPDB%3Aagd%3A6%3A10259862/detailv2?sid=ebsco%3Aplink%3Aascholar&amp;id=ebsco%3Aagd%3A152132888&amp;crl=c">https://openurl.ebsco.com/EPDB%3Aagd%3A6%3A10259862/detailv2?sid=ebsco%3Aplink%3Aascholar&amp;id=ebsco%3Aagd%3A152132888&amp;crl=c</a>
20°	Mariana Cruz e Silva da Costa	2022	Quando me vi negra: a formação da identidade da mulher negra de pele clara e o fortalecimento	Dissertação	Universidade Federal	<a href="https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/2479">https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/2479</a>

			do movimento negro ciberativista na Paraíba		da Paraíba	2
21º	Dailza Araújo Lopes	2017	Ciberativismo como estratégia política: um estudo sobre grupos de mulheres negras crespas e cacheadas no facebook e em Salvador/BA	Dissertação	Universidade Federal da Bahia	<a href="https://repositorio.ufba.br/handle/ri/35757">https://repositorio.ufba.br/handle/ri/35757</a>
22º	Roberta Aragao Machado	2019	Belém a partir das margens: mulheres negras em marcha	Dissertação	Universidade Federal do Pará	<a href="https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&amp;id_trabalho=7926134">https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&amp;id_trabalho=7926134</a>
23º	Leticia Eli Pereira Campos	2021	Mulheres negras em ciberativismo: produzindo subjetividades, ciberespaço e escrevivência.	Dissertação	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	<a href="https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&amp;id_trabalho=12056928">https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&amp;id_trabalho=12056928</a>
24º	Danielle Lins Lima Ferreira	2023	Vivências de Representatividade e Visibilidade da mulher negra em mídias sociais através de uma análise de escrita de si das influenciadoras digitais no agreste meridional de Pernambuco	Dissertação	Universidade de Pernambuco	<a href="https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&amp;id_trabalho=13749177">https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&amp;id_trabalho=13749177</a>
25º	Ana Carolina Lima Claudino	2022	Construção de identidades e letramento nas redes sociais: a luta das lésbicas negras pelo direito de existir	Dissertação	Universidade Federal do Rio de Janeiro	<a href="https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&amp;id_trabalho=13336139">https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&amp;id_trabalho=13336139</a>
26º	Elen Taline Silva de Carvalho	2019	Mulheres negras na construção de autodefinições: uma análise de suas escritas para o blogueiras negras	Dissertação	Universidade Federal da Bahia	<a href="https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&amp;id_trabalho=9129662">https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&amp;id_trabalho=9129662</a>
27º	Leticia		Entre mulatas e moreninhas: constituição identitária e		Universidade	<a href="https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/con">https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/con</a>

	Taynara dos Santos Silva	2021	processos de autoafirmação de mulheres negras nas redes sociais	Dissertação	Federal de Alagoas	sultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11075920
<b>28º</b>	Edilania Vivian Silva dos Santos	2019	Visualidades antirracistas de mulheres negras no Cariri Cearense	Dissertação	Universidade Federal da Paraíba	<a href="https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&amp;id_trabalho=7628334">https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&amp;id_trabalho=7628334</a>
<b>29º</b>	Victor Leitao de Paiva	2020	Turbilhões de dor e aceitação: o YouTube como espaço de reflexão social na produção videográfica de youtubers negras	Dissertação	Universidade Federal Fluminense	<a href="https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&amp;id_trabalho=10767631">https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&amp;id_trabalho=10767631</a>
<b>30º</b>	Davila Maria Feitosa da Silva	2019	A construção da estética feminina negra a partir de informações étnico-raciais disseminadas no Youtube	Dissertação	Universidade Federal do Cariri	<a href="https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&amp;id_trabalho=11467247">https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&amp;id_trabalho=11467247</a>
<b>31º</b>	Tatiana Santos da Paz	2019	Processos formativos de uma pesquisadora negra no campo da cibercultura e educação: implicações e trajetórias	Artigo	ReDOC: Revista Docência e Cibercultura	<a href="https://www.e-publicacoes.uerj.br/re-doc/article/view/47246">https://www.e-publicacoes.uerj.br/re-doc/article/view/47246</a>
<b>32º</b>	Cristiano Rodrigues Bruna Cristina Jaquetto Pereira	2023	Ativismo feminista negro digital: políticas estéticas e afetivo-sexuais	Artigo	Cadernos Pagu	<a href="https://www.scielo.br/j/cpa/a/nyndx9343s8zyxmyndLPrtg/?lang=pt">https://www.scielo.br/j/cpa/a/nyndx9343s8zyxmyndLPrtg/?lang=pt</a>

**Fonte:** Produzido pela autora

Para compreender como as autoras/es se orientaram nas pesquisas e quais indagações estão sendo levantadas no cenário, analisamos o contexto geral dos objetivos dos trabalhos e identificamos três eixos problematizadores, analisados a partir de seus aspectos principais e não exclusivos, pois inevitavelmente conversam ao longo das produções: **1.** Analisar produções discursivas nas redes como forma de ativismo feminista negro; **2.** Compreender a

apropriação das TDIC's por mulheres negras para a construção do Feminismo Negro no digital e para a mobilização política contra o racismo, o sexismo e outras opressões, bem como analisar as dinâmicas de sua atuação; e 3. Compreender, a partir dos *ciberativismos* negros protagonizados por mulheres negras, os processos de construção, afirmação e autodefinição da identidade feminina negra no digital, de construção da subjetividade, afetividade e representatividade nas redes sociais. O Quadro 2 apresenta a distribuição quantitativa dos trabalhos a partir de seus objetivos, seguindo a ordem do quadro anterior:

**Quadro 2:** Questões orientadoras das pesquisas

Objetivos dos trabalhos	TOTAL
Analisar produções discursivas de mulheres negras nas redes	4 (1º ao 4º)
Investigar como as TDIC's estão sendo apropriadas para construir o Feminismo Negro e lutar contra o racismo, sexismo e outras opressões	15 (5º ao 19º)
Compreender os processos de construção de identidade, vivência de afetividade e subjetividade feminina negra nas redes	13 (20º ao 32º)

**Fonte:** Produzido pela autora

O contexto das pesquisas se mostrou inserido intensivamente nas discussões dos Feminismos Negros e da Interseccionalidade, no qual autoras como Lelia Gonzalez, Patricia Hill Collins, Sueli Carneiro, bell hooks, Carla Akotirene e Kimberlé Crenshaw são referenciadas em peso nos trabalhos, entre outras, como Grada Kilomba e Nilma Lino Gomes, que também aparecem com certo destaque. Para outras discussões referentes à identidade, raça/etnia e racismo, autores como Franz Fanon, Stuart Hall e Munanga também são acionados. Em relação às discussões das interações das tecnologias comunicacionais na vida contemporânea, internet, cibercultura e movimentos sociais, Manuel Castells é o autor mais citado, destacando-se também André Lemos, Donna Haraway, Henri Jenkins e Muniz Sodré.

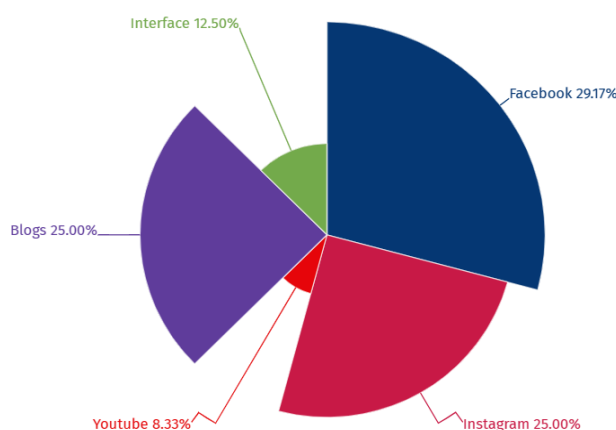
Os percursos metodológicos dos estudos priorizaram, de maneira não exclusiva, a etnografia em espaços digitais a partir de suas diferentes denominações (Netnografia de Robert Kozinets ou Etnografia Virtual de Cristine Hine), aparecendo em dez trabalhos, e as vertentes de análise do discurso, como análise do discurso francesa, análise crítica do discurso (ACD), análise do discurso foucaultiana e análise crítica tecnodiscursiva, aparecendo em nove trabalhos. Pesquisa Ativista, Análise de Conteúdo de Bardin, entrevistas e formulários online

também apareceram com certo destaque, entre outras. Sete trabalhos não nomearam uma metodologia para explorar as redes, e outros seis apresentaram discussões puramente teóricas.

Os diversos ativismos digitais negros protagonizados por mulheres negras foram explorados a partir de diferentes redes sociais, em que se destacou o Facebook com 29%, Instagram e Blogs com 25% cada, 12,50% dos estudos exploraram mais de uma rede social e 8% utilizaram o Youtube, conforme demonstrado no gráfico da Figura 7. O Blogueiras Negras, responsável pelo aumento da visibilidade do ativismo feminista a partir de 2013 (Rodrigues; Pereira, 2023), foi o agente mais pesquisado, seguido de influenciadoras digitais, youtubers, entidades de mulheres negras e coletivos nas redes sociais.

**Figura 9**

Gráfico - Redes Sociais como campo de pesquisa



**Fonte:** Produzido pela autora

Um segundo atravessamento importante do Estado da Arte foi a percepção de um número significativo de autoidentificação de pessoas negras nos textos, que relacionaram suas pesquisas com suas próprias vivências. Essa observação trouxe a lembrança de quando a professora Dra. Renísia Garcia, docente da Universidade de Brasília, em resposta a uma fala minha, disse que achava curioso quando chamávamos as questões étnico-raciais de “temática”, pois, para ela, era sua própria vivência enquanto mulher negra. Naquele momento, compreendi a necessidade de reorientar a minha perspectiva de estudo das relações étnico-raciais considerando sua urgência para além de um campo de conhecimento e “tema” de interesse, o que certamente ampliou meu olhar e meu compromisso com a luta antirracista.

Esse *insight* atentou-me para a necessidade de pensar quem são as autoras por trás dos textos. Nas produções dos artigos, há o prevalecimento do envolvimento de dezesseis

mulheres, enquanto a participação dos homens foi de apenas cinco. A análise da intersecção gênero e raça/etnia na autoria das pesquisas considerou a autodeclaração nos trabalhos, e por isso, contemplou somente as teses e dissertações, uma vez que a maioria dos artigos foram escritos por mais de uma autora e não apresentavam tal identificação, principalmente por se tratar de um trabalho que busca ser mais objetivo e conciso.

Portanto, das quatro teses que compõem o corpus, todas são de autoria de mulheres negras que se autodeclaram no texto e relacionam-no com suas próprias vivências. Nas dezessete dissertações, houve a participação de apenas um homem, autodeclarado negro, que relaciona a pesquisa com suas experiências de vida, e quatorze mulheres negras, as quais oito se autodeclaram e fazem essa correlação, duas não o fazem, e quatro foram identificadas pelo Lattes, por heteroidentificação desta pesquisadora, pela impossibilidade de acessar o texto integral. Isso significa que aproximadamente 85,7% das autorias das teses e dissertações integrantes do corpus final de análise do Estado da Arte pertencem a mulheres negras.

**Figura 10**

Gráfico - Gênero-raça/etnia na autoria das teses e dissertações



**Fonte:** Produzido pela autora

Compreendemos esse movimento de escrita de si a partir de atravessamentos coletivos central no diálogo feminista negro baseado na dororidade (Vilma Piedade, 2017) - acolhimento que considera as múltiplas opressões acometidas por mulheres negras -, que permite novas formas de perceber o mundo e construir identidades, pois, sendo escrita e vida inseparáveis (Gloria Anzaldua, 2000), é “o entendimento e o estudo da própria marginalidade que criam a possibilidade de devir como um novo sujeito” (Kilomba, 2021, p.69).

É interessante ressaltar que mulheres negras protagonizaram as produções de mestrado e doutorado sobre ativismo negro digital mesmo antes da definição do último critério, que estabelecia como recorte tal protagonismo no contexto, contabilizando então 73,33%. Esse é

um número significativo que nos leva a refletir sobre a importante atuação das mulheres negras no contexto contemporâneo de relação intrínseca entre Educação, Tecnologias e Comunicação e consequente produção de novas formas de ativismo decorrentes das dinâmicas socioculturais e políticas que permeiam o digital e refletem na agenda pública, no qual a presença de jovens mulheres ativistas tem sido marcante na construção dos ciberativismos (Rodrigues; Pereira, 2023; Ferreira; Araújo, 2023) e na formação crítica.

O cenário de pós-graduação é composto de 82,7% de estudantes brancas/os, ao passo em que apenas 2,7% são pretas/os e 12,7% são “pardas”/os<sup>15</sup>. No país de maior população negra fora do continente africano, os dados alarmantes evidenciam como a Educação, que historicamente foi ferramenta significativa para a manutenção do *status quo*, permanece ainda hoje reproduzindo as desigualdades socioeconômicas, raciais e de gênero que estruturam o nosso país, do ensino básico ao ensino superior. Subverter a lógica hegemônica deste espaço é acreditar em um esperançar de Paulo Freire (1992) e bell hooks (2021) - uma ação de efeito coletivo no estabelecimento de comunidades capazes de reagir às opressões. Se “cada cabeça é um quilombo” (Beatriz Nascimento, 1989), encaro o protagonismo de mulheres negras no desenvolvimento de pesquisas neste campo uma conquista importante no contexto masculino e brancocêntrico da academia e ato significativo de aquilombamento que tem produzido, ao mesmo tempo individual e coletivamente, maneiras outras de se pensar a vivência, o afeto, a identidade negra, a (re)existência, a luta, os processos educativos antirracistas e feministas, construindo-se, assim, projetos políticos de Educação atentos para transformação social.

Como principais conclusões, os trabalhos consideram as redes sociais sob uma perspectiva sociológica que abarca e atualiza as opressões vivenciadas por mulheres negras ao mesmo tempo em que também permite a construção de táticas de enfrentamento ao racismo e sexismo, possibilitando a organização sociopolítica das mulheres negras e construindo novas formas de atuação dos Feminismos Negros no digital, percebido como território de construção de um discurso contra-hegemônico que oportuniza a construção e afirmação de uma identidade negra positiva em contraponto à lógica das mídias tradicionais, que historicamente construíram e seguem construindo estereótipos que desumanizam corpos de mulheres negras, sendo então espaço para protagonizarem suas narrativas, oposto ao lugar de silenciamento e submissão provindos da lógica colonial, patriarcal, racista e sexista.

Além disso, os trabalhos versam sobre as redes sociais como local de trocas de experiências, afetos, empoderamento e vivências de mulheres negras, possibilitando um

---

<sup>15</sup> Levantamento realizado em 2020 pela Liga de Ciência Preta Brasileira.

<https://gife.org.br/apesar-do-aumento-de-pessoas-negras-nas-universidades-cenario-ainda-e-de-desigualdade/>



sentido de pertencimento e de comunidade advindas de um ativismo agora descentralizado que aciona discussões importantes para a agenda pública, reivindicando a existência de mulheres negras enquanto sujeitas políticas e produtoras de conhecimentos capazes de chegar a lugares que a academia nem sempre alcança.

## **1.2 Entre uma pausa e outra, encontrando rastros: a retomada**

O processo do Estado da Arte é percebido neste estudo na perspectiva da coletividade, uma vez que pesquisas não nascem do vácuo, partem sempre de vivências e experiências individuais e coletivas que permitem a continuidade do processo de construção de conhecimento a partir de brechas encontradas que podem, ainda, reorientar o nosso percurso - como reorientou de maneira avassaladora o nosso, sendo, por isso, posicionado enquanto dispositivo-referência desse estudo por permitir-nos iniciar o mapeamento de um fluxo de sentidos (Virgínia Kastrup; Regina Barros, 2009).

Partindo desse contexto, os trabalhos encontrados apresentaram caminhos diversos que serviram como referência para essa pesquisa, que encontrou como lacuna apenas uma pesquisa realizada no campo da Educação e estudos que acompanharam, em sua totalidade, uma perspectiva homogênea da mulheridade negra, considerando raça e gênero como únicos feixes de atravessamento. Por isso, escolhemos dialogar com corpos-outras ainda não anunciadas, como mulheres negras idosas, mulheres negras trans e mulheres negras com deficiência. O objetivo foi acompanhar outras perspectivas de mulheridades negras que também estão ocupando o território digital para (re)construir suas próprias narrativas e identidades, vivenciar afetos, produzir subjetividades, epistemologias dissidentes e ações micropolíticas nas redes sociais contra o racismo, o sexismo, o etarismo, o capacitismo e outras formas de opressões, sob o panorama de um ativismo que é experienciado no cotidiano do Instagram como movimentos de menor visibilidade, tão importantes quanto, que contrapõem a lógica neoliberal e capitalista operante das plataformas digitais, uma vez que as pesquisas, até então, também focaram em sujeitas com elevado número de seguidoras/es.

Além disso, pretendemos acompanhar-fabular acerca de quais caminhos a etn-cartografia, ética de pesquisa não utilizada nos estudos mapeados, pôde nos revelar na construção desse processo dialógico com sujeitas outras ocupantes das redes sociais em seus devires. Ainda como contribuição, ressaltamos que mulheres negras fora do Ensino Superior também se configuram como público não participante dos diálogos anteriores, sendo esta uma

potencialidade para devires outros que se interessem em refletir o ativismo feminista negro digital a partir dessa perspectiva.

O próximo capítulo apresenta os pressupostos dos Feminismos Negros, ancorados nas teorias raciais críticas, pós-coloniais e teorias de gênero, para compor a primeira parte da costura teórica que orienta este estudo.

## 2.131 anos de uma suposta libertação: o mito da democracia racial

Cresci ouvindo que nosso Brasil era o país da diversidade, abençoado pela miscigenação, onde “*negro, branco, pardo, colorido, caucasiano, todos em um grito de não ao preconceito, viva a miscigenação! Mistura de raças, somos a cor do brasil. (...) Somos mistura, comunidade, aceitamos todos (...)*”<sup>16</sup>. A escola, como aparelho ideológico do Estado (Althusser, 1976), reproduzia essa concepção nos debates cotidianos, em datas festivas, nas aulas sobre o “descobrimento” do Brasil e a formação da sociedade brasileira. Contava-se sobre a escravidão quase como um acontecimento inevitável, “experiência” necessária, obra do destino. A naturalidade com que posicionavam “índio” e “negro” em lugar de inferioridade marcaram em nosso imaginário uma concepção de ausência de humanidade frente à superioridade dos “grandes aventureiros” brancos. Tal desumanização levava-nos a conceber “índio” e “negro” como objetos, enquanto sujeito era homem e branco.

Para não contrapor a noção de “misturas raciais”, ensinava-se que o “índio” e o “negro” faziam parte da nossa cultura - apenas na culinária, nas danças, nas músicas e em alguns básicos costumes. Essas “classificações eurocêntricas do tipo ‘cultura popular’” (Gonzalez, 2020, p.128) indiretamente dispõem um lugar de exotização e folclorização da pessoa negra e indígena, o que é também uma maneira de negar seu status de humanidade e invisibilizar sua participação na formação da sociedade brasileira em sua essência. Apesar de antigo, esse contexto perpassa os dias atuais e segue formando gerações que são desestimuladas a pensar criticamente as relações étnico-raciais no Brasil.

A noção de democracia racial foi materializada por Gilberto Freyre em 1933, cuja obra intitulada “*Casa Grande & Senzala*” foi responsável por difundir internacional e nacionalmente a ideia do Brasil como paraíso racial e, portanto, modelo de comprovação da possibilidade de convivência harmoniosa entre raças/etnias. A instituição dessa falsa ideia de um país livre do racismo opera ainda hoje sob a justificativa de ausência de leis segregacionistas, como as institucionalizadas nos Estados Unidos e África do Sul e dificulta o reconhecimento do racismo ocorrido no Brasil - um racismo *à brasileira*, “implícito”, um crime perfeito, pois mata a consciência das vítimas e de toda a sociedade brasileira (Munanga, 2017). Por esse motivo, o movimento negro desempenhou um papel importante para a caracterização da democracia racial enquanto um “mito” que “oculta mais do que revela”

---

<sup>16</sup> Essa música é de Victor Kreutz e foi tema de abertura de I Love Paraisópolis, novela “das sete”, transmitida em 2015 pela TV Globo. <https://www.youtube.com/watch?v=Y7jUmD9dtvE>

(Gonzalez, 2020, p.165), permeado de uma violência implícita e simbólica que, além de tudo, naturaliza a violentação de mulheres negras e indígenas por senhores brancos como base do processo de miscigenação.

A concepção do mito da democracia racial é reforçada historicamente em todos os âmbitos e reproduzida massivamente pelas mídias tradicionais, pelas artes e pela Educação, integrando o cotidiano e o imaginário social da população brasileira. Este é um dos cenários que impossibilita o avanço da discussão sobre a superação do racismo e o estabelecimento de uma verdadeira democracia neste país, que utilizou de políticas de incentivo à massiva imigração europeia para branquear a população, reproduzir valores ocidentais e negar a contribuição africana e indígena na herança sociocultural brasileira (Gonzalez, 2020). Por isso, ainda que não institucionalizado, dizemos que o racismo estruturou não apenas as relações sociais, mas o próprio projeto de nação brasileira em seu desenvolvimento capitalista, ocorrido às custas da exploração do povo negro e indígena, sobretudo, e da própria natureza (Geni Nuñez, 2023; Krenak, 2020).

Assim, como um dos legados do período de escravidão no Brasil, a população negra foi exposta a um processo de desenvolvimento desigual (Gonzalez, 2020) em variados contextos - econômico, histórico, social e político -, o que durante muito tempo sequer foi incluído nos estudos acadêmicos. E se a história da população negra foi invisibilizada, a das mulheres negras foi quase inexistente durante um longo tempo. Ocupando-se então da necessidade de construir um viés interpretativo que partisse de um outro lugar (Flávia Rios; Márcia Lima, 2020), Lelia Gonzalez foi uma das intelectuais brasileiras mais expressivas na busca pela construção de uma teoria sobre a situação particular das mulheres negras no contexto de escravidão e pós-abolição, seguida de Sueli Carneiro também no contexto brasileiro, bell hooks e Angela Davis no contexto estadunidense, entre outras, que se ocuparam também em caracterizar os efeitos violentos do racismo e do sexismo sobre a população feminina negra daquele período e que nos ajuda a entender a nossa realidade atual.

## **2.1 Racismo e sexismo na construção das mulheridades negras**

Apesar da predominância de homens negros escravizados, a situação das mulheres negras escravizadas não foi suavizada (Gonzalez, 2020); ao contrário, enquanto o racismo definiu a escravidão de pessoas negras, o sexismo determinou que o destino das mulheres negras seria ainda mais pesado (bell hooks, 2023a), caracterizado pelo árduo trabalho doméstico em contato direto com a família branca, episódios contínuos de violência física,

sendo “tão severamente espancadas quanto os homens escravizados” (hooks, 2023a, p.50), violência sexual para satisfazer os senhores brancos e, ainda, exploração de seus corpos para a reprodução. Nesse sentido, as denúncias tanto de Lélia Gonzalez quanto de bell hooks, apesar de contextos políticos e geográficos distintos, se confluem sob as mesmas conclusões - os efeitos negativos e contínuos sob a imagem da mulheridade negra a partir de estereótipos, discutidos também por Patricia Hill Collins (2002) e Carneiro (2003), como herança de papéis sociais definidores da condição feminina negra e sua exclusão, ainda na contemporaneidade.

Sob a justificativa de que mulheres negras eram naturalmente imorais e desinibidas sexualmente, a exploração sexual das mulheres negras era legitimada socialmente na sociedade, sendo realizada por senhores brancos ou, em alguns casos, homens negros (hooks, 2023a). Apesar da designação ter surgido na escravidão, como explicita a autora, os efeitos operaram sobre a psique dos indivíduos e são responsáveis pelos estereótipos que perduram sobre as mulheres negras na atualidade. É sob essa condição que nasce a noção de “mulata” no contexto brasileiro (Gonzalez, 2020) e “Jezabel” no contexto estadunidense (hooks, 2023a; Collins, 2003) - sujeita negra sexualizada, “morena da cor do pecado”, da “bunda” avantajada e do corpo proibido, objetificada como um produto pronto para consumo.

A articulação da divisão racial e sexual do trabalho naturaliza, até os dias de hoje, mulheres negras na condição de “trabalhadoras do lar”, instituindo uma segunda noção - “doméstica”, prestadora de serviço para sua família e para a família branca (Gonzalez, 2020). Essa condição, como exposto anteriormente, era delegada às escravizadas negras, que viviam em constante contato com a família branca, sofrendo as investidas dos senhores e, por vezes, violências de suas mulheres (hooks, 2023a; Gonzalez, 2020). É importante ressaltar que essas imagens eram construídas simultaneamente e em contraposição à construção de uma identidade feminina branca como símbolo da pureza, fragilidade e ideal de mulher, o que denota como a superioridade feminina branca foi constituída a partir da exploração da mulheridade negra (hooks, 2023a). Ambas as perspectivas determinam, ainda hoje, a maneira pela qual mulheres negras são vistas na sociedade, podendo, inclusive, articular-se como atribuições de uma mesma sujeita, a depender do contexto em que são vistas:

Vale observar que a expressão popular mencionada anteriormente - “Branca para casar, mulata para fornicar, negra para trabalhar” - tornou-se uma síntese privilegiada de como a mulher negra é vista na sociedade brasileira: como um corpo que trabalha, e que é superexplorado economicamente, ela é uma faxineira, cozinheira, lavadeira etc. que faz o “trabalho pesado”

das famílias de que é empregada; como um corpo que gera prazer e que é superexplorado sexualmente, ela é a mulata dos desfiles de Carnaval para turistas, de filmes pornográficos etc., cuja sensualidade é incluída na categoria do “erótico-exótico” (Gonzalez, 2020, p.69).

Uma terceira noção refletida por Gonzalez (2020) acerca das mulheres negras é definida pela figura da mãe preta (ou *Mammy*, no contexto estadunidense) - mulheres negras escravizadas que cuidavam e educavam as filhas e os filhos da família branca, “amas de leite”. A imagem construída da “babá negra ideal” consistia em uma mulher negra dócil, assexuada, de preferência em um corpo gordo, que “também precisava dar a impressão de não ser limpa, por isso usava um lenço sujo e engordurado na cabeça” e que, além de tudo, possuía como virtude “seu amor pelos brancos, a quem ela servia de bom grado e passivamente” (hooks, 2023a, p.141-142).

Esses estereótipos nascidos do período escravocrata foram (e ainda são) intensamente reproduzidos nas mídias tradicionais, na linguagem cotidiana e nas artes, influenciando a forma como as mulheres negras se veem e são vistas na sociedade.

### Figura 11

Articulação racismo e sexismo na construção das mulheridades negras



Fonte: Pintura de Di Cavalcanti (1960) - Mulata em rua vermelha; Pintura de Armando Vianna (1923) - Limpando metais e Capa da música Carolina Mammy, de Billy James, ilustrada por Dorothy Dulin (1922), respectivamente.

A “babá negra ideal” seria a representação da mulheridade negra totalmente entregue à submissão da família branca, passiva e acomodada (Gonzalez, 2020; hooks, 2023a; Collins, 2003). Contudo, ao contrário das outras formas de resistência ativa de pessoas negras no

período de escravidão - apesar da história que insiste em representar escravizadas/os passivas frente ao sistema -, como a formação dos quilombos, os movimentos armados e figuras femininas negras de liderança como Luísa Mahin, Maria Felipa, Tereza de Benguela, Dandara dos Palmares e Aqualtune, Gonzalez (2020) considera que a “mãe preta” representava uma outra forma de resistência “passiva”, que eu também entendo como ativa-passiva, com base na interpretação da autora. Passiva porque, enquanto principal cuidadora das filhas e dos filhos da família branca, a mãe preta era a responsável por passar para as crianças brancas seus valores e ensiná-las a língua materna (Gonzalez, 2020). Ativa porque, nesse processo de internalização de valores, “conscientemente ou não, passaram para o brasileiro ‘branco’ as categorias das culturas africanas de que eram representantes” (Gonzalez, 2020, p.54).

Assim, uma vez que uma sujeita que possui a linguagem possui também um mundo expresso por essa linguagem (Fanon, 2023), Gonzalez (2020) explica que a mãe preta, ao constituir o processo de construção da linguagem das crianças da família branca, materializou a africanização como uma das fundantes da cultura brasileira e protagonizou um símbolo de resistência contra as colonialidades operantes na nossa história.

## **2.2 Colonialismo-colonialidades e a construção da Outridade**

É tempo de aprender a libertarmo-nos do espelho eurocêntrico onde nossa imagem é sempre, necessariamente, distorcida. É tempo, enfim, de deixar de ser o que não somos.

Aníbal Quijano

Dentre os infinitos ensinamentos que Paulo Freire nos deixou, um que eu aprecio, acredito intensamente e tomo como compromisso indiscutível enquanto pedagoga, e cidadã, sintetiza-se na ética da Educação indissociável da política, na qual a neutralidade é um campo desconhecido e inconcebível (Freire, 2021). Dizer isso significa que a Educação carrega consigo as características da sociedade ao mesmo tempo que a determina, podendo, portanto, ser uma ferramenta de transformação social ou de manutenção do *status quo* à serviço das classes dominantes (Saviani, 2011), tendo sido essa última a posição ocupada historicamente.

Apesar de caminhararmos de mãos dadas com o movimento antirracista, feminista, anticapacitista, movimentos contra a lgbtqia+fobia, o classicismo e todas as formas de opressões, visando uma Educação transgressora e libertadora (hooks, 2017) que tem florescido de uma maneira bonita e potente nos últimos tempos, ainda há um longo caminho a ser percorrido. Enquanto Grécia e Roma seguirem sendo vistas como berços da civilização, o

colonialismo e todas as suas formas de destruição forem naturalizados, o homem cis branco, hétero, sem deficiência, europeu e as formas de vida ocidentais forem idealizadas como as únicas legítimas, uma ideologia que nega à população negra e outras populações de cor, como a indígena, o direito de se reconhecer na história (Munanga, 2015), seguiremos vivenciando e lutando pela “Utopia” que Paulo Freire tanto falou, e que compartilhamos como nossa.

Vivenciar a Educação enquanto ato político é compreender que a consumação da supremacia branca ocidental se deu a partir da exploração material e subjetiva das regiões e dos povos colonizados, como a América Latina. A experiência colonial, segundo Quijano (2004, 2005), estabeleceu um padrão mundial de poder colonial/moderno, capitalista e eurocêntrico pautado na racionalização de sujeitas e sujeitos para justificar a dominação, em um sistema de exploração escravagista para controle do trabalho voltado à produção de capital, na determinação do eurocentrismo enquanto modelo de produção, de conhecimento e controle das sujeitas(os) e um Estado que controla a coletividade; padrão esse que permanece determinando as relações de poder na contemporaneidade, perpetuando-se como uma extensão do colonialismo - a colonialidade do poder.

É nesse contexto que “raça” se configura como um fenômeno da modernidade, uma categoria sócio-histórica e política que reflete hierarquia e poder social como forma de naturalizar desigualdades, legitimar genocídio e segregar grupos minoritários (Almeida, 2019). Nesse processo, genocídio não se resume ao extermínio consumado de grupos étnico-raciais - reflete, ainda, um genocídio epistemológico e ontológico que tece raízes mais profundas e hierarquiza modos de produção de conhecimento e de vida, concepções ancoradas nas noções de colonialidade do saber e do ser (Quijano, 2005; Maldonado-Torres, 2007).

Essas relações de dominação, vale ressaltar, não foram pautadas apenas pelas relações de raça, mas de gênero também. Assim, buscando complexificar as reflexões de Aníbal Quijano, María Lugones (2008) inclui o gênero como elemento estruturante da colonialidade, uma vez que, segundo a autora, havia outras posições de gênero não hierarquizadas e não dicotômicas nas américas antes da colonização, sendo, assim, concepções inventadas pelos colonizadores que culminaram na instituição do patriarcado, o que o torna indissociável ao colonialismo/modernidade. Para a autora, gênero é percebido como um modo subjetivo de dominação em uma perspectiva interseccional que, pautada na Colonialidade do Gênero, produz efeitos violentos sobre os agenciamentos das mulheres de cor.

É nesse sentido que algumas autoras e autores refletem as questões coloniais e, portanto, patriarcais e racistas, sob a ótica da exploração subjetiva. As contribuições de Fanon (2023), apesar de retratar o “homem” como condição humana e invisibilizar mulheres negras



e outras identidades de gênero como sujeitas (Kilomba, 2021), auxiliam a compreender os efeitos de alienação que a experiência da colonização instituiu sob as/os colonizadas/os (Gonzalez, 2020) - teorias que inspiraram os trabalhos de Lélia Gonzalez e Grada Kilomba sobre a psiquê da mulheridade negra, também discutida por Collins (2003) e hooks (2023a).

Segundo Gonzalez (2020), “a eficácia do discurso ideológico é dada pela sua internalização por parte dos atores (tanto os beneficiários quanto os prejudicados), que o reproduzem em sua consciência e em seu comportamento imediatos” (p.34) e, quando operado sob a psiquê da/o colonizada/o, gera um processo de epidermização da inferioridade que se dá a partir do apagamento da originalidade da cultura do povo colonizado, que descobre a sua racialidade no contato com “a/o branca/o”, passa por um sofrimento psíquico de questionamento de sua própria humanidade por se contrapor ao ideal da branquitude, vivendo, assim, um dilema entre branquear-se ou desaparecer (Fanon, 2023); em outras palavras, força a busca por aniquilar-se para ser.

(...) começo a sofrer por não ser um branco na medida em que o homem branco me impõe uma discriminação, faz de mim um colonizado, extorque de mim todo o valor, toda a originalidade, diz que eu parasito o mundo, que preciso o quanto antes acertar o passo com o mundo branco. (...) Então tentarei basicamente me tornar branco, isto é, obrigarei o branco a reconhecer minha humanidade (Fanon, p.112-113).

O descobrimento da racialidade da/o colonizada/o a partir do contato com a/o branca/o retoma o raciocínio de que a supremacia branca é constituída às custas da exploração negra e indígena. Isso significa dizer que há um processo de “tornar-se diferente” a partir de um outro processo de discriminação ocasionado por um grupo que se define como “norma” - neste caso, a branquitude (Kilomba, 2021). Assim, a alteridade da pessoa negra torna-se não mais uma outra pessoa negra, mas uma pessoa branca (Fanon, 2023), em que essa é o “eu” universal e aquela a “Outra” diferente (Kilomba, 2021).

Há de se considerar, ainda, no panorama de uma análise interseccional, as múltiplas relações de “Outridade” existentes. Se as relações de dominação foram construídas a partir de outros atributos além da raça e se esses operam em múltiplos processos de opressão que convergem sobre uma mesma pessoa simultaneamente, qual é a situação das mulheres negras? Esses foram os questionamentos que inspiraram autoras negras a caracterizar um novo momento dos movimentos feministas que, apesar de ter surgido muito anteriormente, se consolidou efetivamente na década de 1980.

### **2.3 Sobre enegrecer o Feminismo e feminizar o Movimento Negro**

Os movimentos sociais, enquanto ações coletivas com características socioculturais e políticas que emergem a partir de demandas de determinados grupos em uma sociedade (Gohn, 1997), são organizados com o propósito de construir um senso coletivo de identificação entre sujeitas/os que buscam lutar por uma causa em comum e promover transformações na realidade social. Entre essas ações, o Feminismo é um movimento protagonizado por mulheres que reivindica direitos sociais, políticos e econômicos a partir de práticas e fomento de discussões na esfera do gênero e, mais tardiamente, da classe, raça/etnia, sexualidade, entre outros; em uma perspectiva interseccional. O movimento feminista é comumente caracterizado em ondas baseadas em uma lógica cronológica que analisa as movimentações e mudanças ocorridas ao longo do tempo, o que não significa que as dinâmicas de um período apenas se instituíram após a resolução total das questões anteriores; ao contrário, demandas diversificadas convergiram em um mesmo espaço-tempo ao longo do movimento (Camilla Siqueira, 2015) e foram vivenciadas de maneira não padronizada com manifestações diversas pelo mundo.

A organização do Feminismo enquanto um movimento social coletivo emergiu no contexto do século XIX a partir de reivindicações por direitos políticos, sociais e econômicos (Guacira Louro, 1997), embora seja possível observar, historicamente, outras ações levantadas contra as opressões sofridas pelas mulheres. Esse feminismo de primeira onda ficou conhecido como “movimento sufragista” por abarcar, principalmente, o direito ao voto, em conjunto às reivindicações pelo direito ao trabalho. Mulheres negras, entretanto, “não entenderam nada quando as feministas disseram que as mulheres deveriam ganhar as ruas e trabalhar” (Carneiro, 2019, p.326), já que poucas tiveram o privilégio de escolher entre trabalhar ou não (hooks, 2023a). Por isso, esse “primeiro” movimento ficou reservado aos interesses de mulheres brancas de classe média e alta que, além de tudo, beneficiavam-se da exploração do trabalho doméstico assalariado de mulheres negras, uma vez que ele permitia a liberação das mulheres brancas para se engajarem na luta (Gonzalez, 2020).

No final da década de 1960, teóricas do movimento sentiram a necessidade de formular um conceito de “gênero”, compreendido como parte constituinte da identidade das/os sujeitas/os (Louro, 1997); uma construção sócio-histórica plural e múltipla que transforma e é transformada pelos discursos, pelas instituições políticas, práticas cotidianas e espaços sociais. Nessa perspectiva, a essência do feminismo de segunda onda questionou as estruturas sexistas de poder, debatendo questões como a maternidade, o direito ao corpo, ao

prazer, à liberdade, direito ao aborto e a luta contra a violência sexual e doméstica como elementos que articulavam com as relações tradicionais de dominação (Gonzalez, 2020), definindo, portanto, a esfera privada enquanto elemento político (Siqueira, 2015).

Apesar dos avanços, o cenário era, mais uma vez, de invisibilidade da realidade de uma maioria feminina, não contemplada nas demandas de mulheres brancas que, até então, lideravam o movimento e seguiam usufruindo de benefícios com a exploração das mulheres negras (Gonzalez, 2020) na medida em que utilizavam de seu poder enquanto membras da raça dominante para fazer com o que o movimento seguisse à serviço de seus interesses (hooks, 2023a). Alvejando uma libertação nos termos do patriarcado capitalista branco para conquistar status econômico e poder financeiro (hooks, 2023a), mulheres brancas não estavam interessadas em denunciar a supremacia branca para atender as demandas das mulheres negras e de classes mais baixas, estando, portanto, lado a lado com o racismo e com o capitalismo.

Ao mesmo tempo, as dinâmicas do Movimento Negro também não eram completamente satisfatórias. Apesar do indiscutível protagonismo das mulheres negras, o Movimento Negro não deixou de reproduzir práticas da ideologia dominante no que diz respeito ao sexismo (Gonzalez, 2020). Embora juntas e juntos na luta contra o racismo como um elemento opressor em comum, homens negros, além de serem machistas nas dinâmicas do movimento, impedindo mulheres negras de participarem das decisões e delegando tarefas que consideravam “femininas” (Gonzalez, 2020; hooks, 2023a), ainda minimizavam os efeitos sexistas sobre mulheres negras da mesma maneira que mulheres brancas ignoravam os efeitos racistas sobre a mulheridade negra. Assim, enquanto o racismo separava homens negros de homens brancos, sexismo era uma força que unia os dois grupos (hooks, 2023a); enquanto o sexismo separava mulheres brancas e homens brancos, racismo era uma força que unia os dois grupos. Nessa perspectiva, mulheres negras, por não serem nem homem nem brancas, tornavam-se não apenas “Outra/o”, mas “Outro do Outro” (Kilomba, 2021).

Se “negro” era sinônimo de “homem negro” e “mulher” sinônimo de “mulher branca” (hooks, 2023a), mulheres negras pertenciam, até então, a um não-lugar, uma outra perspectiva de outridade ainda mais invisibilizada, silenciada e negligenciada, tanto nas práticas sociais cotidianas quanto nos discursos acadêmicos. É sob o cenário de necessidade de feminizar o movimento negro de um lado e enegrecer o feminismo de outro (Carneiro, 2019) que a terceira onda do feminismo surge, de maneira consistente, na década de 1980 e passa a questionar não apenas as diferenças existentes entre homens e mulheres, mas as diferenças existentes entre as próprias mulheres (Siqueira, 2015), no qual se destaca o Feminismo Negro por perceber as questões de gênero intimamente relacionadas à raça/etnia, classe, sexualidade;

em uma perspectiva interseccional, protagonizado por Lélia Gonzalez (1981), Sueli Carneiro (1985), bell hooks (1981), Angela Davis (1981), Patricia Hill Collins (1990), entre outras.

O Feminismo Negro parte do princípio de que as opressões são vivenciadas de formas distintas entre as sujeitas e posiciona as mulheres negras no nível mais alto de opressão por serem atravessadas não apenas pelo sexismo, mas pelo racismo também, o que também explica a dinâmica repressiva sofrida pelas mulheres indígenas. Mulheres negras e indígenas experienciam o sexismo porque são mulheres, e experienciam o racismo porque são negras e indígenas; de forma simultânea e sem uma hierarquia entre as opressões, da mesma forma que a opressão sobre as escravizadas negras e os estereótipos que resultaram da escravidão e operam ainda hoje carregam a relação entre ambos os eixos de dominação.

Esse feixe articulatório das diferenças sobre os corpos das mulheres negras, embora já refletido anteriormente por teóricas feministas negras como as mencionadas neste trabalho, foi teorizado por Kimberlé Crenshaw em 1989 a partir do conceito de interseccionalidade e hoje fundamenta o âmago dos Feminismos Negros e Feminismos Indígenas, por exemplo. Esse entendimento pressupõe gênero, raça e classe como modernos aparatos coloniais que constituem as vivências femininas de mulheres não-brancas, podendo ser caracterizado como um atravessamento de “múltiplos trânsitos” em uma “avenida estruturada pelo racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado” (Carla Akotirene, 2019, p.29), indissociavelmente, simultaneamente e sem hierarquias; sendo, portanto, um instrumento teórico-metodológico de análise de fenômenos socioculturais, políticos e hegemônicos a partir de uma matriz de opressões que operam sob uma mesma sujeita - não apenas mulheres negras, como também mulheres indígenas, latinas e asiáticas, igualmente envolvidas na reivindicação dessa inter-relação (Lima, 2019).

## **2.4 Subtração do único e as mulheridades negras: quais outras apostas no digital?**

O extremismo estabelecido pelo feminismo tornou irreversível a busca de um modelo alternativo de sociedade. Graças à sua produção teórica e à sua ação como movimento, o mundo não é mais o mesmo (Gonzalez, 2020, p.140).

Há algo que me cativa intensamente nas obras do psiquiatra e filósofo político Frantz Fanon: um discurso apaixonado e revolucionário que se recusa a permanecer de braços atados frente à opressão em nosso mundo. A maneira com que Fanon (2023) desnaturaliza a

dominação dos povos colonizados escancarando a *irracionalidade* da proposição é algo, até então, novo para mim. Sob a lógica de que “é “o racista que cria o inferiorizado” (Fanon, 2023, p.107), ao contrário dos discursos que justificam a dominação como algo tão natural que chega a ser quase inevitável, o autor rompe com a certeza indubitável da superioridade branca e da “selvageria” e “primitivismo” dos povos colonizados ao relatar que ser odiado por toda uma raça é estar diante de algo irracional que é preciso ser desmistificado.

Essa perspectiva de pensamento nos leva a pensar em tantas outras irracionalidades que operam sob o nosso mundo e que insistem em definir uma supremacia masculina, em caracterizar um modelo de funcionamento e padronização de mundo que exclui as vivências neurodivergentes e outras experiências de deficiências, em representar como aberrações as formas de vivenciar a sexualidade e o gênero que diferem da cisheteronormatividade, em desumanizar pessoas mais velhas como sujeitas de direitos - se criança é um “vir a ser”, idosas/os são vistas/os como um “ser que já foi” -, e outras formas de pensamento que hierarquizam as diferenças e justificam as opressões. Consciente de que esses modelos discriminatórios criam e respondem a uma lógica hegemônica que opera sob o mundo a serviço da colonialidade e do capital, acredito fielmente na influência dos movimentos e ativismos sociais, em suas diversas formas e no poder da Educação em todos os seus processos educativos para seguir resistindo e visando uma transformação social.

Por isso, consinto com Fanon (2023) quando diz que “a questão não é mais conhecer o mundo, mas transformá-lo” (p.31), proposição sobre a qual os Feminismos, desde sua aliança com a interseccionalidade, buscam ajustar uma libertação dos padrões de dominação e de opressão em que todes são vítimas, visando um modelo alternativo de sociedade, como Gonzalez (2020) afirmou. Apesar disso, exigir unidade no movimento confunde-se por vezes com a necessidade de homogeneizar as demandas, o que acaba anulando a diversidade das sujeitas e ameaçando a mobilização pela ausência do reconhecimento e reivindicação das múltiplas diferenças entre nós, mulheres (Lorde, 2019; Carneiro, 2019).

Por isso, questionamos neste trabalho: Se a perspectiva feminista e antirracista assumiu uma identidade política decorrente do “ser mulher negra” (Carneiro, 2019), quais outras identidades femininas negras podem ser incluídas considerando a compreensão de feminismos como movimentos plurais que devem enfrentar virtualmente todas as formas de opressões (Carneiro, 2019)? Nesse sentido, a proposição de Nascimento (2021) acerca do conceito de “mulheridades”, que caracteriza as diversas concepções que envolvem o “ser mulher” na contemporaneidade, parece promissora para considerarmos raça, gênero e classe como alguns de outros atravessamentos identitários, como idade e deficiência.

No contexto contemporâneo de indissociação entre Tecnologia, Comunicação e Educação e vivências de culturas no digital, essas concepções estão sendo experienciadas a partir de múltiplas linguagens e ampliadas em diferentes contextos, demonstrando a força dos *novíssimos movimentos sociais* (Rodrigues; Pereira, 2023) no digital.

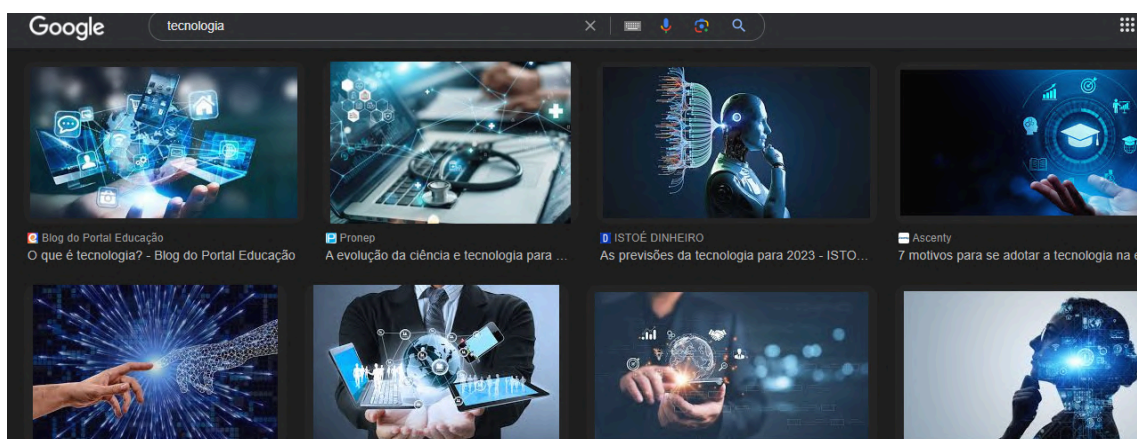
É sob este cenário que o próximo capítulo vai construir reflexões a respeito das mídias sociais e suas relações com as discussões previamente apresentadas.

### 3. Culturas e Tecnologias: constituindo-nos humanas na relação sujeitas-máquinas

*O que você entende por Tecnologia?* Essa é sempre uma boa pergunta para começarmos a discussão. Há uns anos, eu poderia facilmente responder algo semelhante ao cenário azul nas cenas de filmes quando um “contexto tecnológico” é retratado. Além de digitalizado e futurístico, o ambiente transmite a sensação de frieza e neutralidade. Considerando que os artefatos culturais constroem a nossa leitura de mundo, nos quais se incluem o cinema e sua estética imagética, essa concepção de Tecnologia é majoritariamente associada pela sociedade, sendo hoje também reforçada pelos artefatos digitais. Uma simples pesquisa no *Google* ancorada pela palavra “tecnologia” demonstra como o panorama é construído pelos algoritmos.

#### Figura 12

Pesquisa no *Google* sobre a palavra “tecnologia”



Fonte: *Printscreen* realizado pela autora em página de pesquisa do Google.

Tais associações refletem ainda uma concepção de Tecnologia que preconiza uma noção de superioridade. E para existir superioridade, alguém tem que ser inferior (Tecnologia é também sobre poder. Por que apenas mãos brancas, majoritariamente de homens brancos engratados?). Essa dualidade posiciona as tecnologias em lugar de complexidade, reservadas a um grupo exclusivo em contraponto à “massa”, insciente e subjugada. Ao contrário, nós nos apoiamos na perspectiva de que as Tecnologias são para todas as pessoas, não universais e não homogêneas, e caminham lado a lado com a própria história da humanidade e das sociedades, englobando “a totalidade de coisas que a engenhosidade do

cérebro humano conseguiu criar em todas as épocas, suas formas de uso, suas aplicações” (Vani Kenski, 2012, p.22) e tantos outros conceitos, o que a fez percorrer diferentes culturas, desde a escrita, os objetos do cotidiano até as mídias digitais. Apesar disso, há uma certa dificuldade de perceber o aspecto humano que fundamenta, sobretudo, as máquinas-números; ou melhor dizendo, nega-se a relação dialógica e intrínseca existente entre ambas na contemporaneidade.

É nesse contexto que alguns ramos da Antropologia e Sociologia se ocuparam, nos últimos anos, em compreender o digital a partir de seu *fundamento* sociocultural - para além de uma mera “perspectiva”. Latour (1994) propõe o conceito de redes sociotécnicas para caracterizar a indissociabilidade presente na relação sujeita-máquina, horizontal e não imperativa, que transforma e integra cotidianamente a nossa realidade social de tal maneira que a distinção entre online e offline parece não fazer mais sentido. Sob uma concepção dialógica, o objeto técnico transforma a sujeita ao mesmo tempo em que também é transformado por ela - nessa chamada *mediação técnica*, recusa-se “tanto um determinismo da técnica sobre o humano (materialismo) quanto o determinismo do humano sobre a técnica (antropocentrismo)” (Lucia Santaella; Cardoso, 2015, p.169). É o digital intensificando a natureza dialética da cultura (Heather Horst; Miller, 2015).

Experienciamos transformações socioculturais ancoradas em seus processos comunicacionais durante todo o período da história e em todas as sociedades, uma vez que “(...) o advento de cada novo meio de comunicação traz consigo um ciclo cultural que lhe é próprio”, desde as culturas orais, escritas, impressas, das massas até as culturas das mídias e as novas formas de culturas digitais (Santaella, 2003, p.25). Se a cada período histórico a cultura fica sob a alçada da técnica/tecnologia de comunicação mais recente - um domínio que não extingue, entretanto, os sistemas de significação que caracterizam as formações culturais, uma vez que a cultura é, por si só, um organismo vivo (Santaella, 2003) -, é inerente que a nossa relação com as TDIC’s tenha proporcionado uma nova realidade de experimentações socioculturais que constrói a nossa compreensão de mundo e produz novos sentidos coletivos e subjetivos a partir de linguagens próprias. É a transformação do espaço-tempo e a construção de uma nova proposta de sociedade, de outras formas de ser, se relacionar, conhecer, aprender (Andrea Versuti e Daniella Lima, 2018) e estar no mundo, constituída de comportamentos, valores, identidades e Educação construídos no e pelo digital como *ciberculturas*, o que torna a nossa existência, hoje, inevitavelmente midiática.

Foi a partir da cultura das mídias, advinda da comunicação e cultura informatizadas e interativas - videogame, DVD’s, videocassete, entre outras -, que se iniciou o processo de



busca individualizada e mais ativa da informação (Santaella, 2003). Com as TDIC's, esse processo de busca não só foi intensificado como também se criou uma outra possibilidade - a de produção e circulação das informações, com alcance e velocidade imensuráveis. Foi assim que a expansão da Internet na virada do século XX para o XXI materializou uma noção de *digital* como lugar que a gente habita, virtual sem se opor ao real (Horst; Miller, 2015). Por isso, apesar de compreendermos o ciberespaço como um importante conceito na área, corroboramos com esses autores para trabalhar com o *digital* como diluidor das fronteiras online e offline, tão material quanto as outras formas que o precederam.

Isso significa dizer que, ainda que as novas mídias utilizem a tecnologia computacional para distribuição e exposição, baseando-se em princípios em que tudo é dado numérico passível de ser integrado, automatizado, variável e transcodificado (Manovich, 2005), formando o que nós conhecemos como digital, não deixam de ser objetos culturais produtores de diferenças e particularidades (Horst; Miller, 2015) que alteram nossa realidade, sendo imprescindível, portanto, que analisemos criticamente suas influências na (re)construção de relações de poder sobre as quais são estruturadas, incluindo a compreensão da maneira pela qual a discussão de raça/racismo/gênero/sexismo e etc; atravessa o digital.

### **3.1 “Um novo que não rompe com o velho, mas o atualiza”<sup>17</sup>**

Transformações tecnológicas da atualidade frequentemente são tratadas com uma advocacia quase religiosa e confiança absoluta (Abeba Birhane, 2021), em decorrência das inegáveis melhorias que proporcionam para a vida humana. Noutros momentos, nos deparamos com a crescente tecnofobia na sociedade, motivada, sobretudo, pelos efeitos das novas inteligências artificiais. O fato que devemos ter ciência é de que as tecnologias, como nos diz a primeira lei de Kranzberg, não são boas nem más; tampouco neutras (Castells, 1999). As categorias sociopolíticas atuantes no estado de biopoder e biopolítica de Michel Foucault, que “buscam criar na vida de uma determinada população, corpos economicamente ativos e politicamente dóceis” (Elaine Fachini; Walkiria Ferrer, 2019, p.227), são agora reforçadas com a nossa relação com as TDIC's, que vêm atualizando quase que discretamente os mecanismos de controle que atravessam nossas vidas.

São as ferramentas tecnológicas, mais uma vez, à mercê de um sistema que também se retroalimenta a cada período histórico de transformação nas sociedades e que utiliza as

---

<sup>17</sup> É o título de um dos capítulos do livro *Colonialismo Digital* de Deivison Faustino e Walter Lippold (2023).

diferentes tecnologias para manutenção do *status quo*. Dessa vez, não se trata somente do colonialismo adquirindo uma nova roupagem em forma de colonialidades; mas uma atualização, por si só, das possibilidades de exploração, opressão e apropriação da vida humana em prol do lucro, advindas da contínua e interminável coleta e controle de dados.

Sob uma nova repartição do mundo entre países tecnoeconomicamente ricos e outros tecnoeconomicamente dependentes, o domínio das indústrias de informação se concentrou no Norte global, sobretudo no Vale do Silício, polo das “*big techs*”, e volta a restringir o Sul global a um território de mineração (Faustino; Lippold, 2023) de onde se extraem nossos dados que, submetidos aos sistemas algorítmicos daquele, nos (re)transformam em consumidoras “sempre *aptas* a comprar, nunca a desenvolver nem a criar” (Silveira, 2023, p.20 - grifo nosso). Nesta dinâmica, “subsume-se cada vez mais a vida humana (...) às lógicas extrativistas, automatizadas e panópticas” (Faustino; Lippold, 2023, p.24), estruturando um sistema atrelado a um novo colonialismo, agora datafocado - o colonialismo digital. Outra vez, o Sul global se vê subjugado a uma ordem imperialista que pressupõe que “alma, o comportamento e a ação humanos sejam matéria-prima livre para serem capturados” (Birhane, 2021, p.169). Nessa nova versão, o capital se apropria da própria vida (Rolnik, 2018), controlada e monetizada a poucos cliques, consolidando cada vez mais a plataformação da web.

Uma vez nascido nessa conjuntura de formações sociopolíticas e econômicas do capitalismo globalizado (Santaella, 2003), inevitavelmente o mundo digital estruturou-se também em relações de poder e opressão, pois já aprendemos com Fanon (2023), Nuñez (2023), Krenak (2020) e Lugones (2008) a impossibilidade de dissociar capitalismo, racismo/sexismo e colonialismo. As tecnologias digitais, por suas interações com a vida humana, carregam consigo todo um sistema de atributos e valores do que era antes chamado “mundo offline” e, a partir de uma lógica algorítmica de supremacia branca (Jessie Daniels, 2013), também masculina, patriarcal, capacitista e cisheteronormativa, produzem vieses que além de decidirem por nós, modularem nosso comportamento e definirem as nossas vontades à mercê do capital, nos apresentam uma visão de mundo hegemônica e excludente, consolidada em seus bancos de dados e *aprendizados de máquina*.

Esses processos solidificam-se “nos recursos automatizados como recomendação de conteúdo, reconhecimento facial e processamento de imagens” (Silva, 2021, p.130), decidem o que merece ser visto, conhecido, reforçam estereótipos discriminatórios e, sem que percebamos, caracterizam nossas relações, constroem as nossas subjetividades e as nossas identidades ancoradas em um sistema atualizado de opressão, no qual, outra vez, o regime

colonial-capitalístico extrai sua força também em uma fonte ontológica, de forma ampla, perversa, sutil e, portanto, difícil de combater (Rolnik, 2018).

**Figura 13**

Tecnologias e seus vieses discriminatórios



Fonte: Mapeamento de Danos e Discriminação Algorítmica - Silva, 2023<sup>18</sup>

Essa lógica não opera somente nas ferramentas digitais da web afora; ao contrário, é fortalecida também nas dinâmicas estruturais das redes sociais - como o Instagram -, que além de regidas por esse sistema algorítmico hegemônico e excludente que prioriza o que e quem merece ter mais visibilidade e monetização, se desfazem continuamente do compromisso de

<sup>18</sup> Esses e outros exemplos podem ser encontrados na linha do tempo completa elaborada pelo autor: <https://desvelar.org/casos-de-discriminacao-algoritmica/>

reduzir os altos índices de disseminação de discursos de ódio, parte do cenário digital global (Trindade, 2021), facilitando, por vezes, o acesso a conteúdos semelhantes a partir de suas dinâmicas estruturais, falham em penalizar devidamente pessoas responsáveis por crimes de ódio em suas redes e não apresentam mecanismos eficazes contra a desinformação.

**Figura 14**

Redes sociais, ineficácia e legitimação



Fonte: Mapeamento de Danos e Discriminação Algorítmica - Silva, 2023

A materialização dessas práticas ficou escancarada com a suspensão do Twitter<sup>19</sup> no último dia de agosto de 2024 por determinação do ministro Alexandre de Moraes em resposta à negação da empresa em apresentar um/a representante oficial no Brasil. Antes disso, a

<sup>19</sup> Apesar de carregar desde julho de 2023 o nome de “X”, após escolha do atual proprietário Elon Musk, esta é a forma como a plataforma é popularmente conhecida. Como uma escolha política e, sobretudo, afetuosa, opto por manter o nome popular desta rede que me acompanha há mais de 14 anos e que constitui a minha identidade.

tensão já havia sido construída devido à série de desobediências da plataforma em relação à Justiça Brasileira, que determinava a exclusão de perfis com conteúdo golpista e de ataque às instituições<sup>20</sup>. Elon Musk, proprietário do Twitter, vale-se frequentemente da “defesa do direito à liberdade de expressão” para justificar sua aparente “não interferência” nos processos comunicacionais da rede, o que incluiu a flexibilização das diretrizes de moderação de conteúdo e a repaginação do algoritmo na plataforma, contribuindo para a construção de um espaço significativamente propício à publicação e circulação de discursos de ódio. Um estudo realizado por pesquisadoras/es da Universidade de Berkeley, na Califórnia, por exemplo, mostrou que publicações de ódio cresceram 50% desde a compra do site pelo bilionário.<sup>21</sup>

Como habitante deste território desde 2011, experiencio essa constatação diariamente. Outras sujeitas da rede também relatam com frequência como o Twitter se transformou em um ambiente hostil, violento e “sem lei”, mesmo após sua reintegração no Brasil. De modo semelhante, no dia 07 de janeiro de 2025, Mark Zuckerberg fez uma declaração alarmante em defesa “da liberdade de expressão”. O CEO da Meta - empresa dona do Facebook, Instagram e Whatsapp - anunciou a flexibilização das políticas de checagens de fatos e acusou países latino-americanos de terem “tribunais secretos”<sup>22</sup> que trabalhavam com censura. Além disso, uma alteração nas diretrizes de discurso de ódio passou a permitir a associação de questões de gênero e orientação sexual a doenças mentais<sup>23</sup>.

Tais fatos demonstram como o debate sobre a neutralidade nas dinâmicas estruturais das redes é insustentável, tendo em vista a constatação de mentes humanas - sobretudo masculinas, brancas, heterossexuais - que operam por detrás da funcionalidade dessas plataformas e transpassam suas discriminações e preconceitos nos sistemas que, por sua vez, estão ditando não só a forma como nós nos comunicamos e nos relacionamos, mas a forma como nós nos vimos e construímos as nossas identidades.

Neste cenário, a hegemonia epistêmica, histórica, cultural e subjetiva é também agora tecnológica, o que demanda que nos perguntemos quais outras possibilidades nós podemos encontrar de vivenciar o digital para além dessa lógica de subordinação e opressão; de dismantelar o sistema, de dentro pra fora, produzir rupturas no nosso cotidiano e encontrar

<sup>20</sup> O caso foi noticiado em todos os jornais mais importantes do país.

<https://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2024/08/31/rede-social-x-suspensa-no-brasil.ghtml>

<sup>21</sup> Disponível em:

<https://www.tecmundo.com.br/redes-sociais/402571-discurso-de-odio-cresceu-50-no-x-antigo-twitter-apos-compra-por-musk-diz-estudo.htm>

<sup>22</sup> O vídeo publicado pelo empresário movimentou as redes sociais internacionalmente.

<https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/zuckerberg-acusa-paises-latino-americanos-de-terem-tribunais-secretos/>.

<sup>23</sup> Disponível em:

<https://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2025/01/07/meta-passa-a-permitir-que-doenca-mental-seja-vinculada-a-genero-ou-orientacao-sexual-em-posts-no-facebook-instagram-e-threads.ghtml>

brechas de (re)existência traduzidas em ações micropolíticas para a produção de decolonialidades, de si, das outras e das máquinas, nessa grande realidade desterritorializada, agora digital.

### **3.2 “O digital pode ser colocado à serviço da luta emancipatória?”<sup>24</sup>**

Tais ressonâncias e as sinergias que produzem criam as condições para a formação de um corpo coletivo comum cuja potência de invenção, agindo em direções singulares e variáveis, possa vir a ter força suficiente para conter o poder das forças que prevalecem em outras constelações. (...) Com essas sinergias, abrem-se caminhos para desviar tal potência de seu destino destruidor (Rolnik, 2018, p.39).

Se esse novo colonialismo nos ensina que a única maneira de vivenciar as tecnologias é essa que nos subjuga (Silveira, 2023), os ativismos digitais - ou ciberativismos - se configuram como fissuras que possibilitam a criação de outros mundos no território digital. Compreendemos o comum como um campo inerente à pulsão vital de um corpo social que se orienta pela invenção de outros modos de ser e estar no mundo (Rolnik, 2018); neste cenário, um território constituído de atuações micropolíticas nas redes que rompem a potência destruidora do colonialismo digital e suas novas formas de colonialidades. São ações que, apesar de imersas em um sistema estruturado pelo racismo, pelo sexismo, pelo capacitismo, pela lgbtqia+fobia, existem e resistem coletivamente, ainda que distantes fisicamente, em fluxos que se convergem e se produzem simultaneamente sem a obrigação de terem uma raiz, mas que se tornam um corpo social movido por uma pulsão vital. É sob essa perspectiva rizomática que as diversas formas de ciberativismos se configuram neste território.

Os processos de comunicação transformaram-se com as TDIC's e, com eles, as mobilizações sociais ganharam novos espaços e novas formas horizontais de organização que redesenharam o espaço público a partir de suas interferências políticas na formação da consciência social (Castells, 2005; Castells, 2013). Nesse sentido, os ciberativismos se configuram como reivindicações sociais mobilizadas na internet por grupos minoritários que incluem cotidianamente questões para reflexão e transformação na agenda pública (Ugarte, 2008). Segundo o autor, esses movimentos se estruturam pela via do discurso, das ferramentas e da visibilidade, pois é a busca pela transformação social e pelo empoderamento coletivo a partir de discursos contra-hegemônicos, com ações/ferramentas inspiradas na cultura hacker

---

<sup>24</sup> Idem nota 16.

de “faça você mesmo”, que se dá o reconhecimento entre ciberativistas e na sociedade civil, o que posiciona a Internet como lugar de mudanças sociais (Castells, 1999).

O ativismo negro digital ganhou forças nas redes sociais a partir de 2010 (Rodrigues; Pereira, 2023) com a presença marcante do protagonismo de mulheres negras, também atuante significativamente na contemporaneidade. Em 18 de novembro de 2015, a Marcha das Mulheres Negras estaria reunindo 50 mil sujeitas em Brasília e se configurou como possível primeiro levante feminino negro no Brasil constituído por meio de estratégias de comunicação e pelas tecnologias digitais (Barros, 2021). A Carta da Marcha das Mulheres Negras (2015)<sup>25</sup> reivindicava o direito à vida, à humanidade, ao reconhecimento e valorização das diferenças, a equidade, justiça, o fim do racismo e da violência sob corpos negros. Antes disso, o portal Geledés - Instituto da Mulher Negra e o Blogueiras Negras já estavam se destacando pelo pioneirismo no cenário de ocupação da Internet por mulheres negras.

Enquanto o Geledés nasceu em 1988 a partir da organização de Sueli Carneiro e foi responsável por materializar as discussões dos Feminismos Negros nas redes e fora delas, o Blogueiras Negras surgiu em 2013 após demandas de um coletivo de mulheres negras participantes do Blogueiras Feministas que, motivadas pela falta de textos articuladores de gênero e raça, organizaram a primeira grande marcha de mulheres negras online intitulada Blogagem Coletiva Mulher Negra, em novembro de 2012 - período entre Dia da Consciência Negra (dia 20) e o Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra a Mulher (dia 25) -, para pontuar a inter-relação entre ambas as opressões (Barros, 2021). Foi a partir desse movimento e da criação do Blogueiras Negras, fundado por Larissa Santiago, Charô Nunes e Maria Rita Casagrande, que o ativismo de mulheres negras no digital ganhou visibilidade (Rodrigues; Pereira, 2023) e inspirou outros movimentos, como o blog Transfeminismo (2014), site Mundo Negro (2012), Não Me Khalo (2014), o Pretas Hacker (2016), PretaLab (2016) e a Rede de Ciberativistas Negras (Barros, 2021).

Dentre as características desses novos formatos de ativismo de mulheres negras, Lima (2020) observou, em sua pesquisa de doutorado sobre as dinâmicas de atuação do Feminismo Negro no digital, uma dinâmica de reconhecimento das contribuições das gerações anteriores a partir da disseminação das intelectualidades de mulheres negras de referência como Lélia Gonzalez, Patrícia Hill Collins e Beatriz Nascimento para o enfrentamento do epistemicídio (Carneiro, 2005), ao mesmo passo em que novas configurações vão se consolidando, ancoradas na oportunidade de constituir novas maneiras de identidades negras coletivas, na descentralização e no compartilhamento de experiências pessoais. Esses “novos feminismos”,

<sup>25</sup> <https://fopir.org.br/wp-content/uploads/2017/01/Carta-das-Mulheres-Negras-2015.pdf>

segundo Lima (2019), são marcados pela horizontalidade dos discursos, pela busca por participação e intervenção nas agendas sociais, e pela ampliação dos debates interseccionais.

Em 2020, nos Estados Unidos, o trágico assassinato de George Floyd, homem negro, pelos pés sufocantes de um policial branco, Derek Chauvin, reacendeu o movimento #BlackLivesMatter nas redes sociais do mundo afora e configurou um panorama revolucionário no digital a partir do levantamento de sucessivas *hashtags*<sup>26</sup>, do acionamento de debates significativos sobre as relações étnico-raciais e de ações nas redes e fora delas contra a violência policial e o racismo no Brasil, intensivamente nos meses de maio e agosto daquele ano, como investigado e exposto no artigo escrito por mim em parceria com o professor Dr. Alessandro Oliveira (2024)<sup>27</sup>. Essas ações reverberaram práticas educativas antirracistas no digital e materializaram um coletivo de pessoas negras atuantes nas redes sociais. Estudos atuais caracterizam essa vivência negra coletiva ativista e contra-hegemônica no digital a partir de diferentes signos, desde Aldeia Global de Marshall McLuhan para denominar a formação de comunidades virtuais antirracistas e Terceira Diáspora de Coli Guerreiro sobre a recriação de signos e repertórios culturais no ciclo de comunicação da Diáspora Negra (Niousha Roshani, 2021), até Ciberquilombismo (Nelza Franco, 2022) ou quilombos virtuais/digitais (Oliveira; Lima, 2021), que denotam as possibilidades de ocupar o digital como um território de reexistências e afirmação negra, ancorados no conceito de aquilombamento de Beatriz Nascimento e quilombismo de Abdias Nascimento.

São maneiras de denominar a mobilização coletiva de corpos/os negros/os no digital para a produção de outras formas de existir e resistir em um mundo que compreende o online e offline indissociavelmente, no qual mulheres negras se consolidam de maneira protagonista em suas vivências afroafetivas, em suas construções de epistemologias-outras e em seus processos de produção e reconstrução de si que demandam um acompanhamento e um modo de fazer pesquisa pautado na compreensão da ética, da estética, da poética e da política (Gallo, 2022) inseparavelmente - caminho de sinergia no encontro da etnografia e cartografia.

---

<sup>26</sup> Palavras-chave aglutinadas pelo símbolo # que permite o acesso a temas associados.

<sup>27</sup> Ciberinterculturalidade, relações étnico-raciais e educação nas redes digitais (Martins; Oliveira, 2024). Disponível em: <https://www.eduser.ipb.pt/index.php/eduser/article/view/275>



#### **4. Sobre assumir atitudes metodológicas: diálogos com as ciências sociais e a filosofia**

Acompanhar o que está sendo fabricado nas redes e pelas redes pressupõe o entendimento de que as novas mídias são, hoje, mediadoras de processos de direcionamentos e criação de subjetividades, nos quais as interações sujeitas-máquina produzem transformações nas dinâmicas de ser e estar no mundo de todo o coletivo de actantes que concebem agenciamentos em rede. Este cenário foi intensificado pela possibilidade de estarmos conectadas a partir de qualquer lugar e por meio de diversos mediadores que tornaram a interligação das redes mais acessível, como a internet móvel e o *Wi-Fi*, propagados em miniaturas de equipamentos desde notebooks, celulares até os tablets, que passaram a cooptar cada vez mais o nosso cotidiano a uma esfera *always on* (Alessandra Primo, 2008). Essa expansão e intensificação dos modos de comunicação pautam a terceira fase de desenvolvimento tecnológico proposta por Lemos (2002) como uma perspectiva ubíqua, que produziu transformações no espaço-tempo pela incapacidade de distinguir online e offline.

Tais concepções encontram o que Sodré (2006) denomina de biosmidiático, isto é, as mídias como sendo parte constitutiva da vida em uma nova forma de bios virtual - não oposta ao real - que torna a nossa existência, hoje, essencialmente midiática. Esse cenário demanda a construção de um olhar sensível para o campo em pesquisas no/do/sobre o digital, como a nossa, e envolve, inevitavelmente, um diálogo com a Antropologia, a Sociologia e a Filosofia - uma das primeiras lições apresentadas pela minha orientadora, dra. Andrea Versuti, na disciplina de Educação, Tecnologias e Comunicação, do PPGE - UnB.

Conceber o digital nessas categorias afeta a própria ideia do social (Sodré, 2006) e desestrutura as epistemologias antropocêntricas, insistentes em posicionar os seres humanos como os únicos dotados de agência. Essas outras vertentes do campo das ciências humanas e sociais recusam o digital, as máquinas e as técnicas como mero artifícios e as reposicionam em simetria com as ações humanas (Horst; Miller, 2015; Latour, 1994; Latour, 2012) - uma resposta à necessidade de ajustar, de um lado, a Antropologia unicamente conhecida como ciência dos estudos *sobre* sociedades consideradas primitivas ou nativas para incluir a Antropologia da ciência e da tecnologia (Oliveira, 2024), e, de outro, a Sociologia que concebe uma estrutura social previamente classificada e fixada para uma redefinição do campo como a busca por associações entre coisas que não são, por si só, sociais, uma vez que este domínio não está dado; é, antes, um produto da interação entre actantes (Latour, 2012).

Chegamos, assim, aos pressupostos da Teoria Ator-Rede (TAR), que remonta à concepção de mediação técnica anteriormente apresentada para defender uma postura metodológica que não separa sujeitas e objetos; se propõe a reagregar o social como um movimento contínuo de agenciamentos entre atores humanos e não-humanos em um mundo de concatenações de mediadores (Latour, 2012). Sob essa perspectiva, não é priorizada a ação da sujeita, mas a sua interação com os artefatos, e vice-versa, pois é essa interação, e não a suposta primazia do humano sobre o não-humano, que produz uma ação de associações em que não há uma classificação a priori, há coletivos sendo formados pela responsabilidade da ação de todos os actantes envolvidos que, juntos, condicionam transformações tanto nas técnicas quanto na cognição humana, isto é, tanto criam o ser humano quanto criam o artefato, constituindo redes de interações em fluxos e devires contínuos (Santaella; Cardoso, 2015).

Ao negar a existência de um domínio social dado, uma estrutura social inerente à vida, para propor uma relação íntima entre tecnologia e cultura, entre atores humanos e não-humanos, propõe-se que toda interação humana é sociotécnica, pois o agenciamento só existe no coletivo; são atrizes-rede, actantes híbridos, com efeitos multicausados (Santaella; Cardoso, 2015). Essa concepção latouriana recusa classificações prioritárias e primárias pois, inspirada na filosofia de Deleuze e Guatarri (Santaella; Cardoso, 2015), interessa-se em rastrear conexões entre atores humanos e não-humanos (Latour, 2012) em uma perspectiva rizomática, composta por múltiplas linhas interconectadas sem pontos enraizados.

Este entendimento de Rizoma aciona a cartografia como um de seus princípios para mapear as afecções que compõem as sujeitas em um coletivo de redes interligadas. Como uma ética de pesquisa que se opõe à pré-determinação de métodos, pois se constitui na redefinição da etimologia *metá-hódos* “como um caminho (hódos) predeterminado pelas metas dadas de partida” para um *hódos-metá*, isto é, “uma aposta na experimentação do pensamento - um método não para ser aplicado, mas para ser experimentado” (Passos; Kastrup; Escóssia, 2009, p.10), a cartografia se apresenta como um caminho para o acompanhamento de processos de produção de realidades que constituem diferentes entradas.

Assumir, pois, essa *atitude* cartográfica é se aproximar ao próprio movimento da vida (Passos; Kastrup; Escóssia, 2009), que se transforma e nos transforma numa multiplicidade de agenciamentos nunca definidos a priori, mas construídos coletivamente durante percursos sempre em movimento. Por isso, ressignificando a noção de métodos ou regras, a cartografia inspirada na filosofia de Deleuze e Guatarri é proposta por essas/es autoras/es a partir de oito pistas orientadoras que pressupõem uma pesquisa construída no próprio processo do caminhar, aberto e atento aos acontecimentos.

Mapeando tais reflexões, fui atravessada por pistas que não serão apresentadas aqui como inflexíveis bases epistemológicas do estudo, mas como conexões que trouxeram maiores sentidos ao meu caminhar como *etnocartógrafa-aprendiz* que esteve sempre em curso, antes mesmo de ser assim denominado. Trata-se da Pista 3 - *Cartografar é acompanhar processos*, de Laura Pozzana de Barros e Virgínia Kastrup, Pista 4 - *Movimentos-funções do dispositivo na prática da cartografia*, de Virgínia Kastrup e Regina Benevides de Barros, e Pista 7 - *Cartografar é habitar um território existencial*, de Johnny Alvarez e Eduardo Passos (2009). Evidentemente, como uma perspectiva rizomática proposta pela própria organização do livro, as narrativas que aqui se seguirão não serão descritas separadamente e nem pretendem apresentar uma totalidade, mas uma convergência de linhas que se movimentam em fluxos contínuos, considerando os diversos contextos engendrados nessa investigação, inclusive os encontros propostos em sua aproximação com o fazer etnográfico.

#### **4.1 Etnocartografia como escolha ético-política**

A pesquisa cartográfica, enquanto acompanhamento de processos que se constroem em seu devir e que consideram a configuração de elementos e linhas de forças que atuam simultaneamente sobre as sujeitas (Kastrup; Barros, 2009), não busca representar actantes da pesquisa ou explicar os seus significados, mas captar suas interações no desenho de um campo coletivo de forças que os constituem (Barros; Kastrup, 2009). Essa perspectiva considera desde as abordagens históricas, sociotécnicas, políticas até os movimentos de expressão subjetiva e potência transformadora constituída em cada territorialização e desterritorialização individual-coletiva. Nesse sentido, apresenta-se menos como uma proposta rígida e cartesiana definida por passo a passo e mais como uma possibilidade da pesquisadora estar aberta aos encontros, aos momentos oportunos - na experiência temporal de Kairós - para a construção de conhecimento e produção de si, da outra, do mundo, o que demanda um “deixar-se ser afetada” por uma experiência na qual não se hierarquiza actantes envolvidos e nem se pretende estudar sobre as outras, mas com as outras, e aprender com outras, em um diálogo que em muito se assemelha com a proposta da Antropologia.

Assim como se vivencia a cartografia não na aplicação, mas na prática (Kastrup; Barros, 2009), praticar a Antropologia e seu fazer etnográfico é se comprometer com a alteridade do mundo, lançando mão de nossas habilidades de observação para refletir criticamente sobre as condições e possibilidades da vida (Oliveira, 2024). A pesquisadora, ao adentrar um território que em princípio ela não habita, se beneficia dos fundamentos da

observação participante (Barros; Kastrup, 2009), nos moldes das dinâmicas e fluxos que compõem o território a partir de suas especificidades, para experienciar o olhar, o ouvir e o escrever que constroem a pesquisa em curso. Essas faculdades são básicas do entendimento do fazer etnográfico (Oliveira, 1996) e constituem-se como dispositivos na cartografia, desempenhando funções importantes no acompanhamento de processos.

É nesse contexto que essa pesquisa, pautada na perspectiva metodológica da TAR, encontra na etnocartografia os caminhos éticos e políticos para mapear as práticas culturais–afetivas-ativistas de três mulheres negras no Instagram - Lydia Garcia, mulher negra idosa, Carlas Santos, mulher negra autista e Bárbara Bombom, mulher negra trans -, refletindo seus movimentos como dissidentes daquele dialogados em estudos anteriores, como o percurso do Estado da Arte nos apresentou anteriormente. São sujeitas comuns, praticantes culturais, que inventam usos e sentidos do seu cotidiano para ressignificar criativamente a cultura dominante assim como outrora refletiu Certeau (1998). Em suas ações micropolíticas cotidianas, estão produzindo diferenças as quais não pretendemos explicar e/ou interpretar, mas fabular a partir de suas escrevivências multimodais e acompanhar conexões com outras possíveis perspectivas de vida, de mulheridades negras e Feminismos Negros no digital, em um processo de reconstrução de si e das formas de (re)existência contra as opressões.

A etnocartografia surgiu de inquietações - agenciamentos e afetos - do pesquisador João Batista de Menezes Bittencourt<sup>28</sup>, no período de seu doutorado em Ciências Sociais, frente ao seu desafio proposto de mapear territórios subjetivos de um grupo de *straightedges* de São Paulo. Buscando dialogar com duas perspectivas até então raramente associadas, o autor propôs a conexão das duas práticas-attitudes metodológicas em uma perspectiva de complementação - enquanto a etnografia permite uma maior aproximação e compreensão de determinado grupo estudado, sobretudo a partir de seu processo etnográfico de descrição dos processos, a cartografia auxilia a pesquisadora a acompanhar e considerar agenciamentos, afetos e movimentos do desejo de todas as atrizes-participantes da pesquisa, reivindicando outras concepções de sujeito e subjetividade (Bittencourt, 2016).

Assim, como uma afecção mais que que simplesmente permitida; a etnocartografia é inevitável e natural, da ordem do acontecimento, composta por corpos físicos, psíquicos, verbais e sociais que constroem coletivamente pontes de sentido (Bittencourt, 2011), respeitando as especificidades da autoria, dos territórios habitados, das sujeitas dialogadas e das condições de pesquisa. Compor os dispositivos etnográficos na cartografia em uma prática

---

<sup>28</sup> Professor Associado II do Instituto de Ciências Sociais da Universidade Federal da Alagoas (UFAL). Seu Lattes pode ser consultado aqui: <http://lattes.cnpq.br/2206836838419488>

de *intermezzo* é como viajar com a imaginação (León, 2015), possibilitando que a pesquisadora invente culturas a partir da observação-compreensão de outras (Wagner, 2010), produza linhas de força de todos os actantes envolvidos e fantasie modos-outros de existir, (re)existir, questionar e fissurar relações de poder, inclusive ressignificando os seus próprios.

Como um caminho metodológico vivenciado comumente em territórios físicos com o objetivo de mapear culturas a partir de um processo subjetivo, propomos a ampliação da ideia de território de forma a contemplar o digital, rastreando significados a partir do acompanhamento imersivo das narrativas contadas por Lydia Garcia, Bárbara Bombom e Carlas Santos a partir das múltiplas linguagens midiáticas possibilitadas pelo Instagram, mantendo a premissa de seguir os afetos e mapear práticas de forma participativa e inventiva, considerando ainda outras formas de habitar e interagir nas redes.

Diante disso, considerei importante buscar em repositórios brasileiros de teses e dissertações, sobretudo CAPES e IBICT, outras possíveis pesquisas etn-cartográficas em contexto digital. Encontrei dois estudos: **1** - de Fábila Lima (2021), cujo objetivo foi compreender o papel mediador da Coordenação Pedagógica (CP) para fazer efetivar as práticas de diversidade previstas e apagadas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), propondo como caminho metodológico a (Net)etn-cartografia, em um contexto de pesquisa atravessada pelos efeitos da pandemia da Covid-19 que demandou encontros online que foram chamados pela pesquisadora de Ateli(net)'s; e **2** - de Neto (2023), que, a partir do que ele chamou de etn-cartografia das telas online, buscou acompanhar processos de produção de subjetividades sobretudo no *TikTok*, refletindo o encontro entre as TDIC's e as transformações nos modos existir, ser e estar no mundo, o que se aproxima um pouco mais da nossa proposta.

É possível dizer que ambas as práticas etn-cartográficas no digital olham em algum nível, apesar de contextos e caminhos distintos, para o campo das diferenças e da diversidade e os modos de ser e estar no mundo, o que nos revela a potência sensível deste caminho metodológico em trilhar reflexões e especulações sobre os agenciamentos em rede. A nossa pesquisa soma em considerar neste campo os posicionamentos afetivos-políticos no digital que se traduzem em ações ativistas para os Feminismos Negros.

Nesse processo, a etn-cartografia não se apresenta como um método interpretativo, não há uma verdade a ser revelada, mas afetos buscando expressão que se arranjam a cada movimento (León, 2015). Como um caminho que não é dado a priori, mas construído, somos levadas a flutuar por encontros e afecções que dispõem também em ênfase os agenciamentos da pesquisadora etn-cartógrafa-aprendiz. Por isso, a escolha por essa atitude metodológica, ética e política, considera tanto a especificidade dos actantes e territórios da pesquisa quanto

uma escolha afetiva constituída de um processo que já estava em curso antes de ser consciência; um processo etnografico que se iniciou pelo meio, no mergulhar de uma aventura que já deixava rastros e promovia rupturas na minha própria trajetória.

#### **4.2 “Um passado em movimento, que nos atravessa e transforma o futuro a cada instante”**

Portanto, para o aprendiz-cartógrafo o campo territorial não tem a identidade de suas certezas, mas a paixão de uma aventura. Esta afecção pouco esclarecida não pode ser vista como um salto no escuro da ignorância. O ignorante é passivo e, portanto, afeito às mudanças da moda e às forças hegemônicas, enquanto o receptivo é curioso. Há uma distinção entre quem se deixa levar por passividade e obediência a determinadas regras e aquele que, por curiosidade e estranhamento, se lança a perder tempo com o cultivo de uma experiência (Alvarez; Passos, 2009, p.138)

Adentrar o digital não estava no desenho de uma jornada de pesquisa que se iniciou no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) da Universidade de Brasília, em 2019/2020, sob a orientação do professor Dr. Alessandro Oliveira, cuja proposta era praticar a etnografia em instituições escolares para identificar ambientes de aprendizagens que promovessem justiça cognitiva a partir de uma perspectiva intercultural crítica e antirracista. Todavia, a pandemia da Covid-19 e sua consequente imposição de distanciamento social impediu pesquisas de interações face a face e exigiu adequações à nova realidade imposta. Dentre esse movimento, o trágico assassinato de George Floyd nos Estados Unidos e a ascensão da *hashtag* *#BlackLivesMatter* nas redes social do mundo afora sensibilizou nosso olhar para outras propostas de educação antirracista vivenciadas no digital, sobre a qual nos propomos a debruçar durante os meses de maio a agosto daquele ano. Três anos depois, o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do curso de Graduação em Pedagogia possibilitou um movimento de revisitação àquela primeira experiência etnográfica, com a incorporação de novas reflexões teóricas, construções epistemológicas e agenciamentos coletivos.

Neste momento, nos aproximamos mais intensamente às discussões do “digital” para redesenhar uma noção de ativismo negro online vivenciado por influenciadoras/es negras/os que operavam - descobrimos - como mediadores de um processo de aprendizagem antirracista nas redes como um espaço não-formal de Educação. Naquela oportunidade, levantamos também, ainda que de maneira secundária, debates sobre as possibilidades de vivenciar processos de construção de identidade e representatividade negra no digital, contudo, o foco

estava na possibilidade de sujeitas construírem nas redes, coletivamente, práticas pedagógicas interculturais e antirracistas. Considerando os limites contextuais dessas primeiras experiências, a proposta de continuar com a investigação no Mestrado foi motivada pelo meu orientador Dr. Alessandro Oliveira e pela minha banca de defesa, Dra. Ana Tereza e Dra. Andrea Versuti, que viria a ser a minha orientadora na Pós-Graduação.

Para aquela que se lança na aventura do pesquisar, escolher um “objeto” de pesquisa é já estar em movimento (Alana Albuquerque; Ines Hennigen; Tania Fonseca, 2018), não sendo possível, portanto, determinar de modo assertivo o início de um percurso, uma vez que este está sempre entre pulsações (Barros; Kastrup, 2009). O que procuramos enfatizar, então, são potências buscando expressão, motivadas por afecções que, naturalmente, nos levam a redesenhar a rota, ingenuamente definida. A minha escolha em buscar um caminho metodológico que dialogasse com as práticas etnográficas e cartográficas também partiu de um lugar de afeto, considerando a etnografia como prática que acompanhou minhas experiências de pesquisa na Graduação e a cartografia como uma linda surpresa que adentrou e transformou não só a minha vivência no Mestrado, mas o meu próprio eu, ainda em percurso, aprendizagens e devires. Esbarrar, então, com a proposta etnocartográfica de Bittencourt (2011) não só me posicionou em um lugar de (re)encontro, como também me fez questionar outras possibilidades da prática em outros territórios.

A prática etnocartográfica demanda uma abertura ao encontro; entende que o tempo todo estamos em processos, e que o acompanhamento desses processos depende de uma atitude, de um *ethos* não garantido, mas construído coletivamente (Barros; Kastrup, 2009). Um desses encontros ocorreu na sala da minha orientadora, que eu chamo afetivamente de “lugar onde tudo acontece”, ainda no primeiro semestre do Mestrado, na companhia da minha amiga Cecília, também mestranda do curso. O “lugar onde tudo acontece” é um lugar de afeto, de acolhimento, de surpresas e reviravoltas. Um lugar de cura compartilhada.

Desenhamos ali uma proposta de caçar dissidências que operassem movimentos de *resistência menor*<sup>29</sup> atuantes contra a lógica hegemônica das redes e dos algoritmos e pudessem se apresentar como fissuras de um sistema preocupado mais em monetizar do que agenciar coletivamente. Os ativismos negros digitais, a partir daquele momento, sensibilizaram-me para um outro olhar e outras propostas de processos educativos. Ancorada em tais reflexões, segui o percurso do Estado da Arte aberta aos encontros e me deparei com narrativas femininas negras no digital que recusavam a neutralidade e convidavam a subjetividade para fazer parte do processo de caminhar-pesquisar. Nesse momento, até mesmo

---

<sup>29</sup> Menor como força de criação advinda da margem, do desvio (Deleuze e Guattari, 1997).

o encontro “desinteressado” com meus referenciais teóricos me levaram a construir o interesse de acompanhar outras produções de existência na categoria de mulheridades negras, atentando-se em seus processos de produção de subjetividades e ações minoritárias que poderiam construir os Feminismos Negros sob uma outra perspectiva no digital.

Inspiradas por essas dinâmicas, especificamos o movimento de mulheres negras no digital como foco da nossa pesquisa e, mais tardiamente, no processo já descrito aqui, refletimos corpos-outras ainda não chamadas a dialogar, como mulheres negras idosas, mulheres negras trans e mulheres negras com deficiência. Esse processo ocorreu simultaneamente ao processo de descoberta do meu diagnóstico como pessoa autista e reposicionou o Instagram, território nunca antes habitado afetivamente por mim, como um lugar do encontro, do pertencimento, da identificação, do fortalecimento e da (re)existência que, até então, eu estava construindo coletivamente com pessoas que sequer sabiam da minha existência, mas que foram cruciais para a minha (re)descoberta.

É inevitável dizer, assim, que o processo de pesquisa é sempre coletivo e subjetivo, nunca imparcial, pois somos constantemente atravessadas por afetos que formam todos os actantes em uma ação social, humano ou não-humano, entre linhas de forças que não se interessam em isolar as atrizes/atores do mundo que os movimenta, mas considera todas as suas ações minoritárias. Sob essas perspectivas, apresentamos o desenho da nossa pesquisa, que se propôs a etn-cartografar práticas culturais-afetivas-ativistas de Lydia Garcia, Bárbara Bombom e Carlas Santos, considerando idade, transgeneridade e deficiência como alguns de outros atravessamentos das mulheridades negras, para refletir e fabular sobre outros mundos, educações e Feminismos Negros possíveis a partir de suas escrevivências multimodais no Instagram.

### **4.3 Hódos-metá: apostas de experimentações**

Mantendo a perspectiva latouriana de simetria entre actantes, compreendendo que não podemos controlar nem definir o que entra e o que sai de cada atriz-rede, uma vez que os mediadores “transformam, traduzem, distorcem e modificam o significado ou o elementos que supostamente veiculam”, arrastando-nos “em muitas direções que modificaram os relatos contraditórios atribuídos a seu papel (Latour, 2012, p.65), a nossa proposta de mapeamento concebeu o diário de campo como um dos dispositivos da prática etn-cartográfica de produção coletiva (pesquisadora, sujeitas, actantes, território digital) que produziu efeitos no caminhar da pesquisa à medida que se propôs a experienciar os pensamentos dos seus fluxos



(Kastrup; Barros, 2009) em uma atitude crítico-reflexiva que demandou atenção aos efeitos e circuitos de mediação dos actantes nas redes (Débora Pereira; Marina Boechat, 2014). O diário de campo não se constituiu apenas em um território; ao contrário, percorreu cadernos físicos e blocos de notas digitais, lápis e canetas coloridas que registravam acontecimentos e reflexões e dedos que teclavam outras relações, de maneira interativa e dinâmica.

O Instagram, enquanto dispositivo de produção de existências, mediador de processos de produção de mundo e de interações por meio de suas dinâmicas digitais e agenciamentos em experiências não mais distantes umas das outras (Alvarez; Passos, 2009), foi o território habitado. Essa rede social contempla a noção de novas mídias apresentada anteriormente por Manovich (2005), estruturadas sobre princípios de numeralização, automação, modularidade, variabilidade e transcodificação. Em uma perspectiva mais atual, o autor, em parceria com Mariya Kozharinova (2024), define a plataforma digital como a mais desenvolvida em termos interativos, pois constitui uma variedade de mídias de textos, imagens, vídeos e áudios que transformaram o potencial narrativo da rede social, comparável ao potencial narrativo da própria literatura e do cinema. Isso significa dizer que o Instagram é um lócus de produção de existências que forma pessoas e se forma no processo de seus múltiplos agenciamentos, interferindo, ainda, em processos educativos nas redes que, em suas relações, podem construir propostas de (re)existência contra as opressões sob outra ótica - escrevivências multimodais.

Consideramos, portanto, o Instagram como possibilitador de potências de expressão em rede que, nos ciberativismos de mulheres negras, pode encontrar brechas para habitar esse espaço fora da lógica patriarcal, sexista, racista, etarista, capitalista e capacitista operante das redes/ algoritmos por meio de uma produção de narrativas sobre si e sobre as outras a partir de diferentes linguagens midiáticas, dispondo em ênfase suas vivências individuais e coletivas que podem ainda produzir outros processos de educação e outros Feminismos Negros.

Essa forma de apreender redes demanda um processo metodológico capaz de acompanhar fluxos em constante movimento (Albuquerque; Hennigen; Fonseca, 2018); por isso, a proposta metodológica consistiu em estarmos imersas online, circulando e habitando com “as praticantes culturais com cujo rastros interagimos” (Maristela Veloso; Santos; Kathia Sales, 2023, p.6), durante os meses de novembro de 2024 a fevereiro de 2025, experienciando etnocartografar suas práticas culturais e ativistas a partir da postagem de suas escrevivências multimodais no digital, políticas e afetivas, sob o olhar interseccional.

Ao propor mapear práticas culturais-afetivas-ativistas, nós nos conscientizamos do processo de leitura a partir das nossas próprias práticas e experiências; e é nessa relação que especulamos outras possibilidades de vida. Ao criarmos novas representações e inventarmos a

cultura, conforme propõe Wagner (2010), o processo torna-se, por si só, subjetivo, ao mesmo tempo individual e coletivo, pois a criatividade da pesquisadora depende da potência criativa daquelas com quem escolheu conviver no campo (Goldman, 2011).

Nessa mesma ideia, nosso acompanhamento de produção de processos foi orientado pelo conceito filosófico potente de **fabulação**, proposto por Deleuze e Guattari (1996). Para os autores, fabular não é se opor ao real, mas criar nele novas possibilidades de vida, novas formas de existência, como uma potência criativa que é, ao mesmo tempo, política, por se tratar de uma estratégia *menor*. Para acompanharmos as práticas culturais-afetivas-ativistas, nos ancoramos intensamente na potência das fabulações em um agenciamento coletivo de enunciação para podermos, assim, inventar culturas dialeticamente em um processo constante de reinvenção de significados e significantes que não estão postos nem fixos; ao contrário, nascem da relação entre sujeitas/os e mundos, moldados a partir de interpretações pessoais-coletivas (Wagner, 2010).

Aderindo ao convite da banca no exame de qualificação, habitei o Instagram transformando-o como meu território também, de produção de narrativas e ativismos. Este foi um desafio e tanto, considerando que foi a primeira vez que vivenciei como participante essa rede social. Assim, mais do que manter as dinâmicas de interação conforme possibilidades de participação que o próprio Instagram produz a partir das ferramentas como curtir, compartilhar e comentar, busquei cultivar um vínculo, me fazer presente, ampliar a comunicação com as sujeitas a partir de conversas diretas pela DM (*Direct Message*). Os materiais da pesquisa foram, assim, produzidos coletivamente com recursos da própria plataforma que possibilita o armazenamento de itens salvos e rastreia as interações construídas, além de recursos independentes como *downloads* e *printscreen* como forma de nos assegurar frente à efemeridade das redes.

Compreendeu-se a produção desses materiais como um recorte das escrevivências multimodais das sujeitas em suas relações com o território Instagram, não com o objetivo de buscar informações, explicar ou revelar, mas mapear os processos culturais-afetivos-ativistas das realidades cotidianas que tentamos adentrar, abertas às aprendizagens e outras concepções de vida, de luta e de Educação. Atentas aos pressupostos da TAR, seguimos os rastros das atrizes em rede refletindo as próprias questões da sociedade no geral, pois compreender o digital como um mundo não paralelo possibilita uma dimensão significativa para acompanhar e compreender o alcance dessas mediações em rede (Pereira; Boechat, 2014).

O cotidiano foi nosso *espaçotempo* no qual procuramos inventar uma forma de fazer ciência na própria produção de relação entre actantes que se transformam mutuamente nos

processos, partindo sempre do princípio de que o conhecimento científico não é o mais importante nesse percurso (Conceição Soares; Santos, 2012), mas as conexões e aprendizagens construídas que permitiram-nos refletir sobre o eu, o nós, as outras, o mundo, pautadas na alteridade. Compreendemos o cotidiano a partir de Certeau (1998) como um conjunto de ações singulares que dizem muito sobre a essência de um indivíduo e, em suas interações, da sociedade; no qual são construídas e materializadas práticas sociais, sendo este, portanto, território fértil para nossa prática etnografica.

Se mapear um acontecimento é um processo de invenção que se faz no caminhar, aderimos ao convite, inicialmente, de não tentar prever o que virá (Kastrup; Barros, 2009), assumindo o compromisso, contudo, pela ética da etnografia, de considerar os fluxos afetivos que compõem as vivências das mulheres negras no digital ancoradas nas teorias dos Feminismos Negros, da Interseccionalidade e nos estudos sobre as Tecnologias.

#### 4.3.1 Fluxos de escolha dos perfis

O mapeamento dos perfis começou a ser construído em abril de 2024, após as descobertas do Estado da Arte, e acompanhou toda a escrita do trabalho, incluindo os afetos encontrados após a própria qualificação, o que culminou na mudança dos perfis previamente selecionados. Os critérios elencados, contudo, seguiram as reflexões realizadas durante o rastreio, com o objetivo de assegurar ao máximo o andamento da pesquisa, entendendo que, apesar de todo o cuidado, imprevistos podem e são bem-vindos para acontecer, pois constituem o fazer pesquisa, como já discutido anteriormente. Considerando o desejo de buscar dissidências que contrapõem a ordem hegemônica e capitalista do digital, regida pela lógica dos números de seguidoras/es, curtidas e engajamento, decidimos por considerar:

#### Quadro 3

Critérios de escolha dos perfis

Critérios de escolha dos perfis
1. Perfis públicos com até quinze mil seguidoras/es, preservando perfis menores que poderiam preferir assegurar sua vivência privada no Instagram;
2. Perfis sem cunho profissional e foco na monetização, de forma a viabilizar as discussões sobre vivências que se fazem no cotidiano;

- |   |
|---|
| 3. Perfis ativos na rede, com publicações atuais e em ritmo frequente, considerando o recorte temporal da pesquisa; |
| 4. Perfis que apresentassem engajamento prévio nas questões de raça, gênero/sexualidade e deficiências em sua rede. |

**Fonte:** elaborado pelas autoras.

Após escolha, construímos um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) - Anexo I - para conscientizar as mulheres acompanhadas sobre a pesquisa, contendo a contextualização do estudo, objetivos, metodologia e os direitos da pessoa participante, entre eles, à exposição ou não de nome e usuário na rede e autorização da publicização. Das três mulheres acompanhadas, duas consentiram com a identificação do perfil - Lydia Garcia e Bárbara Bombom - e uma não, que preferiu ser referenciada como Carla Santos.

Finalmente, os próximos capítulos contarão quem são essas mulheres e apresentarão os resultados das nossas experimentações etnograficas para pensar outras perspectivas ativistas dos Feminismos Negros no digital. Alguns registros de suas postagens durante o período acompanhado foram organizados em forma de colagem como uma experiência afetiva que me remonta a práticas artísticas de minha infância, e estão postos na capa de cada subcapítulo. Como uma primeira experimentação de colagem digital, não prometo grande habilidade; mas um processo cuidadoso e carinhoso de forma a contemplar minimamente a grandiosidade de cada narrativa.



*Eu bordo  
Bordado livre*

**LYDIA**, SUA TRAJETÓRIA LUMINOSA  
FORMOU E INSPIRA GERAÇÕES NO DF  
PARA FIM DO RACISMO E PELO BEM VIVER.  
(COLETIVO MULHERES NEGRAS BAÓBA)

*Homenagem de Brasília  
é recebida com Cidades*  
**LYDIA  
GARCIA**



**Canto aos Ancestrais**  
André Oliveira

## 5. TECENDO O COMUM, COSTURANDO NARRATIVAS

### 5.1 Seguindo os afetos que pedem passagem: processos do devir-sujeitas da pesquisa

#### 5.1.1 *Lydia Garcia*

Dentre tantas outras coisas, a etn-cartografia, Bittencourt (2016) diria, é um estudo sobre os afetos e sobre os movimentos que estes operam nos corpos, o que Espinoza (2009) chama de potência de agir. Estar aberta aos encontros é correr o risco de ser afetada e desestruturar roteiros antes postos - é ser leal ao que nos move e abrir caminho para os afetos que pedem passagem. Foi assumindo este compromisso que encontramos Lydia Garcia.

23 de setembro de 2024. Cine Brasília, sessão especial de “Othelo, o Grande”. O documentário foi maravilhoso, mas o grande evento daquela noite foi Lydia Garcia. Lydia chegou com tamanha elegância, com vestes e acessórios de estética africana, apoiando-se em uma bengala de madeira tão singular que acabou se tornando um símbolo de referência de sua pessoa para mim. Foi como estar diante de um Orixá viva. “Eles combinaram de nos matar, e nós combinamos de não morrer”. Foram as primeiras palavras dela no microfone como participação no debate. A frase, referente a um conto de Conceição Evaristo<sup>30</sup>, é proferida com frequência por ativistas para representar a resistência do povo negro.

Este encontro moveu o meu agir e, despretensiosamente, fui cumprimentá-la ao final do debate com minhas amigas, parabenizando-a pela fala e demonstrando meu encantamento. “Me segue no Instagram, Lydia Bazafro”, falou, sem que qualquer uma de nós tivéssemos tocado no assunto. Soou como a abertura de um caminho. Às 23h:23min deste mesmo dia 23, mandei uma mensagem. Aguardei. 15 de outubro, ainda sem resposta. Procurei seu perfil no Facebook, mandei mensagem. Nada. Já estava buscando outras maneiras de contato quando, de repente, 19 de outubro, uma solicitação para seguir no Instagram. Aceitei e rapidamente mandei outra mensagem pela rede pedindo autorização para a pesquisa. Uma pergunta sobre qual seria o período, e nada mais. 05 de novembro, outro contato, mais uma falha. Quando, já sem esperança, considerei voltar aos antigos planos, uma publicação do Cine Brasília enviada por ela em minha DM de um evento que ocorreria em homenagem ao dia da Consciência

<sup>30</sup> “A gente combinamos de não morrer”:

[https://www.professorjailton.com.br/novo/biblioteca/A\\_gente\\_combinamos\\_de\\_nao\\_morrer\\_Conceicao\\_Evaristo.pdf](https://www.professorjailton.com.br/novo/biblioteca/A_gente_combinamos_de_nao_morrer_Conceicao_Evaristo.pdf)



Negra. O lugar que eu a conheci, quase dois meses depois. Um único compartilhamento, sem nenhuma palavra. Uma oportunidade, última tentativa. Seguirei meus afetos.

Então, no dia 19 de novembro de 2024, compareci à sessão de “Black Rio! Black Power!”, documentário sobre a história dos bailes *soul* e a influência da cultura negra na música no Rio de Janeiro. Coincidentemente, sentamos perto, mas esperei aproveitarmos o filme antes de qualquer contato. Já ao final da noite, na saída, abordei Lydia com ansiedade e pude falar melhor sobre a pesquisa. A preocupação dela era não conseguir participar ativamente devido a outros compromissos. Expliquei que era um acompanhamento pelo Instagram e que gostaria apenas de sua autorização. “Pode fazer!”. Trocamos telefone, tiramos foto. Saí feliz da vida!

### Figura 16

Cine Brasília, afetos em vibração



**Fonte:** Montagem realizada pela autora com arquivo de foto pessoal e propaganda do Cine Brasília

Lydia Garcia, mulher negra de 87 anos, arte-educadora, artesã e musicista, nascida no Rio de Janeiro, moradora de Brasília há 60 anos, filha de Isabel Garcia e Guido Garcia, costureira renomada e funcionário público. Desde cedo, sobretudo através da influência de sua mãe e contato com pessoas da “alta sociedade”, acompanhou a cena cultural do Rio de Janeiro e aos 16 anos obteve seu diploma em Música com especialização em piano clássico. Em 1956, seu então noivo Willy Melo, desenhista do arquiteto Oscar Niemeyer, fundou o Grupo dos Palmares “em uma época que apenas intelectuais e acadêmicos falavam sobre

Palmares”<sup>31</sup>, e levou Lydia para fazer parte. Aos 21 anos, Lydia mudou-se para Brasília para acompanhar seu noivo quando a capital ainda estava sendo construída, e tornou-se a primeira professora de música da rede pública do Distrito Federal.

Dona Lydia se conectou com a cultura negra muito cedo, sobretudo através da música. A convivência intensa com pessoas negras é um marco de seus primeiros anos em Brasília, quando sua casa se tornou referência para atividades culturais de música, poesia, entre outras. A chegada de estudantes africanos na Universidade de Brasília, contudo, fez de sua casa uma “espécie de primeira embaixada africana”. O convívio com o universo africano impactou seu próprio modo de vida e educação, ensinando às filhas e filhos senso de identificação e orgulho negro. Além de atividades culturais, sua casa funcionou como local de luta pela dignidade e direitos do povo negro. Ali, iniciou-se o movimento negro do Distrito Federal, com protagonismo de Lydia Garcia, sobretudo na fundação do Centro de Estudos Afro-Brasileiros (CEAB) em 1978. O CEAB representou uma das primeiras organizações do movimento negro no DF, e a partir dele, homens e mulheres negras, organizaram eventos, encontros, reuniões e pautaram a construção de políticas públicas, educativas, artísticas para a população negra.

Lydia Garcia participou ainda na liderança da Associação de Arte-Educadores do DF, da formação do Conselho de Defesa dos Direitos do Negro no Distrito Federal, do Movimento de Mulheres Negras e das Marchas Nacionais, entre outros<sup>32</sup>s. Seu ativismo perpassava - e perpassa -, antes de tudo, o campo das Artes em conjunto com a Educação, lutando pelos direitos e a valorização da cultura negra no DF, inclusive a partir de seu bazar, chamado Bazafro, sempre muito popular na capital, que ainda hoje divulga tecidos, roupas, objetos e outros elementos da moda e cultura africana.

Por todas as suas atuações pioneiristas tanto na capital quanto do movimento negro da capital, Lydia Garcia recebeu o título de Cidadã Honorária de Brasília no dia 10 de setembro de 2024, com solenidade de entrega do título em 01 de novembro de 2024 na Câmara Legislativa do Distrito Federal. O lindo evento reuniu filhas, filhos, netas/os, bisnetas/os, amigas, deputadas/os e outras que, com muita admiração, homenagearam o seu legado.

Atualmente, Lydia faz parte do Coletivo Mulheres Negras Baobá que, dentre outras coisas, leva cultura, educação e cestas básicas para mulheres do Setor de Chácaras Lúcio Costa. Segue com seus trabalhos artesanais e uma ampla agenda de participações em eventos

---

<sup>31</sup> Essa primeira parte de informações sobre dona Lydia foi recolhida no Episódio 27 da série “Pioneiros” realizada pelo Arquivo Público do Distrito Federal (ArPDF) em parceria com a TV Câmara Distrital. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=KEvV5u2DzZ4>

<sup>32</sup> Essa segunda parte de informações foi recolhida do Projeto de Decreto Legislativo - (33478), de autoria do Deputado Fábio Felix. Disponível em: [https://www.cl.df.gov.br/proposicao/-/documentos/PDL\\_245\\_2022](https://www.cl.df.gov.br/proposicao/-/documentos/PDL_245_2022)



culturais. Brilhantemente, expandiu seu ativismo para as redes, sobretudo no Instagram, onde mostra seu cotidiano familiar e poético atrelado à divulgação da arte e cultura negra, afro-brasileira, fortalecendo, como sempre fez, a luta antirracista, agora por outros meios.

**Não saber sobre mulheres  
com deficiência não  
significa que elas sejam as  
"diversidades outras" do  
seu feminismo**

**ESTAMOS COMO SEMPRE  
ESTIVEMOS**

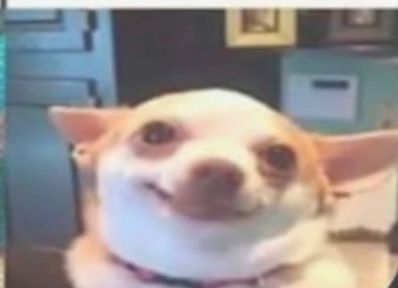
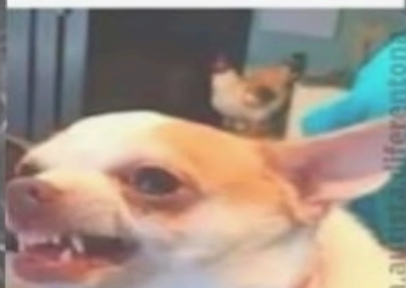
**am nossa  
estima nos  
do de "cabel  
mas querem  
o é destruir a  
nsciência.**



**RIA CONTA**

**ENFRENTANDO  
O CAPACITISMO**

**O/A AUTISTA É  
NEGR@**



### 5.1.2 *Carla Santos*

Após um ano de junção de indicativos que justificassem a minha hipótese diagnóstica, iniciei uma avaliação neuropsicológica no início de 2024. 05 de março daquele ano foi o dia em que comecei uma nova vida. “Sinto muito”; “Nada vai mudar, isso não te define”. Não entendi a reação de pessoas próximas no início, como se eu estivesse dando uma notícia passível de pena. Nada vai mudar? Eu preciso que mude. Não precisa sentir muito, é o dia mais feliz da minha vida. O choro foi de alívio, um modo singelo de gritar minha liberdade.

É muito comum que pessoas autistas, sobretudo nível 1 de suporte, passem por essa mesma sensação de alívio quando chega o diagnóstico tardio. As peças do famigerado quebra-cabeça começam a se encaixar. Espaços vazios se preenchem, respostas chegam, outras dúvidas aparecem. Como uma roda gigante de altos e baixos, o processo é permeado de emoções diferentes. Naquele momento de (re)descoberta, o Instagram foi um território importante de aterrissagem e minha primeira experiência afetiva com a rede. Ali comecei a construir um senso de identificação e - finalmente - pertencimento. O encontro de pessoas que, em algum nível, passavam por experiências semelhantes, me ajudou a me compreender melhor e me fortalecer neste lugar, sobretudo politicamente. Assim conheci Carla Santos.

Habitar esse território dessa maneira me fez entender muitas coisas e abriu caminhos para essa pesquisa. Entendi, com Carla Santos, que o autismo também era um lugar político atravessado por tecnologias de raça, gênero, classe, idade e origem. Não há como falar em justiça social para pessoas autistas sem debater interseccionalidade. A deficiência é mais um marcador social da diferença que, ancorado na perspectiva interseccional, pode atravessar e produzir diferenças sobre o corpo das mulheres negras em especial quando relacionado simultaneamente às opressões de raça e gênero, já discutidas no trabalho. É uma questão permeada de estigmas, preconceitos e ainda muito invisibilizada nos espaços acadêmicos e na sociedade, estruturada para um funcionamento nos padrões considerados de normalidade.

O Transtorno do Espectro-Autista (TEA) é um distúrbio do desenvolvimento neurológico que afeta significativamente e em amplo contexto a comunicação, interação e comportamentos de pessoas nível 1, nível 2 e nível 3 de suporte. Desde a Lei Berenice Piana (12.764/12), que criou a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, pessoas autistas são consideradas pessoas com deficiência por

apresentarem impedimentos de longo prazo que dificultam a participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.<sup>33</sup>

Carla Santos - nome fictício escolhido pela sujeita - é uma mulher preta autista, professora do Ensino Superior e que se denomina criadora de conteúdo digital. Mãe de duas meninas gêmeas, também negras e autistas, o seu processo de descoberta do diagnóstico se deu após o diagnóstico das filhas, quando buscou apoio em perfis de outras mães atípicas no Instagram. Hoje, atua na rede mostrando seu dia a dia, levantando debate sobre maternidade atípica e o autismo em suas relações interseccionais.

---

<sup>33</sup> Este é o conceito de Pessoa com Deficiência segundo a Convenção da ONU sobre os direitos das pessoas com deficiência (2008), que rege também a legislação brasileira.





Preta Em Movimento  
Preta Ferreira

Um mulher trans  
Negra de luta  
Quilombo  
Faxineira  
Da periferia

Mulheres pretas  
Em  
Macha

A nega é braba e o  
mundo é meu

eubarbarabombom 13 h

Real Freckles

Dediquei este poema  
Para uma mulher  
extrordinária!

A Rainha do Quilombo Bárbara,

Ainda que a dura vida  
Já tenha te dado tombo,  
Você permanece firme,  
Mesmo com peso no ombro,  
Sem nunca perder a fama  
De rainha do Quilombo.

Você é  
tudo de  
Bom.

O racismo estrutural,  
No mundo já fez um rombo  
Eu sei que já te feriu,  
Mas não te causou assombro,  
Nada te arranca do posto  
De rainha do quilombo.

Nem mesmo as terras bonitas

É pra vc mulher trans  
Acredite em vc  
Nos. Somos capaz de tudo

### 5.1.3 Bárbara Bombom

O processo de escolha deste perfil foi o mais demorado. Naveguei muito pelos rastros do Instagram para encontrar Bárbara Bombom. Os algoritmos da rede não me deixavam alcançar o universo de mulheres negras trans ativistas, especialmente sob nossos critérios. Inicialmente, não foi um encontro espontâneo como os anteriores. Dia após dia explorando *hashtags* sobre mulheridades trans negras, seguindo rastros de perfis que me levavam a outros, na esperança de encontrar algum que me atravessasse. Neste momento, sim, Bárbara Bombom apareceu quando eu já estava decidida a tomar uma decisão não orientada por meus afetos. Foi um período de tantas rotas digitalmente percorridas, que já não sei dizer ao certo como se deu esse encontro. Fui instigada a conhecer mais dessa mulher que possui tantos atravessamentos e a aprender sobre Feminismos Negros a partir de sua ótica.

Bárbara Bombom é uma mulher preta trans quilombola de 33 anos, do quilombo Vó Rita de Trindade, núcleo Bela Vista. Veio de uma família pobre, da periferia, teve uma infância difícil e coleciona histórias de não aceitação de seu gênero. Aos 18 anos, se assumiu enquanto mulher trans e aprendeu todos os processos de transição sozinha. Começou a gravar vídeos na internet pelo desejo de se mostrar ao mundo, por sempre ter sido muito reprimida<sup>34</sup>. Foi candidata à vereadora duas vezes, sendo a primeira mulher preta trans candidata em Goiânia, lugar onde é moradora e ativista, com o compromisso de pautar a população LGBTQIA+, as mulheres pretas e as comunidades quilombolas em prol de justiça social. Entre a diversidade de trabalhos e projetos que participa, Bárbara Bombom também é faxineira e transista orgulhosa.

Logo que a contatei por mensagem no Instagram, Bárbara foi muito receptiva e não hesitou em explicar o seu desejo de fazer parte “dessa construção de novas mulheres pretas e novas mulheres trans que possam ter outras realidades”, demonstrando que a luta dela é coletiva, por todas as mulheres que já morreram e por muitas outras que estão nascendo e construindo novas histórias. Mostrou-se muito consciente da importância de seus trabalhos nas redes sociais, e muito feliz por sentir que estava recebendo, de alguma forma, um retorno.

---

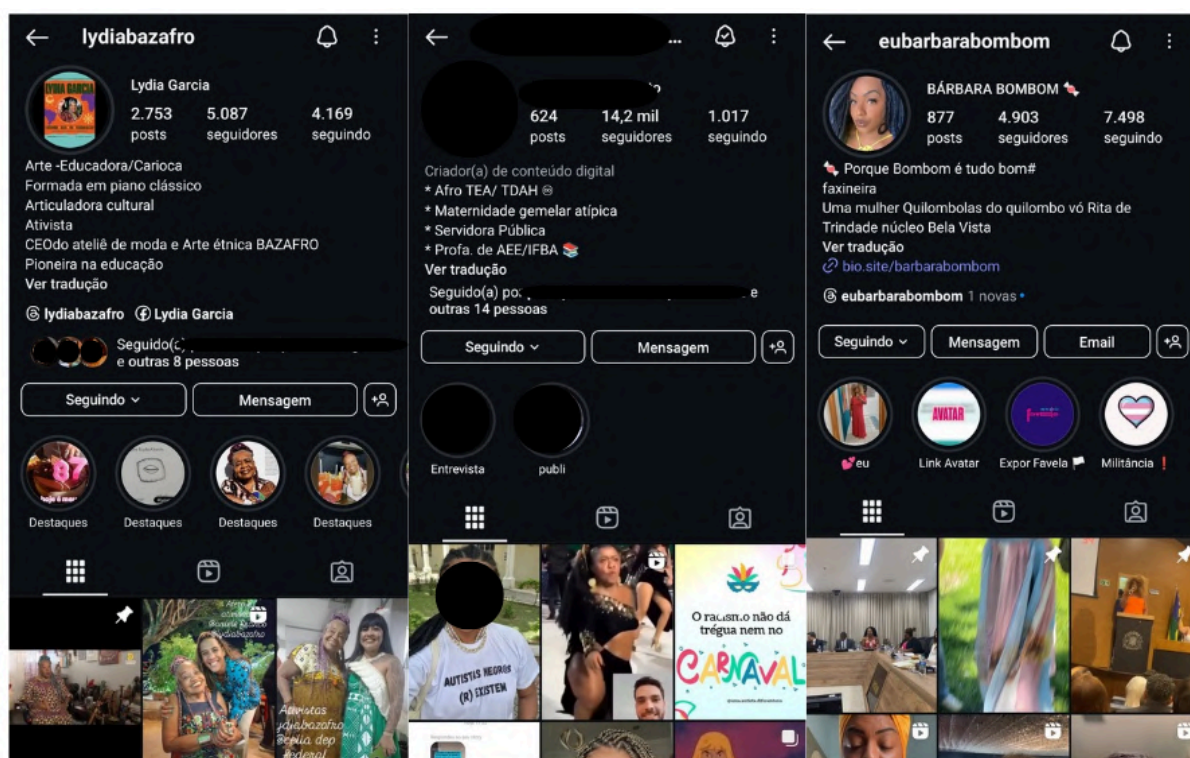
<sup>34</sup> Informações recolhidas de duas entrevistas que Bárbara Bombom realizou, além de rastros em seu Instagram. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=YrbMdcju\\_Eg](https://www.youtube.com/watch?v=YrbMdcju_Eg) e <https://www.youtube.com/watch?v=N1eG04WxEHs>



Essas são as sujeitas que tivemos o prazer de acompanhar de novembro de 2024 a fevereiro de 2025, etnocartografando suas práticas afetivas-ativistas e inventando culturas a partir do nosso contato com suas escrituras multimodais no Instagram, com as quais aprendemos tanto. Lydia Garcia possui pouco mais de cinco mil seguidoras/es na rede, com dinâmica maior de publicações no *feed* compartilhando sua vida pessoal e política, sempre atrelada às artes, à cultura negra, afrodiaspórica, ancestralidade e família. Carla Santos possui pouco mais de quatorze mil seguidoras/es, revezando entre publicações de cunho ativista, informativo e vida pessoal. Com quase cinco mil seguidoras/es no Instagram, Bárbara Bombom mostra seu cotidiano trabalhador enquanto trancista e empregada doméstica, sua luta na política, suas atividades culturais e seu ativismo dentro e fora das redes.

**Figura 19**

Perfis das sujeitas no Instagram



Fonte: *Printscreen* realizado pelas autoras no Instagram.

Para produzir as especulações e fabulações, vivenciamos um verdadeiro processo de imersão nos materiais produzidos, organizados em álbuns para cada uma das três mulheres, e nos registros pessoais dos diários de campo. Inspiradas na concepção Deleuze e Guattari (1996), buscamos narrar nossos encontros a partir de zonas de intensidade como platôs com

territórios próprios, mas essencialmente conectados, com os quais entramos em contato já em fluxo, sem um início ou um fim. As colagens de cada zona de intensidade foram criadas a partir dos registros narrados. Buscamos este caminho de categorização a fim de encontrar um equilíbrio entre o pulsar das vibrações e a possibilidade de compreensão dos registros, que foram aqui descritos em forma de narrativa, apresentando entre aspas e em itálico falas literais verbalizadas em vídeo ou presentes em legendas. Além disso, a partir dos mesmos autores, identificamos processos de linhas de fuga, isto é, as formas de criações e reinvenções de Lydia Garcia, Carla Santos e Bárbara Bombom para (re)existir às linhas duras impostas como caminhos normativos e fixos que subjagam e desumanizam as mulheres negras.

Nosso vocabulário digital parte das próprias dinâmicas estruturais e culturais do Instagram, o qual apresentamos a seguir a fim de assegurar a compreensão de todas/es:

**Quadro 4:** Glossário do Instagram

ESTRUTURA DO TERRITÓRIO	
Bio	Autodescrição presente no perfil
<i>Direct Message (DM)</i>	Canal de comunicação privada, como <i>chat</i>
<i>Feed</i>	Espaço central do perfil onde as postagens são fixas
<i>Post</i>	Postagem fixada no feed
<i>Reels</i>	Vídeos curtos e verticais postados no <i>feed</i>
<i>Story</i>	Espaço de postagens com duração de 24h
LINGUAGENS UTILIZADAS	
<i>Dump</i>	Sequência de fotos em um único <i>post</i> ou <i>story</i>
<i>Emoji</i>	Ícones visuais
<i>Hashtag</i>	Marcador temático que aglutina publicações
Legenda	Campo textual que acompanha o <i>post</i> no <i>feed</i> ou nos <i>stories</i>
Memes	Formas visuais ou textuais humoradas

**Fonte:** produzido pela autora



## 5.2 Etnocartografias do viver, do sentir e do fabular<sup>35</sup>

Ocupar o digital como pesquisadora-habitante-participante era um desafio que ficou em aberto desde a minha última experiência de pesquisa nesse campo no projeto PIBIC-TCC. “Talvez eu devesse ir além” - o desejo pulsava sob minha aura, o mesmo afeto que movia o meu agir também me freava, a ansiedade escancarando uma preparação inacabada. Múltiplas linhas atravessando um só corpo que aguardava pela plenitude, sem saber que a máxima intensidade, como organismo vivo, a gente encontra no processo; não há a totalidade do fim.

Como quem ansiava por um desvio no caminho que me retirasse da penumbra, aceitei de pronto as provocações da banca naquele 12 de agosto de 2024 e iniciei o processo de me assumir parte do Instagram. Fiz as primeiras publicações como partícipe comemorando a aprovação na qualificação. De repente, aquela página tinha nome, foto e uma breve descrição. “Quais histórias sobre mim eu vou contar? Como?”; “Qual vai ser a marca dessa identidade?”. Acordei no dia seguinte e as reflexões seguiam permeando minha cabeça.

Foi interessante iniciar esse processo àquela altura da vida, posterior a trabalhos já realizados sobre o digital. “Vivenciar o que eu escrevo vai me possibilitar um outro olhar” - imaginei. Sempre gostei de me expressar em palavras e imagens, mas o fazia no secreto do meu celular. Agora, seria feito de maneira coletiva. De certa maneira, assumir esse compromisso significava bancar o que eu defendia. Sempre optei por me manter longe do Instagram por uma lista de motivos que abarcavam os tempos de modernidade líquida (Bauman, 2001), performance nas redes, ditadura da beleza, vidas expostas em vitrines virtuais como produtos, lógica desenfreada de consumo. Se eu estava defendendo formas-outras de habitar esse território, que produzissem rupturas na contramão da hegemonia, nada mais coerente do que tentar eu mesma vivenciar esses desvios.

O processo de me adaptar a essa nova ideia adiou por dois meses a minha “entrada” no campo. Passei por estados ansiosos devido à dinâmica complexa da rede: a mesma capacidade multimidiática que hoje visualizo como potência, outrora foi vivenciada como uma avalanche de informações que aceleravam meus pensamentos e me causavam náusea. Mais uma rede, mais um *chat*, bolinhas vermelhas gritando para serem visualizadas cada vez que eu adentrava, anúncios intermináveis criando gostos e desejos que não estavam ali. Como quem se afoga na imensidão do mar, me vi sem saber para onde ir.

---

<sup>35</sup> Uma síntese deste subcapítulo foi reorganizada em forma de resumo expandido, submetido e aprovado para apresentação na 42ª Reunião Nacional ANPEd & WERA FOCAL MEETING, no GT 16 - Educação e Comunicação, que ocorrerá em Outubro de 2025.

No meio da travessia, os atravessamentos da escolha dos perfis orientaram a reconexão com meus pensamentos sobre o porquê chegara até ali. O que temos de novo a aprender com Lydia Garcia, Bárbara Bombom e Carla Santos sobre Feminismos Negros a partir das diferentes práticas culturais-afetivas dessas mulheridades negras que produzem narrativas no digital? Preparada ou não, adentro assim mesmo.

Três mulheres negras, três perfis diferentes, atravessamentos rizomáticos, múltiplas narrativas. Nenhuma delas se conhece, mas algo vibrou neste campo - um campo que, naturalmente, se relaciona, mas que se mostrou como rede a partir dessa constituição coletiva de sinergias individuais onde eu, pesquisadora, me incluo, incubindo-me à tarefa de estar atenta às coisas e ao mundo, observando, ouvindo, sentindo com as outras, como aconselha Ingold (2020), a fim de refletir em conjunto aos meus afetos e atravessamentos o que ecoa de uma na outra, sentindo e criando campos de força, zonas de intensidade que, aqui, se deslocam das linhas duras para contemplar linhas de fuga (Deleuze e Guattari, 1996).

É a tua beleza própria que te faz assim: rara e única"

ANCESTRALIDADE

E  
M

Nossa verdade  
Nossa negritude  
Nossa beleza  
@lydiabazaf

GESTOS

⋮

Black Black is Black tempo tempo

Ver tradução

DIGITALS



### 5.2.1 Zona de intensidade Ancestralidade em gestos digitais – cabelo é poder, negritude é beleza

Dona Lydia, fotos. Bárbara Bombom, vídeos. Carla, textos. Em diferentes territórios físicos, do Centro-Oeste ao Nordeste, nas múltiplas linhas algorítmicas que, em conjunto com nossas práticas culturais, personalizam as nossas dinâmicas vivenciais sob uma mesma rede, três corpos que se expressam de maneira única no digital a partir de suas preferências comunicacionais distintas, sob algumas mesmas zonas de intensidade. Sem dúvida, o cabelo afro foi o fio de textura mais denso, forte e macio dentre os nós que as uniu no Instagram.

Uma das primeiras postagens que me atravessou foi um vídeo postado no *story* de Dona Lydia, no dia 06 de dezembro de 2024. Sentada sob o sol e um céu azul, acariciava o cabelo trançado com mechas vermelhas que sintonizavam com o rosa de sua blusa e o portão alaranjado, sinalizando o quintal feito de chão e paredes em concreto de uma casa. “*Nossa verdades. Nossa negritude. Nossa beleza*”, dizia a legenda. A raiz branca de seu cabelo e as linhas marcadas em seu rosto anunciavam a representação de sua fala, serena e poética:

*Secando as tranças, que despertam tanta curiosidade na branquitude. Só faltam perguntar se a gente lava a cabeça. Secando as tranças, cuidando da raiz do cabelo. A raiz que tem tempo, uma raiz que produziu, que produz muitos frutos. Secando as tranças, cuidando do cabelo já branco, azulado, e assim vamos vivendo, seguindo, seguindo, seguindo. Nossos passos vêm de longe, longe, muito longe... (transcrição nossa)*

**Figura 21**

Dona Lydia e suas tranças



**Fonte:** Montagem de sequência de *prints* do vídeo postado no story de Lydia Garcia.

Dona Lydia se conecta e reserva alguns minutos de carinho e cuidado com aquele cabelo que representa não só a sua identidade, mas todo um povo; que carrega em sua essência a ancestralidade como também constituinte dessa identidade, ao mesmo tempo em que, entrelaçado sob seus fios brancos, representa uma trajetória de longa entrega à formação não só de sua descendência, mas da própria história de Brasília, sobretudo do movimento negro, que se expandiu como fruto de suas ações individuais e coletivas, primeiro semeadas no Rio de Janeiro, sua origem, e colhidas no centro do país. Um mês depois, Bárbara Bombom estaria postando um vídeo em seu *story* de suas tranças azuladas, aquelas que a faz ser vista e “fazer escândalo de boca fechada” - como dito em outro momento<sup>36</sup>-, com o sorriso sempre no rosto, mostrando-se feliz pelo que vê na câmera do celular. O desejo de “dar um beijo nesse povo, nessa ancestralidade” representa o que o cabelo é para Bárbara Bombom, para Lydia, Carla, e muitas outras; porque “trança é história” - múltiplas, aliás.

**Figura 22**

Bárbara Bombom e suas tranças



**Fonte:** Montagem de sequência de *prints* do vídeo postado no story de Bárbara Bombom.

Nos dias 3, 4 e 5 de janeiro de 2025, algo vibrou simultaneamente naqueles três universos físico-digitais. Um encontro não planejado, uma força comum que partia de si pro mundo, sem pauta combinada. Enquanto Bárbara Bombom e Carla Santos mostram suas primeiras tranças do ano, ao som de músicas cantadas por mulheres negras que não só

<sup>36</sup> A partir do minuto 22:58 em [https://www.youtube.com/watch?v=YrbMdcju\\_Eg](https://www.youtube.com/watch?v=YrbMdcju_Eg)

reafirmam esse lugar, como também contemplam com orgulho todas as suas características da negritude<sup>37</sup>, Lydia postava seu cabelo black branco no *feed*, cuja legenda mais uma vez anunciava suas memórias - “*Black Black is Black tempo tempo*”. Três mulheres negras com atravessamentos distintos, no antes, no agora e no depois, contemplando quase que em uma mesma órbita temporal, “*uma beleza rara e única*”, como diz a legenda na foto de Carla que, como uma boa amante das palavras, usufrui também de *hashtags* para se expressar: *#mulheresautistas #autismofeminino #blackautistic*, mostrando como a beleza não é exclusiva para corpos sem deficiência, ainda que a dela não seja literalmente visível.

**Figura 23**  
Encontro não planejado



**Fonte:** Montagem de *prints* de postagens das três mulheres.

Essa prática de afeto e autodefinição (Collins, 2019) permeou nas postagens das três durante os meses de acompanhamento em variados momentos, sob ângulos distintos, com imagens paradas ou em movimento, acompanhadas ou não de textos, todas apresentando versões múltiplas de si - cabelo black, cabelo crespo natural, cabelo trançado vermelho, azul e dourado. E os sorrisos abertos, orgulhosos, sempre lá. Bárbara Bombom vai além: como trancista orgulhosa, mostra também os diferentes cabelos de suas clientes, como uma forma de divulgar seu trabalho, claro, mas também de se empoderar e a tantas outras.

<sup>37</sup> Carla Santos - Sou + as negras (Afreekassia) <https://www.youtube.com/watch?v=ObuN0kgfqAA>  
Bárbara Bombom - Negona (Jully) <https://www.youtube.com/watch?v=hwSxeVeMGWw>

Durante muito tempo e ainda hoje, o cabelo foi um dos aspectos da negritude mais discriminados, associado a fantasias de sujeira e selvageria que transformou-o na “mais poderosa marca de servidão durante o período de escravização”, um símbolo de desordem e não-civilização. Uma linha dura de desumanização. Como resposta, em linha de fuga, tornou-se “o instrumento mais importante da consciência política entre africanas da diáspora”, expressando fortalecimento racial por meio dos dreadlocks, cabelos *black* e crespos, rastafari e outros (Kilomba, 2021, p. 127) - linhas que percorrem diferentes texturas nas vivências de dona Lydia, Carla Santos e Bárbara Bombom.

Não coincidentemente, no percurso que caminhei no Estado da Arte, o cabelo afro pulsou nos relatos das autoras e em suas próprias pesquisas como uma vivência que teria iniciado os movimentos de representatividade e empoderamento de mulheres negras nas redes sociais (Mory Lobo, 2022; Poliana Macedo, 2018; Lima, 2019; Dailza Lopes, 2017; entre outras), sobretudo a partir do acolhimento, motivação e compartilhamento de informações que, de maneira inovadora, divulgavam e viabilizavam a transição capilar como um processo possível, bonito - e acima de tudo, coletivo.

Orgulhar-se não só de seus cabelos, mas de todos os traços que constituem suas belezas negras, toda uma estética que grita sob as vozes da ancestralidade, é prática cultural e afetiva que permeia as narrativas contadas das três mulheres negras no Instagram. É sobre reafirmar identidade, posicionar-se no mundo. Resistir a um sistema que, a todo momento, vomita padrões muito limitados de beleza. (Re)existir em territórios antes apagados, instáveis, sofridos. Bárbara Bombom sabe. Das três, talvez seja a que sentiu mais profundamente, pois não precisou reafirmar apenas sua negritude, mas também sua mulheridade. Não foi atravessada apenas por ser negra, mas por ser uma *mulher trans* negra. E o cabelo foi essencial nesse processo. A partir dele é que Bárbara Bombom começou a se afirmar.

Por trás de todo *story* sorrindo, se amando, espalhando - como sempre costuma dizer - “*um pouquinho de beleza trans pra vocês*”, existiu um caminho árduo percorrido para chegar até ali. No dia 15 de Janeiro, Bárbara Bombom refletiu sobre essas dificuldades em um vídeo.

*Gente, vocês não sabe o que eu tive que passar nessa vida pra hoje olhar aqui, nessa câmera, nesse celular, e me ver essa mulher negra, linda, empoderada, que é capaz de tudo, de ocupar todos os espaços. Então, todas as vezes que eu tô aqui dando close, pode ter certeza que isso aqui é a resposta de muita luta. (transcrição nossa)*



Ela contou, em uma de suas entrevistas<sup>38</sup>, que diferente de outras mulheres trans, não chegou a ir para prostituição por necessidades financeiras, mas por “querer existir”, se sentir bonita e desejada, ter um reconhecimento. Quando escuto, então, ela associar esse seu gesto tão constante de contemplar sua beleza no Instagram como prática de pertencimento, especulo sobre o quanto as redes sociais, a possibilidade de contar suas narrativas, apresentar-se ao mundo e ver outras mulheres negras se amando, como Lydia e Carla, podem ter ajudado na construção dessa autoestima e desse amor próprio como aspectos que sempre buscou. Talvez eu veja tanto sentido porque, embora por motivos e caminhos diferentes, nesse processo de apresentar-me ao mundo a partir do Instagram, eu própria tenha também aprendido mais sobre quem sou, e a gostar dessa parte-todo que eu vejo (e posto).

Dona Lydia, Bárbara Bombom e Carla Santos, abraçando a ancestralidade, contemplam suas estéticas e identidades a partir de elementos de raízes negras e africanas no seu vestir, no seu cantar, no seu dançar, no seu falar, em suas crenças, suas artes cotidianas que, costurando imagens, sons e palavras, contemplam suas origens. Identidade, como organismo vivo, se constrói no coletivo, composta por redes de ações, trocas, afetos, lutas e sensibilidades. Hall (2003) já nos contou que identidade é história, é relação, é linguagem conjunta. Identidade nunca é sobre eu ser, ela ser; é sobre elas serem, nós sermos. Juntas. Dona Lydia, Bárbara Bombom e Carla Santos respiram, vivem (e postam) isso, o que nos leva a uma segunda zona de intensidade que perpassa um senso de coletividade e continuidade.

---

<sup>38</sup> Já mencionada no texto: <https://www.youtube.com/watch?v=N1eG04WxEHs>



EU SOU

*Caminhos  
Abertos*

PORQUE

A favela não venceu  
só porque o seu  
blogueiro preferido  
comprou a primeira  
mansão

RESISTÊNCIA  
MULHERES

NÓS

SOMOS

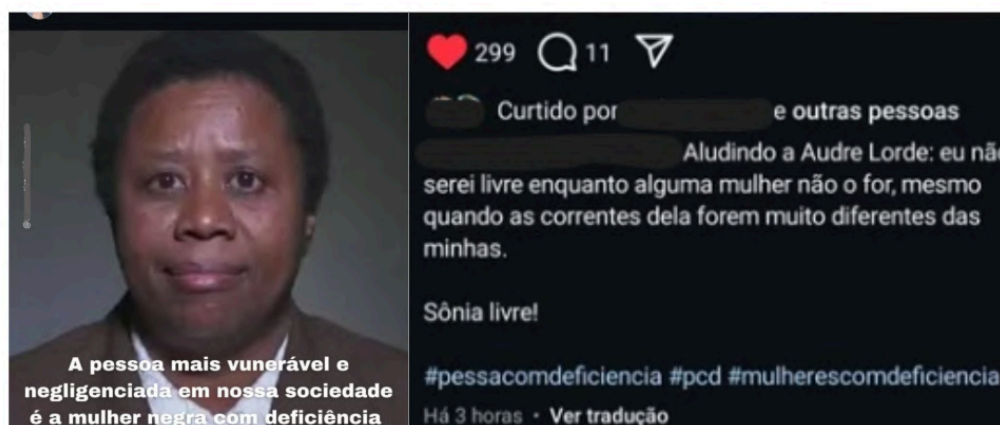
Estamos em marcha  
Rumo a Brasília

### 5.2.2 Zona de intensidade Eu sou porque nós, mulheres, somos! - “Caminhemos outras”

“*Eu não serei livre enquanto alguma mulher não o for, mesmo quando as correntes dela forem muito diferentes das minhas*”. Essa mesma frase de Audre Lorde presente na epígrafe desta dissertação, está legendada no *post* de Carla Santos, no dia 09 de Janeiro (tenho a sensação de que tudo aconteceu nesse mês). Na imagem, Sônia Maria de Jesus, mulher negra com deficiência auditiva e limitações na comunicação, resgatada em junho de 2023 da casa da família de Jorge Luiz de Borba, desembargador de Santa Catarina, submetida há 40 anos em condições análogas à escravidão e que, infelizmente, após decisão judicial, foi “devolvida” como uma propriedade à família, sob alegações de “paternidade afetiva”.<sup>39</sup>

**Figura 25**

Audre Lorde e Sônia Livre



**Fonte:** Print de publicação no *feed* de Carla Santos.

Associações e práticas coloniais são linhas duras que pulsam na contemporaneidade, transformando o colonialismo nessa ferida que nunca é tratada; sempre dói, infecta e sangra (Kilomba, 2021). Como linha de fuga também ancestral, vibrando as forças dos quilombos que hoje se desterritorializam em diferentes corpos, diferentes redes, diferentes espaços, construindo novas formas de aquilombar - inclusive nas redes sociais -, a luta, para as mulheres negras, é coletiva. No digital, e para Lydia Garcia, Bárbara Bombom e Carlas Santos, essas lutas não precisam apenas sangrar; permeiam outros caminhos, outros sentidos,

<sup>39</sup> A ONU tem cobrado informações ao Estado Brasileiro acerca do pavoroso caso. <https://cejil.org/pt-br/comunicado-de-prensa/a-onu-publicizou-carta-na-qual-cobra-informacoes-ao-estado-brasil-eiro-sobre-a-situacao-de-sonia-maria-de-jesus/#:~:text=S%C3%B4nia%20acabou%20sendo%20explorada%20por,mas%20sua%20liberdade%20durou%20pouco.>



outros devires - se constroem nas artes, nas linguagens, nas micropolíticas cotidianas em (re)existência.

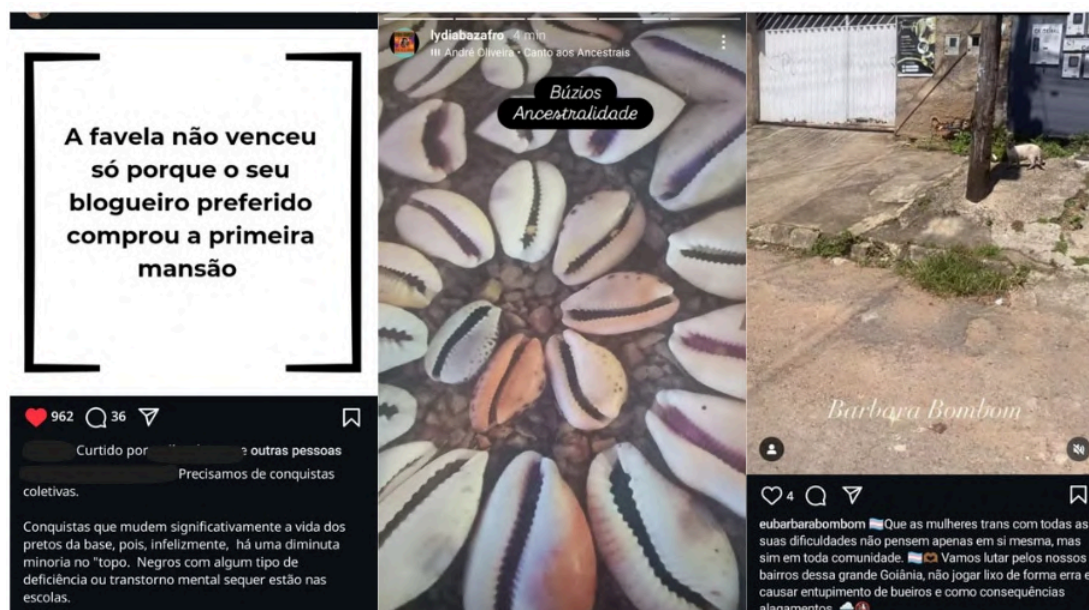
No digital, essa multiplicidade da zona de intensidade do coletivo se materializa em linhas de fuga emaranhadas que costuram, entre agulhas e texturas próprias, temas diversos. Não se trata apenas de si em suas interseccionalidades, mas da variedade de coisas que atravessam populações marginalizadas que carecem de justiça social. Participar de lutas de maneiras distintas, direta ou indiretamente, no enfrentamento objetivo ou subjetivo, na divulgação de notícias e de artes, na exposição de outros corpos, outros modos de ser, outros mundos possíveis, como Lydia, Carla e Bárbara Bombom vivenciam e postam, é possibilidade proporcionada no/pelo digital e expande os horizontes dos Feminismos Negros.

Quando Carla posta suas filhas e suas amigas, costurando sorrisos, frases e músicas de empoderamento; quando disse, naquele 18 de novembro, que *“a favela não venceu só porque o seu blogueiro preferido comprou a primeira mansão”*, anuncia a necessidade de conquistas coletivas em um sistema neoliberal que nos empurra veementemente pro individualismo.

Quando Lydia dança em seus ambientes afrocêntricos, com seus tecidos africanos, cores vibrantes; quando relembra com orgulho sua trajetória e traz as memórias de sua família, formada majoritariamente por mulheres negras; quando posta seus acessórios e bordados ancestrais, afirma que é essa identidade coletiva que fabrica suas (re)existências.

Quando Bárbara Bombom constrói projetos para sua comunidade e, brilhantemente, escreve uma legenda desejando *“que as mulheres trans com todas as suas dificuldades não pensem apenas em si mesma, mas sim em toda a comunidade”*; quando constantemente - e sobretudo nos dias 7 e 8 de janeiro (esse mês mais uma vez) e 10 de fevereiro -, apesar de todas as suas dificuldades não escondidas para seu público enquanto mulher negra trans, uma vez que *“ela também faz parte da estatística que luta”*, assim como Carla Santos, demonstra, em vídeos, intensa preocupação por *“não ver outras de si em outros lugares”*, desejo e tristeza por *“não poder fazer mais por seu coletivo”*, ela não fala apenas por si. Sua voz ecoa como um organismo de múltiplas vozes *“em nome de tudo que representa e carrega”*.

**Figura 26**  
Luta e identidade coletiva



**Fonte:** Montagem de *prints* de publicações das três mulheres.

Nesses momentos, percebo, mais uma vez, o que Rolnik (2006) chama de campo coletivo de forças, onde o “eu” não é um centro fixo, mas uma dobra que permite a interiorização do exterior, uma inversão do dentro-fora. Esse mesmo campo coletivo de forças une Lydia Garcia, Bárbara Bombom e Carla Santos em diferentes territórios físicos e *online*, ainda que não se conheçam, não se falem, não troquem - pulsam, cada uma com suas singularidades, em uma mesma vibração. Teóricas do movimento feminista das “mulheres de cor” mundo afora sempre dissertaram sobre (hooks, 2021; Anzaldúa, 2000; Gonzalez, 2020), sendo por isso muito comum terminologias que abarquem a “irmandade” no tratamento entre africanas/os da diáspora, recordando a existência de uma família imaginária, de múltiplos e longos galhos, mas uma mesma terra-mãe - a África (Kilomba, 2021).

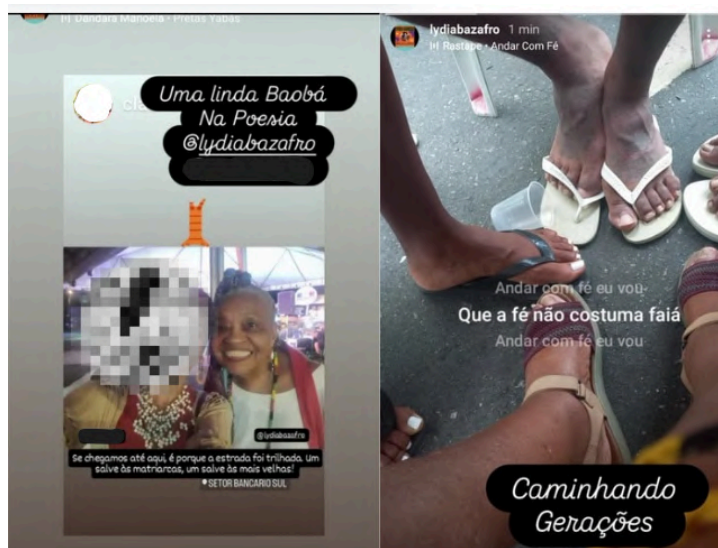
Prezar por um coletivo afetivo, amoroso e unido é latente nos Feminismos Negros e se apresenta no cotidiano *instagramável* dessas mulheres. Kilomba (2021) explica que o amor e a união é tarefa política para reparar a historicidade individual e coletiva de perda e isolamento que o trauma colonial deixou e que é revivido cotidianamente por meio de episódios de racismo. Acolher-se coletivamente com afeto é linha de fuga para as linhas duras antes postas de privação de elo e separação das populações negras.

É por isso muito importante e tão forte a ideia de caminhar gerações no movimento. No contexto desses acompanhamentos, de primeira pensei: não há como não pensar em Lydia Garcia. Uma trajetória linda que rende ainda hoje muitos frutos. Não há como pensar que “a

*estrada foi trilhada. Um salve as matriarcas, um salve às mais velhas!”*, como publicou uma moça no Instagram como legenda de uma foto com Lydia, republicada por ela em seu *story* no dia 30 de novembro. Essa ideia é muito valorizada nos movimentos negros e Feminismos Negros, no qual pessoas mais velhas são vistas como bibliotecas vivas de história, representantes da memória e responsáveis por guardar e repassar tradições ancestrais, como griôs. E Dona Lydia é, de fato, uma dessas pessoas. Quando publica uma foto de seus pés em contato com outros pés negros e a legenda “Caminhando gerações”, naquele 9 de fevereiro, demonstra que sabe dessa responsabilidade e de seus significados.

**Figura 27**

Pretas Yabás caminham gerações



**Fonte:** Montagem de *prints* de publicações no *story* de Lydia Garcia.

Dentre as três, dona Lydia foi a que mais acionou, de maneira ou de outra, discussões tradicionais que embasam os Feminismos Negros, como foto com estátua de Zumbi dos Palmares, foto com Angela Davis - *chique!* - e outros conceitos. Mas, nas viagens etnocartográficas digitais que fiz, descobri que não é a única preocupada em construir legados. Por diversas vezes, sobretudo nos dias 7 e 16 de Janeiro (começo a perceber aqui uma aura intensa de movimentações nos três universos especialmente nesse mês!), Bárbara Bombom, em vídeos, demonstra consciência de estar construindo legados “*para que outras possam também ocupar*”. Mais do que um processo consciente que surgiu no caminhar, isso, na verdade, permeia intencionalmente suas práticas. Hora e outra, me pego pensando no que ela disse sobre *não saber se é o alicerce dessa construção ou se está comprando os materiais* - porque, vejo, o mais importante é ter outras de si e outras de outras nessa caminhada.

Por isso, hoje já não consigo mais pensar em caminhar gerações e não pensar intensamente também em Bárbara Bombom, assim como em Carla Santos, considerando sua contribuição para as discussões ainda raras que interseccionam gênero, raça e deficiência, sobretudo no contexto das mulheres negras com deficiência. Fabulo, assim, em cima daquela foto postada por Lydia em 4 de fevereiro, onde seu pé, poeticamente, toca o chão coberto de flores rosas, com a legenda “*Caminhos abertos*”. Para quem pode ser? Dona Lydia, no passado, foi essencial na construção da primeira e grande edição histórica da Marcha das Mulheres Negras em 2015, ocorrida em Brasília. Bárbara Bombom tem se movimentado significativamente desde janeiro para a segunda Marcha das Mulheres Negras, dez anos depois, que ocorrerá em novembro deste ano de 2025. Nessas especulações, penso que esses caminhos - que Lydia ainda percorre, vale ressaltar! - estão abertos para que outras mulheres negras, como Bárbara Bombom e Carla Santos, construam seus legados em outros devires, acionando outras interseccionalidades, outras sensibilidades, outras artes, outras educações e futuros possíveis. E isso me faz ir junto. A revolução das mulheres pode ser negra, idosa, trans e com deficiência!

“*Caminhemos outras*” sim, dona Lydia. Os passos que vêm de longe agora também percorrem as redes, passeiam pelo Instagram e constroem legados de outras infinitas maneiras. Em narrativas e vivências que não mais se limitam na resistência como luta, guerra e dor; contam-publicam outras histórias, outras poéticas, outras políticas, sob uma linguagem multimidiática, artística, educando todas que atravessam essa aura para uma *(re)existência*.

**Figura 28**

Caminhos abertos, outras mulheridades



**Fonte:** Montagem de *prints* de publicações das três mulheres.



eu quero ter estatísticas de VID

bombom 23 h

PERMITA  
QUE EU FALE

nome  
anos aos  
is filha  
ntida  
LI AIS  
NAME  
JENA  
HODARI  
ENYA  
IALE

Barbara bombom

NÃO  
A  
ore vive-te  
RESPEITO  
NÃO TEM COR  
TEM  
CONSCIÊNCIA

MINHAS

CICATRIZES

SOLISTAS  
PRINCIPAIS

### 5.2.3 Zona de intensidade Permita que eu fale, não as minhas cicatrizes – sobre postar-se viva

Talvez seja esse o ponto de maior contemplação - e maior aprendizado - dessa pesquisa. Nesse momento, olho para a minha trajetória acadêmica e tudo parece se energizar nesse fluxo de intensidades que marcam estes dois anos de mestrado. Lembro-me do que Rolnik (2018) disse e, mais do que ver, *sinto* sentido. De fato, querida Suely, são os efeitos das forças do mundo que habitam nossos corpos a origem do pensar e insurgir-se como uma só prática - prática essa que não se dá jamais isoladamente e que tem como produto formas de expressão que, apesar de sob processos de singularização, se dão em um terreno comum, diz a autora. Toda essa aura - como gosto de dizer - que segue constituindo minha experiência de mestrado é alimentada pela ressonância de outros corpos indo em uma mesma direção e produzindo essa sinergia (Rolnik, 2018) da *zona-ápice* de intensidade III dessa pesquisa.

Estudo sobre relações étnico-raciais, em intensidades distintas, desde o meu primeiro semestre da graduação em Pedagogia. Aprendi a olhar o mundo sob uma lente crítica, compreendendo as dinâmicas estruturais colonialistas, capitalistas e racistas para questionar primeiro o *macro* das instituições, governos e sistemas e depois o *micro* das relações sociais e das práticas cotidianas, refletindo sobre como eu, no meu pensar e no meu agir indivíduo-coletivo, poderia construir e vivenciar uma luta antirracista. Meus primeiros trabalhos de pesquisa seguiram por este caminho, teorizando o racismo e sugerindo a possibilidade de práticas pedagógicas antirracistas no digital, baseadas na construção de conhecimento. Já no último suspiro da graduação, conheci o conceito de interseccionalidade a partir de Akotirene (2019) e esbocei a compreensão de uma resistência negra a partir de outras perspectivas - sobretudo das mulheres negras na literatura e na escrita, com Glória Anzaldúa, Conceição Evaristo e outras teóricas dos Feminismos Negros.

Caminhando na pós-graduação e contemplando tudo que a forma enquanto constelação de sinergias múltiplas já esboçadas aqui, passei a refletir outros espaços e outros sentidos, constituintes no *micro do micro*, isto é, o âmbito da subjetividade, das sensibilidades e dos afetos. O que tenho pensado, descoberto, construído e, mais importante do que tudo, *sentido* com Lydia Garcia, Bárbara Bombom e Carla Santos, é a potência da positivação das múltiplas histórias e memórias das pessoas negras a partir da contação de outras perspectivas de narrativa para além da escravidão, da miséria e da dor, a fim de produzir identidade e agenciamentos subjetivos positivos das populações negras e construir um outro imaginário



social de potencialidade, criação, beleza e intelectualidade negra para além da “cultura popular”, do samba, da dança, da música e da culinária.

Apesar de já ter ouvido falar sobre tal importância, nunca havia vivenciado situações concretas que me possibilitassem ser afetada da maneira como fui com essa prática etnocartográfica. Foi com dona Lydia, Bárbara Bombom e Carla que consegui sentir e, consequentemente, entender plenamente - afinal de contas, já dizia bell hooks (2017), o afeto é condição para uma Educação crítica e transformadora. Agora posso, enfim, espalhar.

No dia 28 de novembro de 2024, dona Lydia fez uma fala linda na XIII Semana de Reflexões sobre Negritude, Gênero e Raça dos Institutos Federais (SERNEGRA), evento ocorrido no Instituto Federal de Brasília. Na ocasião, questionou *“Imagine se eu fosse carregar esse racismo, como eu estaria hoje? Não estaria aqui como estou, como estamos. A branquitude é que tem que ver esse racismo que eles criaram. Nós não.”* Logo em seguida, começa a dizer quem é, que é o que realmente importa: ativista do movimento negro, arte-educadora e mãe. Assistindo o recorte postado em seu *story*, percebo a mensagem transmitida: a minha existência vai além desse racismo. Isso ecoou em mim na hora e mais intensamente nos dias em que me encontrei novamente com os materiais produzidos.

Existir para além do racismo. É isso que precisamos, como toda a sociedade, entender. É para isso que precisamos atuar. É nessa perspectiva que nós, educadoras/es deste país, precisamos trabalhar. Uma existência negra para além da dor, dotada de beleza e potencialidade. Carla Santos também mostra que entende - e vive - isso quando vemos suas fotos tão sorridentes com suas filhas, suas amigas, sua família; quando, tão frequentemente, milita por uma Educação Básica que pratique a afrobetização, isto é, a adoção de práticas educativas que ensine e vivencie a história e cultura africana e negra, demonstrando sua percepção sobre a importância da representação e valorização da negritude para além do racismo e do sofrimento, inclusive - e principalmente - no contexto da afrobetização (Gessica Justino; Roberto, 2014)<sup>40</sup> para crianças negras com necessidades educacionais específicas; quando compartilhou, naquele 6 de dezembro, lindos momentos de suas filhas, autistas nível 3 de suporte, ressaltando na legenda que *“eu, enquanto mãe, não permito que a história das minhas filhas seja escrita com a caneta da d\*r e do s\*fr\*m\*nt\*”*, pois, assim como qualquer outra pessoa, têm dias ensolarados, de conquistas e sorrisos bonitos.

---

<sup>40</sup> Segundo a autora e o autor, o termo advém de um projeto educacional realizado com crianças da favela do Catalango e Pavão-Pavãozinho, na zona sul do Rio de Janeiro.

**Figura 30**

Nossa existência para além do racismo



**Fonte:** Montagem de *prints* de publicações de Lydia Garcia e Carla Santos.

Bárbara Bombom republicou no dia 10 de fevereiro em seu *story* um vídeo muito bonito postado por uma página que conheci durante os rastreios - Fonatrans (Fórum Nacional de Travestis e Transexuais Negras e Negros. Contra o Racismo e a Transfobia, diz a descrição da página), e me tocou profundamente. Nele, Kyra Reis (afrokyra no Instagram), mulher preta travesti, atriz e modelo, lindamente diz<sup>41</sup>

*A gente tá na linha de frente pra ser morta, mas a gente também tá na linha de frente pra ser vista! Então tipo assim, hoje eu quero viver, quero sobreviver, tô nesse corpo que eu tenho. Eu não quero só ficar contando sobre as mazelas, as tristezas sabe. (...) Eu quero ser a linha de frente de VIDA, eu quero ser a linha de frente de sobrevivência sabe. (...) Então tipo hoje eu luto pelas minhas, eu luto por um outro corpo preto, pelo outro corpo travesti, por um outro corpo trans, por outro corpo lgbt sabe. Então todo mundo que vai falar sobre as suas mazelas de sofrimento, troquem pra gente falar sobre CONTEMPLAÇÃO! (...) Em vez da gente ter estatística de morte, eu quero ter estatística de vida! Eu quero que outras como as minhas VIVAM cada vez mais e realizem seus sonhos, e durem muito mais do que a estatística que é nos colocado entendeu (...)*  
**(transcrição nossa)**

<sup>41</sup> Esse vídeo lindo e transformador está disponível pelo link:

<https://www.instagram.com/reel/DF5SpLVp7dy/?igsh=MWthbzFrb2N4aDFjNA==>  
 Recomendo MUITO a visualização!

**Figura 31**  
Sobre ter estatística de vida



**Fonte:** Sequência de *prints* de vídeo publicado no *story* de Bárbara Bombom. <https://www.instagram.com/reel/DF5SpLVp7dy/?igsh=MWthbzFrb2N4aDFjNA==>

Vi e revi esse vídeo por diversas vezes. Em todas elas, meu coração palpita, se emociona, transborda. É um atravessamento muito singular. Imagino então Bárbara Bombom assistindo. Se chega em mim dessa maneira, imagine na dela? Como palavras como essa resignificaram seu caminho? Assim como me afetou, afetou a ela de tal maneira que a fez compartilhar em seu *story* para que outras também vissem. Nesse momento, aqui, tudo faz sentido. Sua vivência no Instagram sendo estatística de vida. Suas narrativas, apesar de em alguns momentos não esconderem as infinitas dificuldades que vivencia, sendo narrativas de contemplação! - e isso é muito potente.

No dia 04 de fevereiro, postou um vídeo em seu *story* reflexiva sobre seu aniversário que estaria para chegar. “Uma sobrevivente. Uma mulher preta, trans, ex-prostituta, hoje sou faxineira, eu to muito feliz”. No dia 20 de fevereiro, seu aniversário de 33 anos, publicou um vídeo muito chorosa, dizendo:

*Não tenho palavras pra agradecer esse dia. Chegar aos 33 anos pra mim é muito forte, muito importante. Quando eu me assumi uma mulher trans, uma pessoa falou que eu ia morrer cedo, que eu era travesti, que eu ia ser drogada, que eu ia ser uma criminosa, que tudo de ruim ia acontecer comigo porque eu era uma travesti. E hoje eu chego aos 33 anos olhando toda a minha trajetória, toda a minha história, todo o meu legado, que eu construo*

*desde quando Bárbara Bombom, é, me assumi. E hoje eu pedi, eu lembro né, que eu pedi tanto a deus, que eu não queria ser só mais uma, eu não queria ser mais uma estatística, eu não queria ser mais um número, né (...)*  
(transcrição nossa)

Percebo aqui que a idade não é um aspecto importante apenas para dona Lydia. É motivo de muita emoção e fortaleza para Bárbara Bombom também. Bárbara Bombom é vida a todo o momento, com tudo que carrega de si e que faz questão de repetir, em cada início de fala: *“Eu sou Bárbara Bombom, porque bombom é tudo de bom - uma mulher preta, trans, empregada doméstica, quilombola do quilombo Vó Rita de Trindade”*. Sempre com um sorriso no rosto, cabelos lindos e sempre diferentes, trabalhando, dançando, cantando, palestrando, construindo projetos com sua comunidade, sendo amada pelas muitas crianças que fazem parte do seu dia a dia, mostrando seu cotidiano em família (quantas mulheres trans nós conhecemos ou ouvimos falar a partir desse contexto?), com seu pai, com sua amada vó; isso é pura contemplação. *“Essa mulher trans que não deita”* como ela também costuma sempre afirmar, é potência infinita de vida.

### Figura 32

Bárbara Bombom, 33 anos de uma mulher negra trans que não deita



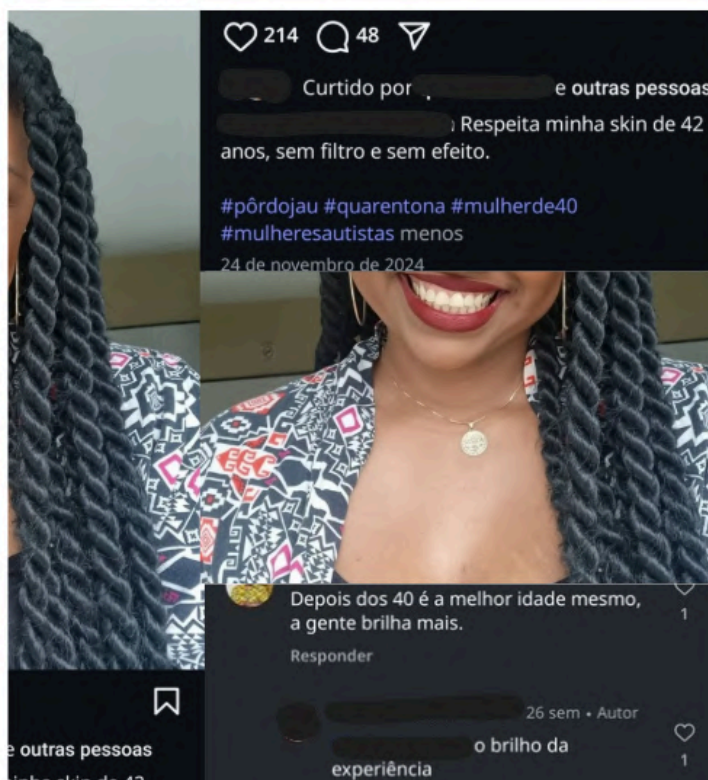
Fonte: Montagem de *prints* de publicações de Bárbara Bombom.



Curiosamente, Carla Santos também não deixa de citar sua idade como orgulho e representação de uma trajetória brilhosa de experiência, desafiando a concepção da juventude como melhor idade que, a todo momento, atravessa a nós, mulheres, por pressões estéticas de rejuvenescimento e de beleza, ancoradas em uma lógica capitalista de autocuidado extremo.

### Figura 33

Carla Santos, 42 anos e o brilho da experiência



**Fonte:** Montagem de *prints* de publicações de Carla Santos.

Dona Lydia Garcia, orixá viva, não referencia diretamente esses discursos, mas mostra isso em suas vivências postadas. Como quem já lutou e construiu muito, dona Lydia segue, “*seguindo e seguindo*”, vivendo cada segundo, compartilhando momentos com sua família, em Brasília, no Rio de Janeiro, compartilhando memórias de sua vida, bordando seus afetos, participando a todo momento de eventos ativistas e culturais, sempre afirmando quem é como faz Bárbara Bombom, com a adição de seus 87 anos de idade como orgulho, sempre linda com suas vestes e adereços africanos, sua bengala potente, fazendo política na arte do cotidiano, na poética dos seus dias, colhendo seus frutos e plantando outras sementes em caminhos alegres, dançantes, no samba, no piano. É absolutamente lindo de se ver! Vive e posta a negritude que a branquitude se nega a conhecer e tenta a todo momento apagar.

Dona Lydia vive e respira lindamente a diáspora africana. No dia 22 de fevereiro, compareceu à inauguração da Escola Maria Felipa no Rio de Janeiro, a primeira escola afro-brasileira do país, idealizada por Bárbara Carine (uma\_intelectual\_diferentona no Instagram). Na ocasião, postou uma foto de suas mãos cujas unhas pintadas de vermelho e azul tocavam uma exposição de nomes. As rugas de sua pele brilhavam com seus muitos anéis dourados e pulseiras coloridas. Na legenda, diz: “*De nome Africanos aos seus filhos Identidade Mali Aisha Kwame Luena Ayo Hodari Kenya Iale*”. Esses, que nomeiam suas filhas, filho, netas e netos, contemplam a africanidade e representam o orgulho da negritude.

### Figura 34

Lydia Garcia, 86 anos de artes e educações da diáspora africana

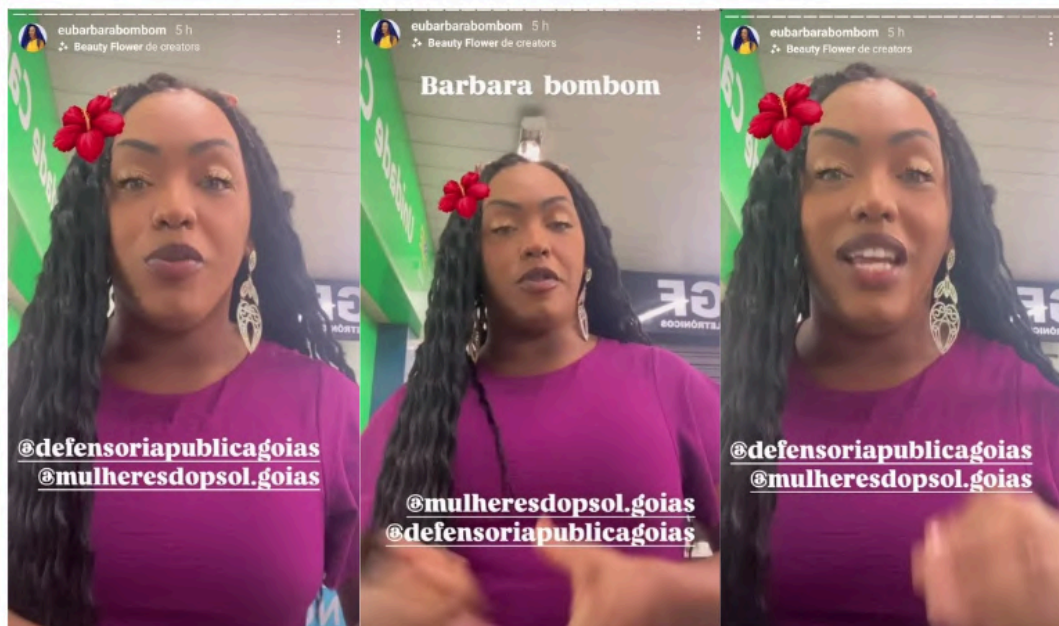


Fonte: Montagem de *prints* de publicações de Lydia Garcia..

Bárbara Bombom também é um nome forte e de impacto, como sempre quis, e um nome para ser lembrado. Não existe Bárbara sem o Bombom em seguida, como ela mesmo diz. Durante muito tempo, foi-lhe negado. No dia 3 de Janeiro, muito feliz, compartilhou em seu *story* o dia da retificação de seu nome e gênero no documento de identidade. Como vive na coletividade, não perdeu a oportunidade de, no meio desse momento tão especial, divulgar para outras mulheres trans a possibilidade de entrar em contato com a defensoria pública do Goiás para dar entrada no processo de retificação. Ter um nome, para Bárbara Bombom, é dignidade. Apesar de não ser um nome africano, surgiu por conta de um “*cabelo rastafari*” que utilizava em uma época e que lembrava muito granulado. Ou seja, Bárbara Bombom também é sobre sua negritude e ancestralidade.

**Figura 35**

Retificação do nome de Bárbara Bombom



**Fonte:** Sequência de *prints* de vídeo publicado no *story* de Bárbara Bombom.

Contar essas e todas as outras histórias que Lydia Garcia, Bárbara Bombom e Carla Santos publicam em seu Instagram, é ampliar o tamanho de suas vidas para deixarem de ser sobreviventes, como sinaliza Ynaê Santos no prefácio à edição brasileira de *Irmãs do Inhamé*, bell hooks (2023b). Transformar essas narrativas singulariza as mulheres negras naquilo que é intransferível: suas subjetividades (Ynaê Santos, 2023). Essas escrituras multimodais no Instagram desafiam o sistema ao vivenciar uma autodeterminação e o bem-estar como resistência política (hooks, 2023b) - uma maneira de (re)existir em um sistema que mina as possibilidades de bem-estar das populações negras e outras marginalizadas.

Todas essas reflexões me levam para o - quase - início de tudo. O primeiro livro que comprei para a pesquisa do PIBIC, a seis anos atrás (que grande reencontro!): *O Perigo de uma História Única*, de Chimamanda Adichie (2019)<sup>42</sup>. A autora diz que mostrar um povo como uma só coisa, sem parar, faz esse povo tornar-se, em nosso imaginário, somente aquilo. É assim que histórias únicas começam a ser contadas. É assim que histórias únicas roubam a dignidade das pessoas, retiram sua humanidade; e é nesse mesmo caminho que histórias múltiplas podem ser usadas para empoderar e humanizar (Adichie, 2019).

<sup>42</sup> O livro é na verdade uma adaptação da palestra feita por Chimamanda no *Ted Talks*, ainda em 2009. Hoje, o vídeo conta com mais de 39 milhões de visualizações na plataforma. Disponível em: [https://www.ted.com/talks/chimamanda\\_ngozi\\_adichie\\_the\\_danger\\_of\\_a\\_single\\_story?language=pt-br](https://www.ted.com/talks/chimamanda_ngozi_adichie_the_danger_of_a_single_story?language=pt-br)

Esses processos bonitos de contar-postar narrativas múltiplas são linhas de fuga em resposta às linhas duras dos estereótipos e das histórias únicas. Na contemporaneidade, estão sendo possibilitados no/pelo digital a partir também da multiplicidade de linguagens capazes de alcançar pessoas de diferentes realidades. Se não há afinidade com a palavra escrita, ela pode ser falada. Se prefere se expressar por imagens, você escolhe se paradas ou em movimentos. Pode-se costurar, inclusive, diferentes linguagens em um mesmo *post* ou *story* no Instagram - vídeos, palavras, sons. Pode-se escolher destacar em seu *feed* ou manter passageiro - mas não menos tocante - nos *stories*. Nessas escrevivências multimodais, mulheres negras como Lydia Garcia, Bárbara Bombom e Carla Santos estão se autodefinindo, autoafirmando, autorrecuperando, isto é, restaurando a si mesma a partir de mapas de cura constituídos no afeto e na coletividade (hooks, 2023b). Produzindo outros sentidos de educações, outras epistemologias que bordam afeto - para si, para outras, para o mundo.

Nesse momento, lembro-me do conselho da Dra. Edméa Santos na minha banca de qualificação: “*O que vem agora, com as mulheres, é a melhor parte!*”. Ali, eu ainda não conseguia ter a dimensão do quanto. Hoje, cheia de alegria e gratidão, posso dizer:

Você estava certa, querida!



## 6. DA OUTRIDADE AO PROTAGONISMO: **escrevivências multimodais no digital**

Dona Lydia já foi professora de música da Educação Básica - a primeira do Distrito Federal, aliás! Hoje, é arte-educadora. Carla Santos foi professora da Educação Básica por muitos anos, hoje é professora do Ensino Superior. As duas com ampla experiência na docência. Ambas publicaram no Instagram reencontros inesperados com ex-alunos - dona Lydia em um encontro presencial, no dia 07 de janeiro; Carla Santos, um encontro *online* pela DM do Instagram, no dia 20 de fevereiro. Os ex-alunos, nas duas ocasiões, demonstraram profunda gratidão pelo trabalho vivenciado em conjunto com as professoras, anos atrás, devido às suas participações em suas formações - musicais, políticas e críticas.

Em contrapartida, Bárbara Bombom publicou um vídeo em seu *feed* no dia 17 de dezembro de sua fala na “*sétima Conferência dos Direitos Humanos com o tema ancestralidade cultura e igualdade ambiente*”, como relatado na legenda. Naquele momento, explicou que foi uma criança muito reprimida e demonizada pelo racismo religioso e por ser afeminada. Contou das dificuldades de se reconhecer como quilombola e compreender a luta “dos quilombolas” ao mesmo tempo em que se reconhecia como mulher trans. Com muita ênfase, diz que “*a escola foi a parte mais difícil de sua vida*”, muito maior até do que o que “*ela vive hoje nas ruas*”, pois era “*demonizada 24 horas*”.

**Figura 36**

Relatos de experiências escolares como professoras - estudante



**Fonte:** Montagem de *prints* de publicações das três mulheres.

Essa triste e trágica realidade perpassa também a vida de outras/es milhares de jovens no Brasil e afora, pois, na mesma proporção que a escola pode ser um lugar de potência, ela também pode ser - e é, muitas vezes - um lugar de desumanização e sofrimento. A própria vivência de hooks (2023b) demonstra essa binaridade - enquanto estudava em instituições segregadas, *com os seus*, pôde construir uma relação positiva e amorosa com a escola; quando passou a frequentar escolas integradas, cuja referências positivas eram unicamente brancas, a situação foi transformada de forma violenta. Bárbara Bombom, fabulo eu, teria uma outra experiência escolar se tivesse tido contato com professoras como Dona Lydia e Carla Santos que, sem dúvida, transformaram a vida de muitas crianças e jovens negras/os na docência.

O que o Instagram pode significar hoje, para Bárbara Bombom, de forma a cuidar minimamente dessas experiências traumáticas de sua vida e promover uma *autorrecuperação*? O que, pelos mesmos ou outros caminhos, o digital pode também significar para dona Lydia, Carla Santos, e tantas outras? Produzi mais especulações para fabular esboços de possíveis respostas a essas perguntas que permearam as minhas reflexões durante o reencontro imersivo com os materiais colhidos.

Para contrapor e intervir nas histórias únicas, hooks (2023b) conta que as mulheres negras, de forma revolucionária, utilizaram (e utilizam) a mídia de massa como a escrita e o cinema para construir e apresentar autoimagens intensamente diferentes às linhas duras dos estereótipos estigmatizantes e desumanizantes, sobretudo aqueles de mulata, empregada doméstica e mãe preta, já discutidos aqui. A prática de criar variadas imagens e representações que apresentem as mulheres negras da forma como são e como querem ser, segundo a autora, é essencialmente parte de uma cura coletiva. Essas imagens e representações constituem narrativas múltiplas das mulheridades negras que fogem às histórias únicas. Contar histórias e expressar a própria realidade a partir de sua própria definição é negar o lugar de Outridade historicamente imposto, produzir linhas de fuga para reivindicar a posição de sujeita (Kilomba, 2019). Praticar esses movimentos de maneira coletiva abre caminhos para a busca e a construção de mapas de cura (hooks, 2023b) que podem operar sobre a psiquê das mulheridades negras, rompendo com processos de epidermização da inferioridade e escancarando a *irracionalidade* - outrora discutido por Fanon (2023)- das tecnologias sociais dominantes e opressoras.

Na contemporaneidade, mulheres negras em seus diferentes atravessamentos e vivências estão utilizando também as novas mídias para recuperar suas próprias histórias de maneira autônoma e protagonista. Para abarcar esse fenômeno, proponho o conceito de **escrevivências multimodais no digital** baseado na “Escrevivência” de Conceição Evaristo -

conceito que nasce da junção entre “escrever” e “viver”, não apenas numa concepção de escrita de si, mas uma escrita que permeia uma vivência negra coletiva, como uma pulsação que interroga e possibilita a sujeita se inscrever no mundo (Evaristo, 2020).

Os Feminismos Negros, em diferentes partes do mundo, valem-se da escrita como esse ato afetivo de acolhimento e autodefinição coletiva. Para Kilomba (2021, p.223-224) “escrever é (...) uma maneira de ressuscitar uma experiência coletiva traumática e enterrá-la adequadamente”. No digital, como no Instagram, a partir da multimodalidade, novas formas de produções literárias expandem a escrita como uma das infinitas formas de se expressar, atendendo a diferentes públicos com suas singularidades e necessidades, possibilitando narrativas multimodais e midiáticas contadas-postadas de maneira mais democrática.

A multimodalidade é apresentada pelos pesquisadores Kress e Van Leeuwen (2006) a partir da noção da linguagem como um fenômeno multimodal, isto é, constituído por diferentes recursos comunicativos de expressão sobre os quais os sentidos, sob uma semiótica social, são produzidos maneira articulada, não se restringindo à simplesmente soma de diferentes linguagens, mas constituído em suas interações dinâmicas. No Instagram, essa multimodalidade se apresenta na relação de palavras, imagens, sons, gestos, músicas, emojis, *hashtags*, combinadas de amplas maneiras em vídeos, legendas, memes, *dump* e colagens, em diferentes e infinitos espaços como *bio*, *story*, *feed*, destaques e *reels*. Para além da diversificação de linguagens, operamos também no digital com as mídias e outros artefatos. Todos esses processos construídos sob múltiplos fios e texturas próprias costuram memórias nas *timelines* potentes para apresentações de múltiplas narrativas e, conseqüentemente, para a produção de outras subjetividades e epistemologias.

Enquanto sociedade, estamos construindo nossas identidades a partir das experiências cotidianas com esses territórios digitais, uma vez que, a partir da democratização da multimodalidade, o Instagram possibilita a materialização de uma parte importante e, por vezes, até essencial da nossa personalidade - excluídos os perfis performáticos que possuem outros objetivos -, à medida em que constitui parte central de nossas vidas. No tocante à subjetividade e identidade como estratégia de (re)existência para as mulheridades negras, escrever de maneira multimodal no Instagram é construir ciberativismos a partir de óticas que não se limitam à luta no macropolítico, pois já não basta agir somente ali; se expande micropoliticamente no direito de existir em sua essência de potência criadora, força vital (Rolnik, 2018), uma vez que é neste campo que o regime colonial-capitalístico tem operado tão intensamente na contemporaneidade por meio das mídias digitais, como já discutido aqui.

Dona Lydia, Bárbara Bombom e Carla Santos, a partir de suas escrevivências multimodais, vivenciam a (re)existência intrínseca e indissociavelmente cultural, subjetiva e coletiva, transformando suas páginas no Instagram em um campo de criação a partir de modos singulares de estar em zonas de intensidades, narrando-se na pele da tela, apresentando o afeto como prática política e o corpo como amplo território de discursos.

Especulo sobre esses modos potentes de poetizar a existência navegando pelos conceitos de autodefinição e autoavaliação de Collins (2019) e autorrecuperação e autoatualização de hooks (2023b), tão importantes na construção das mulheridades negras como linhas de fuga às linhas duras que fixam construções imaginárias desumanizantes. Autodefinição, para Collins (2019), é sobre ir além das identidades fixas que o sistema impõe - é nomear a si mesma e sair da posição de subalternidade que o olhar dominante tenta definir. Continuamente, para a autora, autoavaliação é valorizar as próprias experiências e fugir às réguas de medidas brancas e patriarcais para construir seus próprios saberes, vivências e identidades. Seguindo por este caminho, mulheres negras vão se autoatualizando, isto é, desenvolvendo-se plenamente no âmbito do corpo, da mente e do espírito de maneira integrada, praticando o autocuidado e o amor próprio (hooks, 2023b). Só assim é possível, segundo a autora, buscar de maneira contínua a autorrecuperação - restaurar a si mesma, produzindo mapas de cura que se constituem no afeto e na coletividade, permeando um processo de descolonização do eu e do mundo (Kilomba, 2021).

Dominação e colonização tentam destruir nossa capacidade de conhecer o eu, de saber quem somos. Nos opomos a essa violação, a essa desumanização, quando buscamos a autorrecuperação, quando trabalhamos para reunir os fragmentos do ser, para recuperar a nossa história (hooks, 2019, p.78).

Esses caminhos têm sido traçados de maneira dinâmica nas diversas formas de ativismos no digital, assim como estão sendo construídos nas/pelas escrevivências multimodais postadas nos perfis de Dona Lydia, Bárbara Bombom e Carla Santos no Instagram. Ao negarem os estereótipos limitantes e estigmatizantes da mulher negra mulata, empregada doméstica e mãe preta, homogênea e desumana, e nomearem a si mesmas a partir de suas expressões artísticas, culturais e políticas como mulheres negras potentes, belas, múltiplas, cujas existências extrapolam o racismo e a dor, dona Lydia, Bárbara Bombom e Carla Santos estão em constante processo de autodefinição e, a partir dele, autoavaliação, pois se agarram na ancestralidade e na coletividade para construir identidades positivas e

empoderadas. Nessas dinâmicas que perpassam as zonas de intensidade aqui apresentadas, assim como outras indubitavelmente existentes, praticam atos de amor próprio, constroem e reafirmam uma autoconfiança que auxiliam no processo de cura e autorrecuperação.

Em suas poéticas de (re)existência, estão produzindo outros ativismos que permeiam as micropolíticas afetivas nos cotidianos enquanto espaço-tempo potente que constitui a essência dos indivíduos. Mais do que imaginar histórias narradas em livros ou filmes, essas escrevivências multimodais têm relatado narrativas não inventadas e que são publicadas, ainda que não vinte e quatro horas por dia, ainda que apresentem partes do todo, ainda que permeadas de dúvidas legítimas que pairam sobre a mediatização da vida; e constroem os Feminismos Negros assim como nos ajuda a pensar criativamente outros mundos possíveis.

Sem ignorar essas e outras críticas às dinâmicas das redes, como bem expressadas por Carla Santos em 18 e 27 de novembro sobre vivenciarmos a produção de *“um mundo de ilusão”* e uma *“era dos likes”*, respectivamente; é perceptível como o ato de narrar-se na tela tão lindamente como essas três mulheres negras fazem subverter uma realidade em que a vida tem sido constantemente catalogada e classificada nas redes sociais. Dona Lydia, Bárbara Bombom e Carlas Santos nos ajudam a imaginar outras formas de habitar territórios digitais e outras possibilidades de mundos que não se restringem a um padrão de beleza e de vida que retoma dinâmicas coloniais conservadoras, racistas e patriarcais, capacitistas, etaristas e transfóbicas; ao contrário, a partir de atravessamentos únicos, individuais e coletivos, sob a ótica da interseccionalidade, chama a nossa atenção para a multiplicidade de histórias lindas e potentes sobre mulheres negras que existem pelo mundo.

É uma forma, sim, de colocar o digital a serviço de uma luta emancipatória que resiste e (re)existe a velhos e novos colonialismos a partir de brechas e fissuras que possibilitam a criação de outros mundos no território digital e além. Essa característica integra uma nova fase dos Feminismos Negros que encontra no digital a possibilidade de realizar uma atuação atenta ao cuidado de não homogeneizar o movimento e anular as diversidades, conforme advertem Lorde e Sueli Carneiro (2019), potencializando a ampliação de debates interseccionais para além de raça e gênero (Lima, 2019) a partir de escrevivências multimodais que permeiam as artes, as estéticas, poéticas e as políticas no cotidiano da vida.

Eu já havia ouvido falar (e lido bastante) sobre os aspectos que constituem as zonas de intensidade aqui apresentadas aqui, mas eu nunca os havia alcançado da maneira que pude compreender a partir desses caminhos etnografados, justamente por ter sido tocada de outras maneiras e por ter conseguido sentir, para além de ver. A educação dos afetos é realmente uma das educações mais poderosas. hooks (2017) já dizia que, quando aprendemos

com nosso coração e nossa mente integrados, todos os nossos sentidos ficam despertos. E assim a Educação se torna efetiva, transformadora e libertadora.

Na contemporaneidade, nos educamos (também) a partir da estética e da poética, e esses âmbitos não são separados da ética e da política, sendo a educação, portanto, um espaço de invenção de modos de vida (Gallo, 2002) onde podemos conhecer o mundo à medida que fazemos parte dele, seguimos caminhos e construímos conhecimento (Ingold, 2020). É a partir desses movimentos poéticos, afetivos, artísticos e políticos de Lydia Garcia, Bárbara Bombom e Carla Santos que conhecemos outras perspectivas de mundo e percebemos como os Feminismos Negros em rede não só têm potencializado a busca por autonomia de mulheres negras (Barros, 2021), como também têm se constituído propriamente como processos de uma educação *menor* (Gallo, 2002) que nada tem a ver com inferioridade ou pequenez - é menor porque emerge das margens como um lugar de criatividade (Kilomba, 2021), acontece pelas brechas, contempla os desvios, (re)existe pelas linhas de fuga, subvertendo linguagens dominantes, sendo potência de criação de *minorias sociais* que apostam em suas subjetividades, afetividades e devires. Essas outras Educações que se fazem micropoliticamente no cotidiano, em um processo de observar umas às outras, nos fazem olhar para nós mesmas, inventar culturas e fabular outros mundos, mais democráticos e mais sensíveis, que dão vazão às poéticas do (re)existir.

A verdadeira revolução está sempre preocupada com as coisas menos glamourosas.

Alice Walker

## **Considerações inacabáveis, linhas que continuam**

O motor do desejo e da ação, como diria Deleuze e Guatarri (1976), não é individual, pois não começa e nem termina em um indivíduo; deriva de uma rede de conexões, portanto, é sempre coletivo. A rede de conexões que constitui essa pesquisa engloba desejos e ações que me acompanharam desde a graduação e seguiram desabrochando no Mestrado, articulados aos desejos e ações de outras pessoas, outros seres, outros ambientes, outras coisas. Nesses caminhos, que não possuem um ponto de início, mas múltiplos afetos que interagem como um rizoma, encontramos o Estado da Arte como ponto de viragem, dispositivo-referência que nos permitiu mirar outros vãos a partir das lacunas encontradas como forma de (tentar) contribuir com o campo dos ciberativismos negros no Brasil ao considerar os posicionamentos afetivos-políticos no digital a partir de conceitos da Filosofia da Diferença para refletir movimentos ciberativistas nos Feminismos Negros.

Ao buscar etnocartografar, durante os meses de novembro de 2024 a fevereiro de 2025, práticas culturais-afetivas-ativistas de três mulheres negras no Instagram, que fogem à perspectiva homogênea das mulheridades negras, procuramos fabular sobre suas narrativas, vivências e experiências postadas para identificar linhas de fuga imaginativas-educativas de outros mundos e outros Feminismos Negros possíveis mediados no digital. Esses percursos foram mapeados a partir dos nossos objetivos específicos: 1- Apresentar os pressupostos teóricos dos Feminismos Negros e suas interseções com as tecnologias; 2- Etnocartografar as vivências de três sujeitas negras no Instagram e suas relações com as maneiras outras de construir um ciberativismo poético e político; 3- Especular acerca de quais outros Feminismos Negros podem estar sendo construídos no digital a partir das escrevivências multimodais de uma mulher negra idosa, uma mulher negra travesti e uma mulher negra com deficiência; 4- Refletir sobre como essas vivências ciberativistas permeiam a Educação.

Em um sentido inventivo e criativo, esbarramos em conceitos da Filosofia da Diferença para narrar nossos encontros com as narrativas postadas-contadas a partir de zonas de intensidade com territórios próprios, mas essencialmente conectados, partindo de *linhas duras* enquanto estruturas fixas e segmentadas que controlam as sociedades para a produção de *linhas de fuga* enquanto movimentos de ruptura com as linhas duras, de desterritorialização e de novas possibilidades de vida (Deleuze e Guattari, 1996).

Sob a ótica da interseccionalidade, compreendendo a margem como um lugar de criatividade (Kilomba, 2021), dona Lydia, Carla Santos e Bárbara Bombom, ainda que em



territórios diferentes, físicos e *online*, tempos distintos e práticas singulares; ainda que não se conheçam, não se falem, não troquem, formam um campo coletivo comum de força e sinergias individuais onde o “eu” não é um centro fixo, mas uma dobra (Rolnik, 2006) que pulsa em uma mesma vibração, perpassando zonas de intensidade que, necessariamente, contemplam meu olhar enquanto pesquisadora atenta ao mundo, refletindo, em conjunto com meus próprios atravessamentos, o que ecoa de uma na outra, em mim, em nós, no mundo.

Nessas zonas de intensidade, acompanhamos o cabelo afro como fio de textura mais denso, forte e macio dentre os nós que as uniu no Instagram, construindo ainda fabulações que abrem caminhos para que outros passos sejam seguidos, acionando outras interseccionalidades, outras mulheridades, outras sensibilidades, outras artes, outras educações, outros futuros e Feminismos Negros possíveis que, a partir de escrevivências multimodais, partem da outridade para o protagonismo, constituídos de uma positivação, celebração e contemplação das múltiplas histórias e memórias de mulheres negras que além de resistir, (re)existem política e poeticamente, produzindo processos de descolonização de si (Kilomba, 2021) que permeiam caminhos de autodefinição para nomear a si mesma e autoavaliação para valorizar as próprias experiências e saberes (Collins, 2019), de autoatualização para desenvolver-se plenamente e praticar o autocuidado e o amor próprio para, assim, buscar a autorrecuperação enquanto produção de mapas de cura das feridas coloniais que se constituem no afeto e na coletividade (Kilomba, 2021; hooks, 2023b).

Assim, refletimos que Lydia Garcia, Carla Santos e Bárbara Bombom, mais do que uma mulher negra idosa, uma mulher negra com deficiência e mulher negra trans, respectivamente; são sujeitas que se inscrevem no mundo - também - a partir de suas escrevivências multimodais no digital, isto é, a partir de suas diferentes formas de comunicação e expressão que contemplam a linguagem como um fenômeno multimodal que, no Instagram, possibilita a vivência e o compartilhamento de histórias individuais e coletivas que reivindicam o protagonismo outrora negado às populações negras e fogem às linhas duras impostas pelas histórias únicas (Adichie, 2019) e pelas identidades fixas, subjugadoras e desumanizantes constituintes no imaginário social acerca das mulheridades negras, impulsionando - descobrimos - linhas de fuga de descolonização.

Tais práticas permeiam o campo das micropolíticas; esse campo invisível dos desejos, das sensibilidades, dos afetos e da subjetivação (Guatarri; Rolnik, 1996), promovendo ativismos digitais que, enquanto *novíssimos movimentos sociais* (Rodrigues; Bruna Pereira, 2023), operam sob outras lógicas, se organizando sem a necessidade de uma institucionalidade ou liderança aparente e acionando práticas de representatividade e

empoderamento, caracterizando-se pela produção de modos de subjetividade originais e singulares (Guatarri; Rolnik, 1996) que reafirmam a multiplicidade dos Feminismos Negros.

Dessa maneira, Dona Lydia, Bárbara Bombom e Carlas Santos nos ajudaram a imaginar outras formas de habitar territórios digitais e outras possibilidades de mundos que não se restringem a um padrão de beleza e de vida que retoma dinâmicas coloniais conservadoras, racistas e patriarcais, capacitistas, etaristas e transfóbicas; ao contrário, a partir de atravessamentos únicos, individuais e coletivos, chama a nossa atenção para a multiplicidade de histórias lindas e potentes sobre mulheres negras que existem pelo mundo.

Tais processos demonstraram, portanto, se constituírem propriamente enquanto Educações menores que rompem com a formalidade ou mesmo com as próprias definições tradicionais, pois se fazem no cotidiano da vida, acontecem pelas brechas, (re)existem pelas linhas de fuga, subvertendo linguagens dominantes, emergindo da potência criativa de *minorias sociais* que não abrem mão de suas sensibilidades, subjetividades e afetos diante das diferentes formas de colonialidade. Ao vivenciar e compartilhar seus ativismos enquanto escrevivências multimodais no digital, Lydia Garcia, Bárbara Bombom e Carla Santos nos mostram possibilidades de dismantelar micropoliticamente a hegemonia epistêmica, cultural e subjetiva das tecnologias, produzindo processos de autorrecuperação como prática política libertária (hooks, 2023).

Educações que nos fazem olhar para nós mesmas e imaginar formas sensíveis de (re)existir no mundo fazem parte de um processo de descolonização no qual não se aceita mais viver como “Outra/o”, mas como sujeita, autoras/es e autoridades das nossas próprias realidades (Kilomba, 2021). Nessa costura de afetos, entre zonas de intensidade, no pulsar de vibrações em comum, ao mesmo tempo em que contemplamos nossas singularidades, vivenciamos uma coletividade em prol de epistemes plurais, antirracistas, feministas e anticapacitistas, modos de ser e viver em prol de uma justiça social que começa dismantelando o sistema de dentro para fora. Nesse sentido, acreditamos em revoluções minoritárias e micropolíticas de (re)existência que também estão sendo construídas por mulheres negras idosas, trans e com deficiência no digital. *Por que não?*

Por um quase fim, afirmo que essa pesquisa é fruto-semente de afetos coletivos que atravessaram meu caminho, desde as trocas com minha orientadora, com meu grupo de pesquisa GEFI, até as fabulações construídas em conjunto com as sujeitas que tive o prazer de acompanhar e com quem sigo aprendendo. Dona Lydia, Bárbara Bombom e Carla Santos, a partir de suas escrevivências multimodais, narram-se na pele da tela em vivências que não mais se limitam na resistência como luta, guerra e dor; contam-publicam outras histórias,

outras poéticas, sob outras estéticas e políticas, em uma linguagem multimidiática, artística, afetiva e ativista que mira uma (re)existência em constante devir.

Essa pesquisa, ancorada nos pressupostos teóricos dos estudos críticos raciais, pós-coloniais e feministas negros e suas interseções com as tecnologias, bem como nas concepções de Deleuze, Guattari e Rolnik sobre cartografias sentimentais e dos afetos, não pretendeu englobar todas as discussões possíveis, mas abrir novas possibilidades. Inventando culturas, Wagner (2010) diria, encaramos todo “fim” como a invenção de um novo começo. Foi assim que encaramos as vivências e aprendizados compartilhados durante todo o percurso.

Meu primeiro encontro no Mestrado foi um almoço com o grupo de mestrandas e doutorandas/os da minha orientadora, no Beijódromo da UnB. Naquele momento, eu não sabia se eu terminaria o primeiro semestre. Depois, eu não sabia se chegaria na qualificação. Quando passou, entendi que terminaria, mas temia que não fosse bom como eu gostaria. Hoje, surpreendentemente, termino com sonhos outrora inseguros, agora mais consolidados, confiantes, mirando voos mais altos e outros devires, pois é neste mesmo processo de inventar culturas que reinventamos a nós mesmos, identificando novas potencialidades e possibilidades da vida (Wagner, 2010). Nesse sentido digo que, sim, eu não teria produzido tais fabulações se eu mesma não tivesse passado por transformações, autodefinições, autoatualizações e autorrecuperações durante esses dois anos de mestrado, tanto a partir das reflexões teóricas quanto das narrativas etnocartografadas por mim, conectadas ao processo mais bonito da minha vida até aqui, que foi a minha descoberta enquanto mulher autista. Todos esses fios se entrelaçaram, produziram sinergias, possibilitaram-me pensar e expressar o que materializei e o que tem por vir, seguindo os desvios da etnocartografia para pensar outros mundos possíveis a partir de um olhar, quem sabe, mais aprofundado nas vivências de mulheres neurodivergentes e autistas no devir Kelly doutoranda.

Pois minha imaginação não tem  
estrada. E eu não gosto  
mesmo da estrada. Gosto do  
desvio e do desver.

Manoel de Barros

## REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *O perigo de uma história única*. Tradução de Julia Romeu, 1ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. O perigo de uma história única. *TED*, 2009. Disponível em: [https://www.ted.com/talks/chimamanda\\_ngozi\\_adichie\\_the\\_danger\\_of\\_a\\_single\\_story?language=pt-br](https://www.ted.com/talks/chimamanda_ngozi_adichie_the_danger_of_a_single_story?language=pt-br).

AFREEKASSIA. Sou + as negras. *Youtube*, 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ObuN0kgfqAA>

ALBÁN, Adolfo Achinte. PEDAGOGÍAS DE LA RE-EXISTENCIA. Artistas indígenas y afrocolombianos. Em: WALSH, Catherine (Ed.). *Pedagogías decoloniales: prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir*. Tomo I. Ecuador: Ediciones Abya-Yala, 2013.

AKOTIRENE, Carla. *O que é interseccionalidade?* São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ALBUQUERQUE, Alana Soares. HENNIGEN, Inês. FONSECA, Tania Mara Galli. *CARTOGRAFIAS NO CIBERESPAÇO: EXPERIMENTAÇÕES METODOLÓGICAS EM ESPAÇOS HÍBRIDOS*. *Psicologia & Sociedade*, 30, 2018.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. *Racismo Estrutural*. São Paulo: Ed. Jandaíra - Coleção Feminismo Plurais (Selo Sueli Carneiro), 2019.

ALTHUSSER, Louis. “Idéologie et appareils idéologiques d’État”. Em: \_\_\_\_\_. *Positions*. Paris: Éditions Sociales, 1976.

ALVAREZ, Johnny. PASSOS, Eduardo. Cartografar é habitar um território existencial. Em: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da (orgs.). *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2009. 202p.

ANDRADE, Mariana. Censo 2022: pela 1ª vez, população parda supera a branca no Brasil. *Metrópoles*, 2023. Disponível em: <https://www.metrópoles.com/brasil/censo-2022-pela-1a-vez-desde-1991-brasil-tem-mais-pardos-que-brancos>

ANZALDÚA, Gloria. *Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo*. *Revista Estudos Feministas*, v. 8, n. 01, p. 229-236, 2000.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL. *Projeto de Decreto Legislativo nº 245/2022*. Disponível em: [https://www.cl.df.gov.br/proposicao/-/documentos/PDL\\_245\\_2022](https://www.cl.df.gov.br/proposicao/-/documentos/PDL_245_2022).



BARBOSA, Ericka Fernandes Vieira. VERSUTI, Andrea Cristina. *Máquina de rostidades na educação básica: cartografando a literatura crítica*. Educ. Pesqui., São Paulo, v. 49, 2023.

BARROS, Laura Pozzana de. KASTRUP, Virgínia. Cartografar é acompanhar processos. Em: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da (orgs.). *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2009. 202p.

BARROS, Thiane Neves. Estamos em marcha! Escrevivendo, agindo e quebrando códigos. Em: SILVA, Tarcízio (Org.). *Comunidades, algoritmos e ativismos digitais: olhares afrodiaspóricos*. São Paulo: LiteraRUA, 2ª Edição, 1ª Reimpressão, 2021.

BARROS, Zelinda. *Feminismo Negro e Internet: ciberfeminismo ou ativismo digital?* 2009. Disponível em: <https://bibliotecafazervaleira.blogspot.com/>

BENJAMIN, Ruha. Retomando nosso fôlego: Estudos de Ciência e Tecnologia, Teoria Racial Crítica e a imaginação carcerária. Em: SILVA, Tarcízio (Org.). *Comunidades, algoritmos e ativismos digitais: olhares afrodiaspóricos*. São Paulo: LiteraRUA, 2ª Edição, 1ª Reimpressão, 2021.

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Tradução Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BIRHANE, Abeba. Colonização Algorítmica da África. Em: SILVA, Tarcízio (Org.). *Comunidades, algoritmos e ativismos digitais: olhares afrodiaspóricos*. São Paulo: LiteraRUA, 2ª Edição, 1ª Reimpressão, 2021.

BITTENCOURT, João Batista de Menezes. *Nas encruzilhadas da rebeldia: uma etnocartografia dos straightedges em São Paulo*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, São Paulo, 2011.

BITTENCOURT, J. B. M. *A etnocartografia como experimento antropológico ou da arte de mapear territórios subjetivos*. In: 30ª Reunião Brasileira de Antropologia, 2016, João Pessoa. Anais da 30ª RBA, 2016.

BRASÍLIA. *MARCHA CONTRA O RACISMO, A VIOLÊNCIA E PELO BEM VIVER - DOCUMENTO ANALÍTICO E DECLARAÇÃO*. 2015. Disponível em: <https://fopir.org.br/wp-content/uploads/2017/01/Carta-das-Mulheres-Negras-2015.pdf>  
CARNEIRO, Sueli; SANTOS, Tereza. *Mulher negra*. São Paulo, Conselho Estadual da Condição Feminina/Nobel, 1985.

CARNEIRO, Sueli. *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. Universidade de São Paulo: São Paulo, 2005.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. Em: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. (Org.). *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. 440p.

CASTELLS, Manuel. *A Era da Informação: economia, sociedade e cultura*. São Paulo: Paz e Terra, Vol. 3, 1999.

CASTELLS, Manuel. A Sociedade em Rede: do Conhecimento à Política. Em: CASTELLS, Manuel; CARDOSO, Gustavo. (orgs). *A Sociedade em Rede: do Conhecimento à Ação Política*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 2005.

CASTELLS, Manuel. *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CEJIL – Centro pela Justiça e o Direito Internacional. *A ONU publicizou carta na qual cobra informações ao Estado brasileiro sobre a situação de Sônia Maria de Jesus*. 2024. Disponível em:

<https://cejil.org/pt-br/comunicado-de-prensa/a-onu-publicizou-carta-na-qual-cobra-informacoes-ao-estado-brasileiro-sobre-a-situacao-de-sonia-maria-de-jesus/>.

CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1998.

CGI.br. Cresce o uso de Internet durante a pandemia e número de usuários no Brasil chega a 152 milhões. *Cetic.br*, 2021. Disponível em: <https://cetic.br/pt/noticia/cresce-o-uso-de-internet-durante-a-pandemia-e-numero-de-usuarios-no-brasil-chega-a-152-milhoes-e-o-que-aponta-pesquisa-do-cetic-br/>

CNN BRASIL. Zuckerberg acusa países latino-americanos de terem “tribunais secretos”. *CNN Brasil*, 2025. Disponível em:

<https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/zuckerberg-acusa-paises-latino-americanos-de-ter-em-tribunais-secretos/>

COLEMAN, Beth. “*Race as Technology*”. *Camera Obscura* 24(1(70)):177-207. 2009.

COLLINS, Patricia Hill. *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019 [1990].

COLLINS, Patricia Hill. *Black feminist thought*. Nova York: Routledge, 2ª ed. 2003.

CORRÊA, Fabiana. ALMEIDA, Fernanda Almeida. Lista Forbes Top Creators Brasil: veja quem são os 10 escolhidos. *Forbes*, 2024. Disponível em: <https://forbes.com.br/forbes-mkt/2024/03/lista-forbes-top-creators-brasil-veja-quem-sao-os-10-escolhidos/>



CRENSHAW, Kimberlé. "Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics." University of Chicago Legal Forum:139-167, 1989.

DAVIS, Angela. *Mulheres, Raça e Classe*. 1a. ed., SP: Boitempo, 2016 [1981].

DANIELS, Jessie. *Race and racism in Internet Studies: A review and critique*. New Media & Society, 15 (5), 2013.

DAYRELL, Juarez. CARRANO, Paulo. Prefácio. In: SPOSITO, Marília Pontes (coord). *O Estado da Arte sobre juventude na pós-graduação brasileira: Educação, Ciências Sociais e Serviço Social (1999-2006)*. Belo Horizonte, MG. Volume 1, Argvmentvm, 2009.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. São Paulo: Editora 34, v. 3, 1996.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. 28 de Novembro de 1974 – como criar para si um corpo sem órgãos. Em: \_\_\_\_\_. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*. v.3. São Paulo: Editora 34, v. 3, 1996.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Kafka: por uma literatura menor*. Rio de Janeiro: Imago, 1997.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *O Anti-Édipo: Capitalismo e Esquizofrenia*. São Paulo: Editora 34, 1976.

EVARISTO, Conceição. A Escrivência e seus subtextos. Em: DUARTE, Constância Lima. NUNES, Isabella Rosado (Orgs.). *Escrivência: a escrita de nós - Reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo*. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 1. ed., 2020.

FACHINI, Elaine Cristina Sotelo. FERRER, Walkiria Martinez Heinrich Ferrer. *BIOPOLÍTICA E BIOPODER COMO FORMA DE INTERVENÇÃO NA ORDEM ECONÔMICA E DE CONTROLE SOCIAL: A LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS COMO INIBITÓRIA DA MANIPULAÇÃO SOCIAL*. Campo Grande: Revista DIREITO UFMS, v. 5 - n. 2, 2019

FANON, Frantz. *Pele Negra, Máscaras Brancas*. São Paulo: Ubu Editora, 5ª Reimpressão, 2023.

FAUSTINO, Deivison. LIPPOLD, Walter. *Colonialismo Digital: por uma crítica hacker-fanoniana*. São Paulo: Boitempo, 2023.

FERREIRA, Danielle Lins Lima. ARAÚJO, Náina Jéssica Carvalho. *O ciberfeminismo negro como ferramenta de visibilidade e resistência contra o sexismo e o racismo na contemporaneidade*. Revista Espaço Acadêmico, 22(238), 115-126, 2023.

FIORI, Diniz. Redes Sociais Aumentam Em 40% Sua Audiência Durante A Pandemia. *digideias*, 2021. Disponível em:

<https://www.digideias.com.br/redes-sociais-aumentam-em-40-sua-audiencia-durante-a-pandemia/>

FRANCO, Nelza Jaqueline Siqueira. *Ciberquilombismo - Negras E Negros No Espaço Digital: Perfis Digitais Pretos Performando Saberes, Memórias, Acolhimento E Letramento Racial*. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, p. 101. 2022.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.

FREIRE, Paulo. *O processo de alfabetização política*. Rev. da FAEEBA, Salvador, n.7, p. 19-33, jan/junho. 1997.

FREIRE, Paulo. *Política e educação*. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 8ª. ed., 2021.

GALLO, Silvio. *Em torno de uma educação menor*. Revista Realidade. nº 27 (2): 169/178. Jul/dez. 2002.

GIFE. Apesar do aumento de pessoas negras nas universidades, cenário ainda é de iniquidade. 2022. Disponível em:  
<https://gife.org.br/apesar-do-aumento-de-pessoas-negras-nas-universidades-cenario-ainda-e-de-desigualdade/>

GOHN, Maria da Glória Marcondes. *Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. Edições Loyola, 1997.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. *Manifestações de protesto nas ruas no Brasil a partir de Junho de 2013: novíssimos sujeitos em cena*. Rev. Diálogo Educ., Curitiba, v. 16, n. 47, p. 125-146, jan./abr. 2016

GOLDAM, Marcio. O fim da antropologia. *Novos estudos CEBRAP* (89). 2011.  
<https://doi.org/10.1590/S0101-33002011000100012>

GONZALEZ, Lelia. *Mulher negra*. Mulherio. São Paulo, ano 1, no 3, 1981.

GONZALEZ, Lelia. Ensaio. Em: RIOS, Flavia. LIMA, Márcia. *Lélia Gonzalez: Por um feminismo afrolatinoamericano*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Editora DP&A, 7.ed, 2003.

HELÔ. Clean girl aesthetic: a trend que conquistou as fashionistas. *Blog Riachuelo*, 2023. Disponível em: <https://blog.riachuelo.com.br/dicas-de-moda/clean-girl/>.

HISING, Ederson. Rede social X é suspensa no Brasil após ordem de Moraes. *GI*, 2024. Disponível em:  
<https://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2024/08/31/rede-social-x-suspensa-no-brasil.ghtml>

hooks, bell. *Ain't I a Woman? Black Women and Feminism*. 1981. Reprinted in 1986, 1990. Pluto Press. Winchester, Mass.

hooks, bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. Tradução: Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Editora Martins Fontes. 2017. 283p.

hooks, bell. *Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra*. Tradução de Cátia Bocaiuva Maringolo. São Paulo: Elefante, 2019.

hooks, bell. *Ensinando comunidade: uma pedagogia da esperança*. São Paulo, Editora Elefante, 2021.

hooks, bell. *E eu não sou uma mulher? Mulheres Negras e Feminismo*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 14ª edição, 2023a.

hooks, bell. *Irmãs do inhome. Mulheres negras e autorrecuperação*. Tradução floresta, 1ª ed. São Paulo: Editora Martins Fontes. 2023b.

HORST, Heather A. MILLER, Daniel. *O Digital e o Humano: prospecto para uma Antropologia Digital*. Revista Parágrafo: v. 3 n. 2, 6a Edição, 2015.

INGOLD, Tim. *Antropologia e/como educação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2020. 124p.

JORNAL OPÇÃO. Do quilombo ao mundo: Bárbara Bombom. *Youtube*, 2025. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=YrbMdcju\\_Eg](https://www.youtube.com/watch?v=YrbMdcju_Eg)

JULLY REAL. NEGONA (Clipe Oficial). *Youtube*, 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=hwSxeVeMGWw>

JUSTINO, Gessica; ROBERTO, Frank Wilson. *Afrobetizar uma possibilidade de ação educativa a partir da afirmação e fortalecimento da negritude em comunidades*. Revista UFG, v.15, Goiânia, 2014. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/revistaufg/article/view/48526/23831>

KASTRUP, Virgínia. BARROS, Regina Benevides de. Movimentos-funções do dispositivo na prática da cartografia. Em: PASSOS, Eduardo; KASTROP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da (orgs.). *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2009. 202p.

KENSKI, Vani Moreira. *Educação e tecnologia: O novo ritmo da informação*. São Paulo: Papirus, 2012.

KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: Episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó, 5ª reimpressão, 2021.

KLEINA, Nilton Cesar Monastier. Discurso de ódio cresceu 50% no X (antigo Twitter) após compra por Musk, diz estudo. *TecMundo*, 2025. Disponível em: <https://www.tecmundo.com.br/redes-sociais/402571-discurso-de-odio-cresceu-50-no-x-antigo-twitter-apos-compra-por-musk-diz-estudo.htm>

KOZHARINOVA, Mariya. MANOVICH, Lev. *Instagram as a narrative platform*. First Monday, 29(3), 2024.

KRESS, Gunther; van LEEUWEN, Theo. *Reading Images: the grammar of visual design*. London: Routledge, 2006.

KRENAK, Ailton. *O amanhã não está à venda*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

LATOUR, Bruno. *Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica*. Rio de Janeiro, 34, 1994.

LATOUR, Bruno. *Reagregando o social: uma introdução à teoria do Ator-Rede*. EDUFBA - EDUSC, 2012.

LAURETIS, Teresa. de. A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. *Tendências e Impasses: O feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro, Rocco, p.206-242, 1994.

LEIROS, Marcela. Bolsonaro relaciona nordestinos a analfabetismo e especialistas alegam 'tentativa de inferiorização'. *Revista Cenarium*, 2022. Disponível em: <https://revistacenarium.com.br/bolsonaro-relaciona-nordestinos-a-analfabetismo-e-especialistas-alegam-tentativa-de-inferiorizacao/>

LEMOIS, André. *Cibercultura: tecnologia e vida social na cultura contemporânea*. Porto Alegre: Sulina, 2002.

LEÓN, Adriano de. *NO EMBALO DA SUINGUEIRA: o uso da etnocartografia na investigação das redes sociais*. POLÍTICA & TRABALHO - Revista de Ciências Sociais, nº 42, Janeiro/Junho de 2015, p. 237-254.

LIMA, Dulcilei. *FEMINISMO NEGRO E CIBERATIVISMO NO BRASIL*. Rio de Janeiro: Entropia, Vol. 3, Nº5, Julho/Dezembro/2019.

LIMA, Dulcilei. *#CONECTADAS: O FEMINISMO NEGRO NAS REDES SOCIAIS*. Tese (Doutorado em Ciências Humanas e Sociais) - Universidade Federal do ABC, São Paulo, 2020, 232F.

Lima, Fábila Alves de. *Base Nacional Comum Curricular: apagamentos e implicações da diversidade na formação em exercício da coordenação pedagógica*. Dissertação (Mestrado em Educação e Diversidade - Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Ciências Humanas, Jacobina-BA, 2021.

LORDE, Audre. Idade, raça, classe e gênero: mulheres redefinindo a diferença. Em: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. (Org.). *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. 440p.

LORDE, Audre. *Irmã Outsider*. Tradução: Stephanie Borges. 1. Ed. Belo Horizonte. Autêntica Editora. 2020.

LORDE, Audre. Não existe hierarquia de opressões. Em: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. (Org.). *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. 440p.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, Sexualidade e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes, 1997.

LUGONES, María. *Colonialidade e gênero*. Tabula Rasa. Bogotá. Nº 9: 73-101, jul-dez, 2008.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSFOGUEL, Ramón (orgs.). *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Siglo del Hombre, 2007.

MANOVICH, Lev. “Novas mídias como tecnologia e idéia: Dez definições”. In: LEÃO, Lúcia (Org.). *O chip e o caleidoscópio: Reflexões sobre as novas mídias*. São Paulo: Senac, 2005.

MATOS, Marlise. *Movimento e teoria feminista: é possível reconstruir a teoria feminista a partir do Sul global?* Rev. Sociol. Polit, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 67-92, 2018.

MARTINS, Kelly. OLIVEIRA, Alessandro Roberto de. *Ciberinterculturalidade, relações étnico-raciais e educação nas redes digitais*. EduSer, [S. l.], v. 16, n. 1, 2024.

MUNANGA, Kabengele. *Por que ensinar a história da África e do negro no Brasil de hoje?* Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, Brasil, n. 62, p. 20–31, dez. 2015.

MUNANGA, Kabengele. As ambiguidades do racismo à brasileira. In: KON, Noemi; ABUD, Cristiane. e SILVA, Maria Lúcia. (Orgs.) *O racismo e o negro no Brasil: questões para a psicanálise*, São Paulo: Perspectivas, 2017.

MUNIZ, Durval. Ataques aos nordestinos: letramento e analfabetismo político. *Diário do Nordeste*, 2022. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/opiniao/colunistas/durval-muniz-de-albuquerque-jr/ataques-aos-nordestinos-letramento-e-analfabetismo-politico-1.3288304>

NASCIMENTO, Letícia. *Transfeminismo*. São Paulo: Jandaíra, 2021.

NETO, Edson Augusto de Souza. *O CORPO DA IMAGEM: UMA ETNOCARTOGRAFIA DAS TELAS ONLINE*. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2023.

NUÑEZ, Geni. *Descolonizando afetos: Experimentações sobre outras formas de amar*. São Paulo: Paidós, 2023.

OLIVEIRA, Alessandro Roberto de. *EXPERIÊNCIA, IMAGINAÇÃO E CONHECIMENTO EM ANTROPOLOGIA-EDUCAÇÃO*. 2024. DOI: 10.1590/SciELOPreprints.8351. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/8351>

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *O Trabalho do Antropólogo: Olhar, Ouvir, Escrever*. Revista de Antropologia, Vol. 39, No. 1 (1996), pp. 13-37.

OLIVEIRA, Taís. LIMA, Dulcilei C. Mulheres e tecnologias de sobrevivência: Economia Étnica e Afroempreendedorismo. Em: SILVA, Tarcízio (Org.). *Comunidades, algoritmos e ativismos digitais: olhares afrodiaspóricos*. São Paulo: LiteraRUA, 2ª Edição, 1ª Reimpressão, 2021.

ONU. *Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência*. Doc. A/61/611, Assembleia Geral da ONU, 13 de dezembro de 2006. Ratificada pelo Brasil através do Decreto Legislativo nº 186, de 9 de julho de 2008, com status de emenda constitucional. Promulgada pelo Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009.

ORGULHO TV (RÁDIO ORGULHO). Entrevista Completa com Barbara BOMBOM. *Youtube*, 2025. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=N1eG04WxEHs>

ÔRÍ. Autoria do texto de locução: Beatriz Nascimento. Roteiro: Raquel Gerber. São Paulo, Angra Filmes Ltda.; Fundação do Cinema Brasileiro, 1989. Disponível em: <https://negrasoulblog.wordpress.com/2016/08/25/309/>

PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da (orgs.). *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2009. 202p.

PASSOS, Eduardo. BARROS, Regina Benevides de. POR UMA POLÍTICA DA NARRATIVIDADE. Em: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da (orgs.). *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2009. 202p.

PEREIRA, Débora de Carvalho. BOECHAT, Marina Pantoja. *APENAS SIGA AS MEDIAÇÕES: DESAFIOS DA CARTOGRAFIA DE CONTROVÉRSIAS ENTRE A TEORIA ATOR-REDE E AS MÍDIAS DIGITAIS*. Contemporânea - comunicação e cultura, v.12, n.03, 2014 – p. 556-575.

PEREIRA, Evelyne Medeiros. *DESENVOLVIMENTO DESIGUAL INTER-REGIONAL, QUESTÃO SOCIAL E NORDESTE BRASILEIRO NOS ANOS 2000*. Rio de Janeiro, Revista Praia Vermelha, v. 29, n. 1 (especial), 2019, p. 67-94.

PIEDADE, Vilma. *Dororidade*. São Paulo: Editora Nós, 2017.

PLATAFORMA SUCUPIRA. Cursos Avaliados e Reconhecidos. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/programa/quantitativos/quantitativoRegiao.jsf>

PRIMO, Alessandra. Ensaio: fases do desenvolvimento tecnológico e suas implicações nas formas de ser, conhecer, comunicar e produzir em sociedade. Em: PRETTO, NL., and SILVEIRA, SA. (Orgs.). *Além das redes de colaboração: internet, diversidade cultural e tecnologias do poder*. [online]. Salvador: EDUFBA, 2008.

QUIJANO, Aníbal. “O ‘movimento indígena’ e as questões pendentes na América Latina”. *Política externa*, 12(4): 77-95, 2005.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade del poder, Eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.): *A Colonialidade do Saber: Eurocentrismo e Ciências Sociais*. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciências Sociales. Clasco, 2005.

RIOS, Flavia. LIMA, Márcia. *Lélia Gonzalez: Por um feminismo afrolatinoamericano*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

RODRIGUES, Cristiano. PEREIRA, Bruna Cristina Jaquetto. *Ativismo feminista negro digital: políticas estéticas e afetivo-sexuais*. cadernos pagu (67), 2023:e236705, 2023.

ROLNIK, Suely. GUATARRI, Felix. *Micropolítica. Cartografias do desejo*. 4ª edição, Editora Vozes, 1996.

ROLNIK, Suely. *Esferas da Insurreição: Notas para uma vida não cafetinada*. São Paulo: n-1 edições, 2018. 208p.

ROLNIK, Suely. *Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo*. Porto Alegre: Sulina, Editora da UFRGS. 2ª reimpressão, 2006. 247 p.

ROUSHANI, Niousha. Discurso de ódio e ativismo digital antirracismo de jovens afrodescendentes no Brasil e Colômbia. Em: SILVA, Tarcízio (Org.). *Comunidades, algoritmos e ativismos digitais: olhares afrodiaspóricos*. São Paulo: LiteraRUA, 2ª Edição, 1ª Reimpressão, 2021.

SANTAELLA, Lúcia. *Culturas e artes do pós-humano: da cultura das mídias à cibercultura*. São Paulo: Paulus, 2003.

SANTAELLA, Lúcia. CARDOSO, Tarcisio. *O desconcertante conceito de mediação técnica em Bruno Latour*. São Paulo: MATRIZES, V.9 - Nº 1, 2015.

SANTOS, Edmea. *Pesquisa-formação na cibercultura*. Teresina: Ebook - EDUFPI. 1ª Edição, 2019. Disponível em:

[http://www.edmeasantos.pro.br/assets/livros/Livro%20PESQUISA-FORMA%C3%87%C3%83O%20NA%20CIBERCULTURA\\_E-BOOK.pdf](http://www.edmeasantos.pro.br/assets/livros/Livro%20PESQUISA-FORMA%C3%87%C3%83O%20NA%20CIBERCULTURA_E-BOOK.pdf)

SANTOS, Edmea. *Escrevivências ciberfeministas e ciberdocentes: narrativas de uma mulher durante a pandemia Covid-19*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2022. 192p. Disponível em:

<https://pedroejoaeditores.com.br/site/escrevivencias-ciberfeministas-e-ciberdocentes-narrativas-de-uma-mulher-durante-a-pandemia-covid-19/>

SANTOS, Edmea. FERNANDES, Terezinha. YORK, Sara Wagner. *Ciberfeminismos e cibereducações: narrativas de mulheres durante a pandemia de Covid-19*. Salvador: EdUFBA, 2022. 168 p. Disponível em:

<https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/36098/1/Ciberfeminismos%20e%20cibereduca%C3%A7%C3%B5es-ri.pdf>

SANTOS, Ynaê Lopes dos. Prefácio à edição brasileira. Em: hooks, bell. *Irmãs do inhamê. Mulheres negras e autorrecuperação*. Tradução floresta, 1ª ed. São Paulo: Editora Martins Fontes. 2023.

SAVIANI, Demerval. *Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações*. Campinas- SP: Autores Associados, 11 ed., 2011.

SILVA, Tarcízio. Racismo Algorítmico em Plataformas Digitais: microagressões e discriminação em código. Em: SILVA, Tarcízio (Org.). *Comunidades, algoritmos e ativismos digitais: olhares afrodiaspóricos*. São Paulo: LiteraRUA, 2ª Edição, 1ª Reimpressão, 2021.

SILVA, Tarcízio. Mapeamento de Danos e Discriminação Algorítmica. *Desvelar*, 2023. Disponível em: <https://desvelar.org/casos-de-discriminacao-algoritmica/>.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. Colonialismo digital, imperialismo e a doutrina neoliberal. Em: FAUSTINO, Deivison. LIPPOLD, Walter. *Colonialismo Digital: por uma crítica hacker-fanoniana*. São Paulo: Boitempo, 2023.

ESPINOZA, Baruch. *Ética*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

SIQUEIRA, Camilla Karla Barbosa. As três ondas do movimento feminista e suas repercussões no direito brasileiro. In: BEDIN, Gilmar Antonio; CITTADINO, Gisele Guimarães; ARAÚJO, Florivaldo Dutra de (Org.) *Poder, cidadania e desenvolvimento no estado democrático de direito*. Florianópolis: CONPEDI, 2015.

SOARES, Conceição. SANTOS, Edméa. Artefatos tecnoculturais nos processos pedagógicos: usos e implicações para os currículos. Em: ALVES, Nilda. Libâneo, José Carlos. *Temas de Pedagogia: diálogos entre didática e currículo*. São Paulo: Editora Cortez, 2012.

SODRÉ, Muniz. *As estratégias invisíveis. Afeto, mídia e política*. Vozes, 2006.

SPOSITO, Marília Pontes (coord). *O Estado da Arte sobre juventude na pós-graduação brasileira: Educação, Ciências Sociais e Serviço Social (1999-2006)*. Belo Horizonte, MG. Volume 1, Argvmentvm, 2009.

TRINDADE, Luiz Valério P. Mídias Sociais e a naturalização de discursos racistas no Brasil. Em: SILVA, Tarcízio (Org.). *Comunidades, algoritmos e ativismos digitais: olhares afrodiaspóricos*. São Paulo: LiteraRUA, 2ª Edição, 1ª Reimpressão, 2021.

TUVUCA, Marcelo. Meta passa a permitir que público LGBTQIA+ seja associado a doenças mentais no Facebook, Instagram e Threads. *GI*, 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2025/01/07/meta-passa-a-permitir-que-doenca-mental-seja-vinculada-a-genero-ou-orientacao-sexual-em-posts-no-facebook-instagram-e-threads.ghtml>

TV CÂMARA DISTRITAL. Pioneiros | Episódio 27 - Lydia Garcia. *Youtube*, 2024. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=KEvV5u2DzZ4>

TV GLOBO. I Love Paraíso: abertura da novela da Globo das sete; veja. *Youtube*, 2015. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=Y7jUmD9dtvE&ab\\_channel=TVGlobo](https://www.youtube.com/watch?v=Y7jUmD9dtvE&ab_channel=TVGlobo)



UGARTE, David de. *O Poder das Redes*: Manual ilustrado para pessoas, organizações e empresas chamadas a praticar o ciberativismo. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

VERSUTI, Andrea Cristina. LIMA, Daniella de Jesus. Produção de conteúdo transmidiático por fãs: potencialidades para a aprendizagem colaborativa. In: VALENTE, José Armando. FREIRE, Fernanda Maria Pereira. ARANTES, Flávia Linhalis. *Tecnologia e Educação: passado, presente e o que está por vir*. Campinas, SP : NIED/UNICAMP, 2018.

VELOSO, Maristela Midlej Araujo. SANTOS, Edmea Oliveira dos. SALES, Kathia Marise Borges. *O RACISMO COTIDIANO: UM CASO DE PESQUISA ETNOGRÁFICA NA CIBERCULTURA*. Periferia, v. 15, p. 1-24, 2023.

WAGNER, Roy. *A invenção da cultura*. Trad. Marcela Coelho de Souza e Alexandre Morales. São Paulo: Cosac Naify, 2010.



---

Título do Estudo: **Mulheridades negras e seus ciberativismos: vivenciando redes de afeto, (re)existência e Educação no digital**

Pesquisadora Responsável: Kelly Cristina Monteiro Martins, CPF \_\_\_\_\_

---

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

A Senhora está sendo convidada a participar de uma pesquisa. Por favor, leia este documento com bastante atenção antes de assiná-lo. Caso haja dúvidas sobre alguma palavra ou frase, fique à vontade para conversar com a pesquisadora responsável pelo estudo a fim de saná-las. A proposta deste termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE) é explicar tudo sobre o estudo e solicitar a sua permissão para participar do mesmo, de maneira não obrigatória.

O objetivo desta pesquisa é **acompanhar as práticas ativistas de três mulheres negras na rede social Instagram e refletir sobre suas possíveis vivências de Educação no digital**. A pesquisa parte das diversas concepções interseccionais que podem envolver as mulheres negras para além de raça, gênero e classe, como idade e deficiência. Portanto, acompanhará especificamente as práticas ativistas de uma mulher negra idosa, uma mulher negra com deficiência e uma mulher negra trans. A justificativa do estudo consiste na crescente relação entre os campos da Tecnologia, da Comunicação e Educação na contemporaneidade, que tem permitido a mobilização e o fortalecimento da luta contra o racismo, o sexismo, o etarismo, a transfobia, o capacitismo e outras formas de opressões nas redes sociais. Justifica-se ainda a especificidade de identidade dos perfis pela ausência, certificada pela pesquisadora a partir de um extenso levantamento bibliográfico, de pesquisas acadêmicas voltadas para esse público, que possui importante papel na construção dos Feminismos Negros.

Se a Senhora aceitar participar da pesquisa, os procedimentos envolvidos em sua participação são os seguintes: ciência e permissão do acompanhamento diário de suas publicações e ações na rede social Instagram durante os meses de Novembro e Dezembro de 2024 a Janeiro e Fevereiro de 2025, incluindo registros e armazenamentos das postagens/ações a partir de ferramentas como *printscreen* e *download* e posterior seleção dos registros a serem apresentados, seguidos de discussões críticas e reflexivas construídas pela pesquisadora em sua dissertação, resultando, assim, na construção coletiva dos dados. A metodologia que estrutura a pesquisa é intitulada *etn-cartografia* e consiste no acompanhamento de processos não para propor soluções, mas para mapear suas conexões e imaginar outras formas de vida e de (re)existências, não se caracterizando por um estudo *sobre* as mulheres negras, mas *com* as mulheres negras, assumindo uma noção de aprendizagem na relação pesquisadora e ativistas. Não há previsão de marcação de encontros *online* ou presenciais para diálogo, a menos que seja demandado e acordado pelas partes ao longo do período de acompanhamento frente a uma necessidade ou vontade. As interações, portanto, acontecerão a partir das dinâmicas interativas da própria rede Instagram, como curtidas, republicações, comentários e *chat*.

Toda pesquisa com seres humanos envolve algum tipo de risco. No nosso estudo, os possíveis riscos ou desconfortos decorrentes da participação na pesquisa consistem em danos imateriais, como pressão psíquica decorrente da ciência de estar sendo acompanhada diariamente e preocupação com a exposição do perfil do Instagram e imagem, caso permitida. Nesses casos, a Senhora pode sinalizar para pesquisadora a fim de dialogarem e refletirem estratégias para melhor conforto.

Contudo, esta pesquisa também pode trazer benefícios. Os possíveis benefícios resultantes da participação na pesquisa são: contribuição para o aumento do conhecimento sobre o assunto estudado e possível contribuição na luta contra o racismo, o sexismo, o etarismo, o capacitismo e a transfobia, visando uma sociedade mais justa. Além disso, em caso de permissão da exposição do perfil, este poderá se beneficiar de maior visibilidade e reconhecimento da importância de seu ativismo. Os benefícios alcançados de forma objetiva e visível estarão frequentemente à ciência da Senhora no acompanhamento posterior à pesquisa realizada pela pesquisadora.

Sua participação na pesquisa é totalmente voluntária, ou seja, não é obrigatória. Caso a Senhora decida não participar, ou ainda, usufruir de seu direito e liberdade de desistir da participação e retirar seu consentimento durante qualquer fase da pesquisa, independente do motivo, não haverá nenhum prejuízo a sua pessoa.

Não está previsto nenhum tipo de pagamento pela sua participação na pesquisa e a Senhora não terá nenhum custo com respeito aos procedimentos envolvidos. Caso haja qualquer despesa decorrente desta participação, haverá o seu ressarcimento pela pesquisadora.

Caso ocorra algum problema ou dano com a Senhora, resultante de sua participação na pesquisa, a Senhora receberá todo o atendimento necessário, sem nenhum custo pessoal e garantimos indenização diante de eventuais fatos comprovados, com nexo causal com a pesquisa.

Solicitamos também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área das Ciências Humanas e Sociais e publicar em revista científica nacional e/ou internacional.

É assegurada a assistência durante toda pesquisa, bem como é garantido à Senhora o livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências e tudo o que a Senhora queira saber antes, durante e depois da sua participação.

Os dados coletados serão utilizados única e exclusivamente, para fins desta pesquisa, e os resultados poderão ser publicados e apresentados. Tratando-se de um perfil público na rede social Instagram, a Senhora tem o direito de permitir ou não a exposição de nome e usuário nas publicações e apresentações da pesquisa.

Caso a Senhora tenha dúvidas, poderá entrar em contato com a pesquisadora responsável Kelly Cristina Monteiro Martins pelo telefone pessoal \_\_\_\_\_, email pessoal kellym.martins07@gmail.com, perfil no Instagram \_\_\_\_\_ e/ou endereço da instituição vinculada Campus Universitário Darcy Ribeiro, Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, Cep: 70.910-900.

Esse Termo é assinado em duas vias, sendo uma da Senhora e a outra da pesquisadora, constadas as assinaturas em uma única página.

### **Declaração de Consentimento**

Concordo em participar do estudo intitulado: **Mulheridades Negras e seus ciberativismos**: vivenciando redes de afeto, (re)existências e Educação no Digital

### **Autorizo a exposição do nome e usuário do meu perfil?**

( ) Sim

( ) Não

<p>_____ Nome do participante</p> <p>_____ Assinatura do participante</p>	<p>Data: ____/____/____</p>
---	-----------------------------

Eu, Kelly Cristina Monteiro Martins, declaro cumprir as exigências contidas nesse Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

<p>_____ Assinatura da Pesquisadora</p>	<p>Data: ____/____/____</p>
---	-----------------------------